

SUPER
INTERESSANTE

DEUS

COMO ELE NASCEU

Reinaldo José Lopes



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



DEUS

COMO ELE NASCEU

por
Reinaldo José Lopes

*Para a vó Wanda, que me ensinou pelo menos metade
do que sei sobre Deus.*

E para Laura, que nasceu com este livro

Uma observação & muitos agradecimentos

¶ Num livro como este, é indispensável o auxílio de uma boa tradução da Bíblia para o português. Em quase todos os casos, as citações bíblicas nas epígrafes e no corpo do texto vêm da Bíblia de Jerusalém (edição de 2002, nona reimpressão feita em 2013), publicada pela editora Paulus, que contou com a participação de alguns dos especialistas mais renomados do Brasil no processo de tradução dos livros originais. Aqui e ali, arrisquei-me a traduzir do grego trechos curtos do Novo Testamento, em geral para reforçar detalhes estilísticos do texto antigo. Espero não ter feito feio demais. No caso dos textos do Antigo Testamento, consultei ainda a Jewish Study Bible, tradução para o inglês feita pela Sociedade de Publicações Judaicas dos EUA, em Nova York, que é muito respeitada por especialistas do mundo todo.

Meu primeiro agradecimento vai para minha filha Laura, que nasceu quando eu estava pesquisando e escrevendo os últimos capítulos deste livro e desenvolveu uma predileção por cochilar no meu colo enquanto eu lia uma versão eletrônica do Corão no escritório aqui de casa. Ainda que eu fique com sequelas ortopédicas pela aventura (minhas vértebras cervicais não gostavam muito da coisa), vou levar essa lembrança comigo para o resto da vida. E, óbvio, agradeço com todo o amor do mundo à minha esposa, Tania Mara Antonietti Lopes, por cuidar da Laurinha quando era hora de escrever, e ao nosso primogênito, Miguel, por me tirar da frente do computador nas horas em que eu precisava desanuviar a cabeça (e em várias outras horas também).

O grande amigo Salvador Nogueira, também autor de livros da SUPER, fez a gentileza de ler capítulo por capítulo, embora estivesse enrolado com mais um de seus inúmeros livros enquanto eu escrevia. Por isso e por 15 anos de amizade, sou mais do que grato a ele.

Agradeço ainda à paciência e à compreensão de meus pais, de meu irmão e de meus amigos, que lidaram muito bem com a minha maluquice conforme este livro ia sendo parido. Entre os últimos, não posso deixar de citar Daniel e Maria Claudia Perassolli (membros da diáspora jornalística brasileira em Madri), Paula Rodrigues, Rafael Bettega, Victor Romualdo Francisco, Elaine Patricia Micossi da Cruz, Giuliana Miranda, Rafael Garcia, Débora Mismetti, Mariana Versolato e Ricardo Miotto. Juro que agora eu ressuscito, pessoal.

Como de praxe, um agradecimento é tão profundo que eu prefiro fazê-lo numa

língua inventada, a Ele: *i Eru i or ilyë mahalmar eä tennoio*.¹

¹ "O Único que está acima de todos os tronos para sempre", em élfico, língua criada pelo escritor J. R. R. Tolkien para a saga *O Senhor dos Anéis*.

Sumário

- **Capítulo zero**
- A existência de Deus (ou o Paradoxo Dumbledore)

- **Capítulo I**
- O cérebro: Como nascem os deuses

- **Capítulo II**
- A civilização: Sociedades complexas criam deuses éticos, e vice-versa

- **Capítulo III**
- Iahweh: As verdadeiras origens do povo de Deus

- **Capítulo IV**
- Israel & Judá: A esposa de Deus, e outros causos

- **Capítulo V**
- O Livro Sagrado: Quem escreveu a Bíblia

- **Capítulo VI**
- Jesus: Vida e obra de um profeta camponês

- **Capítulo VII**
- A Igreja: Como Jesus virou Deus

- **Epílogo**
- Maomé, ateísmo e o futuro de Deus

- **Bibliografia**

CAPÍTULO ZERO

§

A
existência
de
DEUS
OU O PARADOXO DUMBLEDORE

Conte-me uma última coisa’, disse Harry. ‘Isto aqui é real? Ou está acontecendo dentro da minha cabeça?’
Dumbledore sorriu para ele, e sua voz soou alta e forte nos ouvidos de Harry, embora a névoa brilhante estivesse descendo de novo, obscurecendo a figura.
‘É claro que está acontecendo dentro da sua cabeça, Harry, mas por que diabos isso deveria significar que não é real?’

J.K. ROWLING, HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE

¶ Como você talvez tenha percebido pelo título, este não é propriamente um livro modesto. A ideia aqui é investigar as origens da figura de Deus, das raízes evolutivas das crenças religiosas à definição dos dogmas sobre o Criador que a maior parte do Ocidente ainda segue hoje.

Para completar essa jornada, teremos de investigar mais de 3 mil anos de história registrada, sem falar em alguns milhões de anos de pré-história. Não é brincadeira. Mas, por sorte, eu e você estamos vivos em tempos interessantes: as últimas décadas têm sido palco de uma explosão de estudos inovadores e bem fundamentados a respeito do nosso tema, seja do ponto de vista biológico, seja sob a perspectiva da arqueologia e da história. Pouco a pouco, a certidão de nascimento de Deus vai sendo esboçada.

Antes de prosseguir, no entanto, creio que é de bom-tom explicar que ideia foi essa de usar justamente um trecho de *Harry Potter* como epígrafe deste primeiro capítulo, e que diabos eu quero dizer com o tal Paradoxo Dumbledore.

Talvez seja mais fácil explicar o que eu não quis dizer, antes de mais nada. Este livro não tem uma mensagem única e fácil de empacotar numa frase — os temas que vamos enfrentar nas próximas páginas são complexos demais para receber uma embalagem tão quadradinha. Mas entre as muitas mensagens certamente não está a ideia de que a religião, ou a crença em Deus de modo particular, não passa de “conto de fadas para gente grande”, “história da carochinha”, “tão fiel à realidade e útil quanto um livro de Harry Potter” etc. — até porque eu tenho um respeito profundo pela saga do bruxinho, e por contos de fadas e mitos em geral, devo acrescentar. O valor desse tipo de literatura tem aproximadamente 0% a ver com “ter acontecido de verdade”. Não é porque eu não vou conseguir iluminar um quarto escuro simplesmente berrando “Lumos maxima!” com uma varinha mágica na mão (como fazem os aprendizes de bruxo da série) que histórias sobre magos e Dementadores não têm coisas relevantes a nos ensinar sobre a condição humana e sobre o mundo real.

Após deixarmos esse possível erro de interpretação de lado, minha sugestão é que a gente comece uma análise detalhada do conteúdo da conversa entre o jovem Potter e o vetusto diretor de Hogwarts. Cabe aqui um pouquinho de contextualização (e um aviso apropriadamente garrafal e negritado de **SPOILERS** para quem ainda não leu os livros/viu os filmes): os dois magos estão conversando num ambiente espiritual misterioso, uma espécie de limbo, no qual Harry se encontra depois de ter sido aparentemente morto pelo vilão Voldemort. O próprio Dumbledore, aliás, já tinha batido as botas havia tempos nesse pedaço da história. Vem daí, claro, a pergunta extremamente sensata do bruxo mais jovem: se ambos estão mortos, essa conversa está acontecendo onde

exatamente? Ou, se Harry na verdade ainda está vivo (outro spoiler: é o que ficamos sabendo nessa parte do livro), a cena toda não passaria de alucinação, apenas um truque arquitetado pelos neurônios exaustos do garoto?

Na melhor tradição dos grandes místicos do mundo real, Dumbledore responde: uma coisa não exclui a outra — ao menos não necessariamente. O fato de pensamentos, emoções e interações entre nós e outras pessoas serem, em última instância, representações do que acontece quando as células do nosso cérebro “conversam” não significa que tudo o que somos e sentimos não passa de ilusão. Quando falarmos das origens da crença em Deus neste livro, acho que seria interessante você ter esse modelo em mente.

Explicando um pouco melhor, a postura da nossa narrativa será, ao menos na maior parte do tempo, metodologicamente agnóstica. Ou seja, não é meu objetivo provar que Deus existe ou deixa de existir — e, do ponto de vista estritamente científico e racional, sou da opinião que esse tipo de demonstração é inviável. Para usar o simpático jargão da filosofia da ciência, a “hipótese Deus” não é “falseável” — ou seja, não tem como bolar um experimento, ou série de experimentos, que demonstre de forma conclusiva que Deus não existe ou existe, especialmente se a gente levar a sério a ideia de que ele é inefável, ou seja, manifesta-se quando e como quiser, como afirmam as religiões que o veneram.

Sim, eu sei que essa é uma postura que dificilmente vai satisfazer alguns dos ateus mais convictos e dos religiosos mais fervorosos, mas é o melhor que tenho a oferecer no momento, e por um motivo bastante simples. Meu objetivo aqui é me comunicar com o maior número possível de pessoas, trazendo a elas as informações mais precisas sobre o que a teoria da evolução, a psicologia experimental, a arqueologia e a crítica textual (entre outras disciplinas) andaram descobrindo a respeito das origens do conceito de Deus. Ocorre que me parece justo propor um jeito de compreender a questão toda que sirva tanto para quem não crê em Deus quanto para quem acredita nele — o que nos remete mais uma vez ao Paradoxo Dumbledore.

Ao ler sobre fenômenos religiosos — seja do ponto de vista individual, seja em uma perspectiva histórica de longo prazo —, você pode, com toda a justiça, contentar-se com apenas a primeira parte do nosso paradoxo: “é tudo coisa da sua cabeça”, resumindo. Não há nada sobrenatural acontecendo, no fim das contas. Por mais que as pessoas acreditem estar na presença de Deus numa igreja, numa sinagoga ou numa mesquita, qualquer sensação especial que venham a sentir em contextos religiosos não passa do resultado de mensageiros químicos e impulsos elétricos pulando de um neurônio para outro em algum canto da cabeça delas. Ótimo, que seja assim. Por outro lado, é minha convicção que a forma completa do paradoxo permite que as pessoas que acreditam em

Deus — entre as quais me incluo — sejam capazes de apreciar a trajetória complexa e fascinante que acabou produzindo sua fé de forma intelectualmente honesta, sem que para isso se sintam obrigadas a jogá-la na lata do lixo.

Vou tentar ser um pouco mais claro. É verdade que existem por aí inúmeras variantes de monoteísmo — a crença num único deus —, e que muitas delas parecem exigir inflexibilidade dogmática, em especial quando estamos falando de textos sagrados. Se Deus não escreveu pessoalmente os Dez Mandamentos em placas de pedra com seu dedo (pois é, dedo), ou se Jesus não caminhou de fato sobre as águas revoltas do mar da Galileia, afirma esse tipo de crente, então todo o edifício da fé vem abaixo. Diante desse tipo de crença, meu esforço aqui de fato é inútil.

No entanto, entre os que acreditam no Deus único da tradição ocidental, também há — e aliás, sempre houve — uma disposição para entender que a ação divina não significa simplesmente esmagar a natureza do Universo e a nossa própria humanidade com um bombardeio de poderio sobrenatural. Em outras palavras, ninguém se torna um apóstata, um traidor da fé, ao postular que Deus também pode agir, ao menos parcialmente, por meios naturais.

Para usar um exemplo de inspiração dumbledoreana, quando os profetas israelitas do Antigo Testamento, ou quando o apóstolo Paulo na estrada de Damasco, relataram presenciar visões mandadas por Deus, será que essas imagens celestiais, se eram mesmo reais, não precisaram estimular o nervo óptico dos videntes antes de chegar a seu cérebro, como qualquer imagem do mundo terreno teria de fazer antes de ser decodificada direito? Ou ainda, para voltar à antiga ideia de que as Sagradas Escrituras foram “inspiradas por Deus”, o que essa inspiração significa? Será que o Espírito Santo da tradição cristã simplesmente transformava os autores dos livros da Bíblia em médiuns — ou seja, em “meios” passivos pelos quais a Palavra divina era transmitida, feito o vácuo do espaço pelo qual viaja a luz das estrelas? (Sem nenhuma ofensa aqui para possíveis leitores espíritas: estou usando a palavra “médium” em seu sentido etimológico, vindo direto do latim.) Ou será que a ideia de inspiração pode ser conciliada com um processo mais complexo, no qual a língua materna, a cultura e a personalidade do escritor inevitavelmente influenciavam a forma e a mensagem do texto?

O Paradoxo Dumbledore, creio, oferece-nos uma saída dessas sinucas de bico esquisitas, sem que seja necessário forçar quem acredita em Deus a rejeitar a ciência — e vice-versa. Pense nele toda vez que você se sentir acuado em suas convicções: trata-se da garantia de que essa não é a intenção deste livro.

¶ Mencionei brevemente os objetivos do livro nas últimas páginas, mas acho que vale a pena oferecer ao nobre leitor uma rápida visita guiada do recinto antes de convidá-lo para o passeio completo. Eis, portanto, um resumo muito resumido do conteúdo desta obra.

A primeira, e talvez a mais importante, das premissas da nossa história é que, como todas as demais faculdades da mente humana, a nossa sensibilidade religiosa também foi moldada pela evolução — e principalmente pelo mais importante mecanismo evolutivo, a seleção natural. Ou seja, só temos este cérebro típico de gente, e não outro, porque essa arquitetura específica ajudou nossos ancestrais a sobreviverem e, principalmente, a se reproduzirem. Ainda não está claro se a capacidade de acreditar em deuses ou outras entidades sobrenaturais foi, por si só, um desses elementos favorecidos diretamente pela seleção natural, ou se tal habilidade mental — até onde sabemos, única entre as criaturas da Terra — é apenas um subproduto de outros talentos naturais do *Homo sapiens*, os quais, esses sim, são parte importante do nosso sucesso como espécie.

O que fica cada vez mais claro, no entanto, é que, diferentemente do que dizem certos defensores do ateísmo, ninguém “nasce” ateu — nem cristão, budista ou adorador de Thor. Se o cérebro humano fosse um computador, ele seria do tipo que vem com vários programas pré-instalados, bastando clicar nos íconezinhos deles para que se autoinstalassem e comesçassem a funcionar. E a crença em seres sobrenaturais parece ser um desses programas. Acreditar em deuses parece um resultado completamente natural da maneira como o cérebro humano se desenvolve desde a primeira infância, e esse será o principal assunto dos nossos primeiros capítulos.

É lógico, no entanto, que existe um abismo considerável entre o tipo de divindade que acabou predominando no Ocidente — única, onipotente, onisciente e supremamente boa — e os deuses, espíritos da floresta e ancestrais venerados pelos pequenos grupos de caçadores-coletores aos quais os seres humanos pertenceram durante 99,9% de sua trajetória evolutiva. Depois de examinarmos o que leva à crença em seres sobrenaturais, será a hora de tentar entender como, em algumas culturas, ao longo da (pré-)história, certos deuses começaram a assumir poderes e funções mais abrangentes.

Temos boas razões para acreditar que essa metamorfose divina tem a ver com a eterna competição que existe entre diferentes sociedades humanas — uma tribo tentando conquistar outra, por exemplo — e também com os inevitáveis

conflitos que aparecem em qualquer lugar em que muita gente viva em grupo disputando recursos — de parceiros sexuais a rotas de comércio. É muito plausível que a crença em deuses poderosos — que também se importavam com a prática do certo e do errado — tenha aumentado a coesão de certas sociedades humanas, levando-as a triunfar no confronto com grupos que não eram adoradores desse tipo de entidade sobrenatural.

Ao longo desse processo, os grupos vitoriosos não só se tornavam mais fortes e numerosos (aumentando sua própria população e/ou absorvendo a população dos derrotados) como favoreciam a “reprodução” de seus deuses preferidos: agora, em vez de 10 mil adoradores, tais deidades tinham 100 mil devotos (por exemplo). Coincidência ou não, hoje há muito mais adoradores do Deus único judaico-cristão mundo afora — ou seja, gente que venera um ser cuja principal preocupação é, segundo os teólogos dessas religiões, julgar o coração dos seres humanos e “dar a cada um segundo suas obras” — do que gente que acredita em espíritos da floresta.

A análise do papel social dos chamados Deuses Grandes (ou seja, os deuses superpoderosos e preocupados com a moralidade) encerrará a parte genérica do livro, já que esse tipo de divindade não é exclusivo do monoteísmo ocidental. Povos ditos pagãos — politeístas, ou seja, adoradores de muitos deuses — também acreditavam que suas deidades cumpriam a tarefa de atuar como guardiões supremos do bem, e há tradições religiosas fora do Ocidente, como o hinduísmo, o zoroastrismo e o sikhismo, que também são monoteístas ou frequentemente parecem se aproximar muito do monoteísmo. Mas é inegável que a tradição mais influente da adoração de um único deus tem suas raízes no pequeno território hoje ocupado por Israel, pela Palestina e pela Jordânia. E são essas raízes que vamos investigar detalhadamente nos capítulos centrais e finais do livro.

Isso significa, para começo de conversa, uma releitura crítica dos textos hebraicos que os cristãos chamam de Antigo Testamento e os judeus, de Tanakh (é uma sigla; não se preocupe que eu vou explicar), comparando os dados presentes nos livros bíblicos com o que a arqueologia e os textos de outros povos do Oriente Médio nos contam. A história que emerge dessa comparação é complicada e às vezes ainda misteriosa, mas dá para resumi-la, por enquanto, da seguinte maneira: a fé no Senhor Deus bíblico muito provavelmente não nasceu pronta no Monte Sinai.

Isso porque os antigos israelitas, seguidores do deus Iahweh (cujo nome às vezes é aportuguesado como Javé), originalmente tinham uma cultura religiosa muito semelhante, ainda que não idêntica, à dos demais povos do Oriente Médio durante a Idade do Ferro. (Esqueça esse papo de que a Bíblia foi escrita por

“pastores ignorantes da Idade do Bronze”, aliás. Ela é um produto do fim da Idade do Ferro, por volta do ano 500 a.C., vários séculos depois que o bronze deixou de ser o metal mais importante do mundo antigo, e provavelmente nasceu da pena de escribas bastante sofisticados culturalmente.) É quase certo que o antigo povo de Israel, ancestral dos atuais judeus, considerava Iahweh como, no máximo, o líder de um panteão (“família” de deuses), que talvez incluísse até uma esposa do Senhor Deus. Foram necessários séculos para que um subgrupo de israelitas — uma turma de reformadores religiosos radicais, possivelmente tão subversivos, em sua época, quanto o protestante Lutero foi para a Igreja Católica no século 16 — passasse a defender a adoração exclusiva de Iahweh como a única opção aceitável. No fim das contas, essa visão se intensificou de tal forma que o “bloco do Javé sozinho” (se é que você me permite a analogia carnavalesca) deu o passo seguinte e proclamou: não só os israelitas não deveriam adorar a outros deuses (que não Iahweh) como essas demais divindades simplesmente não existiam. O Senhor era o único Deus real, proclamavam eles.

Curiosamente, até onde sabemos, esse primeiro desabrochar do verdadeiro monoteísmo na história do planeta aconteceu justamente quando os israelitas tinham chegado ao que parecia ser o ponto mais desastroso de sua curta história: seus reinos tinham sido conquistados por estrangeiros, sua elite estava exilada na longínqua Mesopotâmia (o atual Iraque), o Templo de Iahweh em Jerusalém fora destruído, a dinastia fundada pelo rei David perdera seu trono. O “povo de Deus” não tinha mais qualquer resquício de poder, mas o Senhor estava mais poderoso do que nunca na teologia criada por eles, controlando tanto a política internacional quanto o Cosmos. No fim das contas, os israelitas receberam permissão para reconstruir o templo e a vida religiosa nacional, o que pareceria confirmar que o mesmo Iahweh que os havia punido por não adorá-lo corretamente decidira perdoá-los.

Por séculos, os descendentes dos exilados que voltaram para Jerusalém — os quais lentamente passariam a ser mais conhecidos como judeus, por causa da tribo israelita que predominava entre eles, a de Judá — levaram uma existência mais ou menos aceitável em sua terra e em outros cantos do mundo antigo, enquanto império atrás de império exercia sua hegemonia sobre Jerusalém e arredores. Foi só cerca de um século e meio antes do nascimento de Jesus que, confrontados com um novo tipo de dominação estrangeira, que ameaçava suprimir a crença em Iahweh e as práticas tradicionais de sua religião, vários grupos judaicos desenvolveram intensas expectativas messiânicas, aguardando a restauração do reinado dos descendentes de David e, em alguns casos, uma transformação total dos céus e da terra por meio de uma intervenção definitiva

do Senhor Deus na história humana.

Foi no olho desse furacão que Jesus entrou em cena. Neste livro, aliás, vamos tentar entender o que é informação histórica e o que é elaboração teológica nos relatos sobre o Nazareno, e veremos como a crença na ressurreição dele acabou revolucionando o conceito tradicional do Deus único israelita. Existem pistas intrigantes de que, poucas décadas após sua morte, Jesus de Nazaré passou a ser enxergado por alguns grupos espalhados pelo Mediterrâneo como um ser dotado de poder e dignidade equivalentes às de Iahweh — uma das mais importantes “mutações” na carreira milenar de Deus. Com o passar dos séculos, a exaltação teológica de Jesus se intensificou cada vez mais, até culminar, nos séculos 4º e 5º após seu nascimento, com a definição de que ele era um dos aspectos do próprio Iahweh, sem deixar seu lado humano — “verdadeiro Deus e verdadeiro homem”, como católicos, ortodoxos e protestantes ainda afirmam. De quebra, surgiu a definição cristã tradicional de Deus: uma única divindade em Três Pessoas — Pai, Filho e Espírito Santo. Eis aí como será o livro.

Uma última e importante palavrinha sobre o título do livro antes de entrarmos de cabeça nos nossos temas: admito que *Deus: Como Ele Nasceu* tem um elemento de provocação, mas não é minha intenção dizer que Deus foi simplesmente inventado pelo homem — ao menos não como resumo do que acredito ser verdade sobre o Senhor (como o chamam tradicionalmente judeus e cristãos). Dizer que Deus “nasceu”, e que a gente pode contar as etapas desse parto, equivale simplesmente a reconhecer um fato que até as grandes tradições religiosas monoteístas admitem em seus textos sagrados: a crença nele pregada pelas fés atuais não existe desde o princípio do mundo, mas precisou ser formulada de maneira paulatina.

As grandes religiões monoteístas atribuem esse processo a uma série de “eventos revelatórios”, momentos nos quais Deus quis se dar a conhecer à humanidade, revelando-se — literalmente, retirando o véu de mistério que até então o encobria. Esses eventos teriam começado com Abraão (se você for judeu ou cristão, digamos) e terminado com Maomé (caso você seja muçulmano), mas eles estão entrelaçados com as idas e vindas da história humana. O que estou propondo por aqui, do meu jeito metodologicamente agnóstico, não é tão diferente — ainda que, em muitos casos, seja preciso reinterpretar as narrativas sacras originais e entender que é comum elas terem fundamentos míticos e teológicos, e não históricos. No fim das contas, acreditar ou não continua sendo, como sempre, questão de fé.

Próxima parada: os labirintos do cérebro humano.

CAPÍTULO I

O CÉREBRO

§

COMO
NASCEM OS
deuses

*Omnis mundi creatura
quasi liber et pictura
nobis est, et speculum.
Nostrae vitae, nostrae mortis,
nostri status, nostrae sortis
fidele signaculum.*¹

ALAIN DE LILLE, OMNIS MUNDI CREATURA

¹ “No mundo toda criatura/ É como livro e pintura/ Que espelha nossa condição./ De nossa vida e morte,/ De nosso estado e sorte/ Fiel significação.”

¶ Um clichê reciclado até não poder mais por quem deseja ridicularizar as religiões é a mania absurda que algumas pessoas têm de enxergar imagens de divindades ou santos nos lugares mais improváveis. O sujeito corta um pão de queijo no meio e, ato contínuo, vê o perfil da Virgem Maria gravado na massa quentinha; a dona de casa está prestes a jogar o tomate estragado fora quando percebe que as manchas na casca produzidas por um fungo são, imagine só, idênticas ao rosto barbudo e amoroso de Jesus Cristo.

Vamos esquecer por um instantinho o fato de que todos os “retratos” do Nazareno feitos até hoje são frutos da criatividade iconográfica dos artistas — ele nunca foi retratado em vida, e o Novo Testamento não descreve sua aparência. Essas manifestações culinárias do sagrado, de qualquer forma, às vezes parecem tão convincentes que desencadeiam peregrinações e veneração.

OK, você já deve ter visto situações como as que eu descrevi acima satirizadas em episódios de *Os Simpsons*, *South Park* e outros desenhos animados/seriados de TV. De fato, é difícil não rir desse tipo de coisa, mas as gargalhadas às vezes também nos ajudam a esquecer que as aparições divinas em legumes são só o exemplo extremo, ou com menos desconfiômetro, de uma tendência profundamente humana de buscar intenções e significados no mundo que nos rodeia — tendência que, aliás, é perfeitamente saudável. Sem ela, seria dureza, por exemplo, tentar entender o que as pessoas querem nos dizer — em especial quando “falam” com a gente sem usar diretamente o conteúdo das palavras, mas pequenos gestos, nuances de voz e por aí vai. Também seria muito mais complicado, se não impossível, imaginar o que um animal quer fazer — e, acredite, isso era assunto de vida e morte na época em que não éramos todos um bando de zumbis urbanos, e sim caçadores-coletores ou criadores de bichos que precisavam “entrar na cabeça” de outras espécies para capturar aquele bisão suculento, fugir daquela alcateia faminta ou evitar ser chifrado pela Mimosa. E mesmo os princípios da filosofia e da ciência nunca teriam saído do ovo se nossos ancestrais jamais fossem capazes de se perguntar sobre o significado dos raios do Sol ou das nuvens da tempestade.

DOS MACACOS ÀS CAVERNAS

¶ O fato, porém, é que, em algum momento do passado remoto, esse tipo muito especial de raciocínio começou a tomar forma no cérebro dos primeiros candidatos a gente. (Perdoe a expressão: a imagem que ela nos traz à mente é

algo equivocada, como se criaturas que viveram há milhões de anos tivessem existido com o único propósito de, no futuro distante, darem origem a nós, o que não faz sentido no contexto da Teoria da Evolução.) É virtualmente impossível dizer quando foi esse momento. Os paleontólogos, sujeitos que constroem suas carreiras científicas por meio da análise paciente de restos fósseis de seres vivos do passado, costumam dizer que comportamentos não se fossilizam. Ideias e atitudes mentais menos ainda. Podemos, entretanto, tentar inferir mais ou menos o que se passava dentro das cucas cabeludas de nossos ancestrais com a ajuda de alguns resquícios fósseis e do estudo de nossos parentes vivos hoje.

A primeira coisa que fica clara quando a gente faz esse exercício é óbvia, mas ainda assim talvez mereça ser ressaltada: provavelmente, somos o único animal a acreditar em deuses ou outros seres sobrenaturais, como espíritos dos mortos, das árvores ou das águas. Há algumas observações muito esparsas e inconclusivas a respeito de como os chimpanzés, nossos vizinhos de galho na árvore da vida, reagem diante de grandes belezas naturais (coisas que, em nós, frequentemente produzem um sentimento do sublime que costuma se aproximar da crença em “alguma coisa maior lá fora”) ou da morte de um companheiro.

Parece que alguns desses grandes símios podem ficar extasiados diante de uma grande cachoeira, ou passar a noite em claro, “velando” o corpo de um amigo ou parente que se foi. É muito difícil saber o que se passa dentro da cabeça deles, mas o importante aqui é a constatação de que essas atitudes aparentemente “espirituais”, diferentemente das nossas, não costumam afetar o comportamento dos bichos depois das situações pontuais em que ocorrem. Para ficar apenas no exemplo dos chimpanzés falecidos e seu “velório”, por exemplo, nunca ocorreu a um deles enterrar seus mortos, nem trazer oferendas de qualquer espécie para eles — mães chimpanzés às vezes arrastam consigo o cadáver apodrecido de seus bebês por dias a fio, o que, se é triste de doer, também indica que as pobres macacas não sabem muito bem o que aconteceu com o filhote que perderam.

E quanto aos fósseis? Bem, só para nos situarmos cronologicamente, vale lembrar que, até uns 2 milhões de anos atrás, o cérebro das espécies da linhagem dos hominídeos, prováveis ancestrais diretos do ser humano, tinha o mesmo tamanho do de um chimpanzé típico (ou seja, um terço do nosso ou menos), aparentemente impossibilitando grandes arroubos de pensamento simbólico ou espiritual. A coisa começa a mudar de figura em torno de 1,5 milhão de anos atrás, quando certos exemplares do *Homo erectus* (mas não todos) apresentam capacidade craniana equivalente a dois terços da nossa. Por volta de 500 mil anos antes do presente, criaturas conhecidas como *Homo heidelbergensis*, que podem ter sido um ancestral comum entre a nossa espécie e os neandertais, já

contavam com um cérebro quase tão avantajado quanto o das pessoas de hoje. A capacidade craniana dos neandertais, aliás, era até superior à nossa, em média.

Mas tamanho nem sempre é documento. Ainda que o volume cerebral do *Homo heidelbergensis* e dos neandertais pareça amplo o suficiente para lhes conferir capacidades mentais idênticas às nossas, o fato é que é bastante difícil enxergar tal igualdade de condições quando os arqueólogos examinam as cavernas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia onde essas criaturas viviam. Acredita-se, por exemplo, que um dos pré-requisitos para o desenvolvimento de algum tipo de religiosidade seja o pensamento simbólico — grosso modo, a capacidade de enxergar significado nas coisas além da mera utilidade imediata delas. É claro que dá uma enxaqueca terrível tentar provar a existência ou a inexistência disso simplesmente analisando uma coleção de pedregulhos e ossos de 200 mil anos, digamos, mas um possível indício físico de pensamento simbólico é a arte, entendida de um jeito amplo — vale tanto a Mona Lisa quanto um piercing feito com mindinho de mamute. Ou seja, a tentativa de usar elementos materiais para criar algo com significado estético, ou mágico/espiritual.

No caso das espécies de hominídeos anteriores a nós, ou até nossas contemporâneas (é o caso dos neandertais, cuja forma clássica emergiu mais ou menos “junto” com o *Homo sapiens*, embora já tenha desaparecido), evidências desse tipo de comportamento são raras — isso se você for generoso do ponto de vista interpretativo — ou mesmo inexistentes. Nenhum neandertal jamais desenhou um bisão nas paredes de uma caverna. Uma pesquisa recente identificou uma concha decorada com pigmento ocre há 40 mil anos na Espanha que talvez seja obra de um deles — não dá para ter certeza porque os hominídeos não fizeram a gentileza de morrer do lado de sua criação para facilitar a vida dos pesquisadores que encontraram a concha.

Fora isso, há indícios de que ao menos alguns neandertais enterravam seus mortos — *Homo neanderthalensis* 1 × 0 chimpanzés, portanto. Mas, quando o assunto é identificar oferendas aos mortos, como flores ou outros objetos que acompanhariam os defuntos na viagem rumo ao além, coisa presente em praticamente todas as culturas humanas, não há dados conclusivos sobre os neandertais. E, embora certos grupos de neandertais da França de fato tenham adotado a moda dos colares feitos com dentes de animais, existe um debate feroz entre os arqueólogos e paleoantropólogos sobre esse tema — muitos deles acham que essa ideia tão interessante não foi inventada de forma independente por nossos primos extintos, mas sim copiada dos primeiros humanos modernos, que estavam dando as caras na Europa Ocidental mais ou menos na mesma época. Outros especialistas tomaram as dores dos neandertais e afirmam que o

timing da coisa não bate de modo a corroborar a hipótese de “aculturação” ou mesmo “plágio” — os primeiros artefatos produzidos pelo *Homo sapiens* só aparecem na região depois que os tais colares surgiram. Não espere que essa briga termine tão cedo.

De qualquer jeito, a tentativa de achar ao menos o gérmen do pensamento simbólico entre hominídeos que não pertencem à nossa espécie faz a gente voltar da busca com a sensação de quem está de mãos vazias. E a coisa muda totalmente de figura quando os cientistas estudam sítios arqueológicos nos quais viviam antigos *Homo sapiens*. Quer dizer, muda em termos. O interessante é que simplesmente ser membro da nossa espécie não parece bastar. Os primeiros *Homo sapiens* surgem na África Oriental há 200 mil anos, mas o Santo Graal da complexidade comportamental primata — ou seja, o tal pensamento simbólico — só começa a dar pistas de sua presença 100 mil anos depois disso, com desenhos toscos em pedaços de pedra e, claro, colares, embora nessa época a matéria-prima preferida fosse conchinha, e não canino de raposa.

As manifestações simbólicas, no entanto, alcançam riqueza e quantidade sem precedentes a partir de 40 mil anos antes do tempo presente, quando as cavernas da Europa, por exemplo, viraram imensas galerias de arte. É difícil não ficar de queixo caído diante das gravuras e pinturas de Chauvet e Lascaux, na França, ou de Altamira, na Espanha, só para citar alguns exemplos clássicos. De repente, as feras gigantescas da Era do Gelo passam a povoar as paredes de pedra, junto com coisas singelas (o contorno das mãos do artista marcado com tinta, igualzinho ao que uma criança de hoje faria), marotas (representações de pênis, vulvas e gente fazendo sexo) ou, o que provavelmente nos diz respeito de modo mais direto aqui, coisas aparentemente sobrenaturais.

Sim, porque os artistas da Era do Gelo não se interessavam apenas em retratar a exuberante fauna da qual dependiam para sobreviver, mas também criaturas que nunca foram parte de nenhuma fauna do planeta. Vários desses monstros, que aparecem tanto na forma de estatuetas de marfim quanto nas paredes dos abrigos rochosos, são teriantrópicos — adorável termo grego que significa algo como “feras-homens”. Temos sujeitos com membros e tronco de gente e cabeça de leão, uma figura bípede com cauda e galhada de cervo (apelidada de “O Feiticeiro” pelos arqueólogos) — seres que parecem antecipar monstrenços de mitologias bem mais recentes cujos registros escritos chegaram até nós, como as sereias e os centauros tão conhecidos dos gregos e romanos.

Essa, aliás, é uma das muitas hipóteses que tentam explicar o que são essas figuras, afinal de contas: elas não passariam de equivalentes paleolíticos do Minotauro e da Esfinge — seres que integravam o bestiário, ou talvez o panteão, de mitologias há muito esquecidas. Outra possibilidade é que os arqueólogos e

turistas de hoje estejam vendo não retratos de seres sobrenaturais, mas sim cenas de cerimônias religiosas. Nesse caso, os monstros teriantrópicos seriam representações de xamãs — sujeitos com função social que mistura a de sacerdote, a de médico e a de vidente, entre outras — devidamente caracterizados como criaturas do outro mundo, o que ajudaria esses pajés da Era Glacial a realizar seus bruxedos, entrando em transe (talvez com uma mãozinha de determinadas substâncias alucinógenas). Ou então as feras-homens representariam um tipo de pensamento que ainda marca as tribos de caçadores-coletores e agricultores tecnologicamente “primitivos” de hoje: a de que não existe uma barreira absoluta entre a natureza humana e a dos animais, e de que é possível atravessar esse “muro poroso” em jornadas mágicas/espirituais — ou ainda a ideia de que esse tipo de travessia era possível no “tempo das origens”, no passado remoto, quando o mundo estava sendo criado.

Seja como for, o que está claro é que, em algum momento entre a origem dos neandertais e a aurora da arte paleolítica, a crença no sobrenatural desabrochou pela primeira vez na história da Terra — e nunca mais foi embora. A questão é saber como esse tipo de crença se instalou no cérebro dos ancestrais do homem, mas é difícil refutar a ideia de que estamos falando de um fenômeno indissoluvelmente ligado ao pensamento simbólico. A sensação de ruptura entre o jeito de pensar do *Homo sapiens* e o dos hominídeos que viveram antes dele levou alguns cientistas a propor que, em algum momento, uma alteração genética significativa levou a uma reorganização do cérebro que possibilitou o surgimento da linguagem complexa, da arte e da religião, entre outras coisas — a “mutação que nos tornou humanos”, por assim dizer.

O fato é que ninguém identificou esse suposto gene ainda, e outros pesquisadores apostam que, além de possíveis modificações no “hardware” do cérebro, ou seja, em sua estrutura biológica, alterações na estrutura social dos primeiros humanos de anatomia moderna também teriam sido cruciais. Por exemplo: a invenção de instrumentos de pedra um pouquinho mais eficientes do que os existentes no passado poderia ter levado a um aumento gradual da população, o que significou mais gente interagindo e trocando ideias ao longo de dezenas de milhares de anos, favorecendo o surgimento de conceitos tão esquisitos e fascinantes quanto a arte e a religião — e, assim que foram formulados pela primeira vez, tais conceitos teriam se espalhado feito fogo numa mata seca.

Para avançar um pouco mais na busca pelas raízes desse tipo de crença, no entanto, não basta a paleontologia. É preciso analisar como funcionam as mentes dos seres humanos hoje e, a partir daí, tentar imaginar como tais propriedades mentais podem ter influenciado as origens da crença em divindades. Dois

conceitos têm ajudado muito os psicólogos nessa tarefa. Anote aí: estamos falando do HADD e da teoria da mente.

LIGUE SEUS DETECTORES

¶ HADD é uma sigla inglesa, e quer dizer “dispositivo hiperativo de detecção de agente”. Vamos deixar o “hiperativo” de lado, só por uns instantes, e nos concentrar no resto da expressão. Pensando mais uma vez em termos evolutivos — ou seja, em coisas que a tia Seleção Natural gostaria de ver em organismos “bons de sobrevivência” —, é lógico que quase todo ser vivo deveria vir equipado com dispositivos de detecção de agente, ou seja, que detectam coisas que agem na natureza.

Afinal, entre um pedregulho qualquer, que está lá largadão no solo e lá ficará pelos séculos dos séculos (a não ser que a chuva ou um terremoto o arranquem dali, bem entendido), e uma onça-pintada que avança saltitando de bocarra aberta na minha direção, é óbvio que a seleção natural deverá favorecer minha capacidade de detectar a agência (ou seja, a capacidade de agir) do felino, e não a do pedregulho (que, na prática, é inexistente). E parece claro também que esses dispositivos de detecção serão mais eficientes em animais, que podem se mover, do que em plantas, condenadas a ficar, digamos, plantadas num mesmo lugar (daí elas não terem sistema nervoso e reagirem a ataques apenas em níveis químicos rudimentares). Faz sentido ainda que, quanto mais sofisticado for o sistema nervoso de um animal, mais apurados serão seus dispositivos de detecção de agente, já que se trata de uma ferramenta tão crucial para sua sobrevivência.

Como você já deve estar imaginando, é aqui que o “hiperativo” entra. Num mundo tão perigoso quanto o nosso, seguro morreu de velho, prevenido vale por dois e todos os ditados populares sobre não correr riscos desnecessários que sua bisavó costumava repetir são mais verdadeiros do que você imagina. Isso significa que nunca é demais regular seu dispositivo de detecção de agente num nível um pouco (ou mesmo um muito) acima do estritamente necessário, até porque as indicações sobre o que vem a ser um agente, em especial os do tipo perigoso, são sempre ambíguas, meu chapa.

Em outras palavras, antes que a onça-pintada do exemplo anterior adentre de um salto a clareira onde estou e enfie os dentes na minha jugular, ela muito provavelmente balançou galhos e folhas na mata próxima, denunciando sua presença. O mesmo tipo de barulho poderia, por outro lado, ser produzido por

um bicho relativamente inofensivo (uma anta, quiçá?), ou pelo vento. Noves fora, é provavelmente melhor ser o feliz proprietário de um detector hiperativo — um HADD, portanto — e sempre escapar da onça, ainda que com isso eu também acabe gastando energia à toa correndo da anta ou do vento, do que ser sossegado demais e acabar no estômago do jaguar.

Como se pode ver, estamos falando de uma propriedade do comportamento dos seres vivos que não exige, ao menos de início, grande complexidade mental para funcionar direitinho, embora a seleção natural certamente seja capaz de fazer ajustes finos do HADD dependendo da espécie e do balanço de custos e benefícios de um sistema de detecção mais ou menos hiperativo. O caso da teoria da mente, por outro lado, parece ser bem distinto, embora haja uma semelhança superficial entre essa capacidade e o HADD.

A expressão parece indicar algo filosoficamente sofisticado, algum tipo de hipótese complexa sobre como a mente funciona, mas não é nada disso. Possuir uma teoria da mente significa ser capaz de imaginar que outros seres também são dotados de uma vida mental como a sua — nada mais do que isso. Se o filósofo francês René Descartes (1596–1650) se celebrizou ao cunhar a frase “Penso, logo existo”, a extensão lógica do raciocínio dele para o tema que estamos abordando seria “Outras pessoas pensam, logo também existem” ou coisa que o valha.

Deu para captar a diferença entre essa propriedade e o HADD? Com o detector à moda antiga, bastava ser capaz de farejar a tendência à ação de outras criaturas. Já a teoria da mente vai além da detecção do simples ato ao postular que, além de você, outros seres humanos, e até outros animais, possuem intenções, desejos, angústias, medos e por aí vai. E, diante dessa miríade de possibilidades, você tem a chance de ajustar com precisão o seu comportamento, levando em conta o que provavelmente está se passando na mente de seu aliado/oponente/possível jantar.

Dito desse jeito, parece uma operação puramente binária — ou seja, uma espécie de “tabelinha” mental entre a pessoa que pensa e o outro indivíduo cujas propriedades mentais ela está tentando adivinhar. Mas é claro que nós somos capazes de empregar a teoria da mente de um jeito bem mais complicado. Para exemplificar isso, gosto de citar uma canção da Marisa Monte que ninguém mais deve ouvir (desculpe, é a idade chegando), que diz o seguinte: “Eu sei que você sabe que eu sei que você sabe que eu sei”. Ou, para envolver mais de uma pessoa na jogada, que tal o seguinte: “Será que meu chefe sabe que o superior dele me disse que ele é um incompetente?”.

Não preciso dizer, mas digo assim mesmo, que essa capacidade mental tão complexa pode ser incrivelmente útil quando o assunto é fazer o que a seleção

natural nos preparou para fazer melhor: sobreviver e, principalmente, reproduzir-se com eficácia. Numa espécie tão intensamente social como a nossa — talvez a mais social de todas, descontando aí insetos como abelhas e formigas, que estão mais para superorganismos compostos por muitos corpos do que para sociedades verdadeiras —, o meio ambiente mais importante são os outros membros da nossa espécie, e conseguir se adaptar a eles significa, acima de tudo, antecipar seus estados mentais. Para ficarmos restritos a um único tipo de exemplo, qualquer político hábil, de Júlio César a Frank Underwood (da série *House of Cards*), sempre soube que uma das chaves do sucesso é entender o que se passa na cabeça de aliados e adversários e, assim, antecipar-se a eles.

Essa constatação nos ajuda a voltar a um ponto importante que tínhamos abordado no início deste capítulo. Ainda há um debate científico bastante feroz se desenrolando a respeito da presença ou ausência de teoria da mente em outras espécies animais, em especial entre grandes macacos como os chimpanzés, mas o consenso atual parece ser o de que eles não possuem essa capacidade — ao menos não na forma plenamente desenvolvida que pode ser encontrada em quase todos os humanos (autistas parecem ser um caso à parte, como veremos). Alguns experimentos mostraram, por exemplo, que chimpanzés não conseguem entender que um ser humano de olhos vendados não está enxergando a mesma coisa que eles, sem vendas nos olhos, conseguem ver — aparentemente porque não são capazes de ligar o “simulador de perspectiva alheia” (do tipo “hum, como será que ele está se sentindo com esse pano na cara?”) típico da teoria da mente. Há, sem dúvida, interpretações alternativas para o fato de os pobres símios se enrolarem tanto com uma tarefa que, do nosso ponto de vista, parece tão simples. A falta de familiaridade com o pano, ou mesmo o fato de que se trata de um membro de outra espécie, pode estar atrapalhando os macacos, entre outras possibilidades. De qualquer jeito, porém, por enquanto é razoavelmente seguro acreditar que, ainda que eles tenham algum tipo de teoria da mente, ela não é tão boa quanto a nossa. E tudo indica que essa mesma afirmação vale também para todos, ou quase todos, os hominídeos que viveram antes de nós.

DEIXAI VIR AO LABORATÓRIO AS CRIANCINHAS

¶ OK, chimpanzés aparentemente não conseguem aplicar de forma sofisticada a teoria da mente às suas interações cotidianas, hominídeos não conseguiam — mas crianças humanas conseguem. Pode não parecer, mas essa constatação é importantíssima, porque alguns dos experimentos mais interessantes e

reveladores sobre o tema do presente capítulo envolvem justamente a criança.

Mas por que colocar crianças nessa história? Bem, esse tipo de estudo parte do pressuposto de que, se você quer estudar uma característica humana universal — e a religião certamente se encaixa nesse quesito —, vale a pena tentar entender como ela se desenvolve na cabeça das pessoas do berço até a maturidade. A questão é que, se uma característica é quase universal, há boas chances de que haja um componente inato nela ou, no mínimo, que ela dependa de um ou mais componentes inatos.

Vamos colocar a coisa da seguinte maneira: todas as sociedades do planeta possuem linguagem falada e religião, mas nem todas inventaram um alfabeto ou a física nuclear. Isso significa que bebês já nascem falando ou indo à missa? Naturalmente que não: eles precisam aprender essas duas coisas, assim como precisam aprender a escrever, letrinha por letrinha, ou a calcular quanto urânio é necessário para fabricar uma bomba atômica. Por outro lado, hoje está claríssimo que existe uma diferença essencial entre esses dois tipos de aprendizado.

Os bebês, quase sempre, aprendem a falar sua língua materna como se fossem esponjinhas cognitivas, “sugando” espontaneamente pronúncia, vocabulário e gramática do idioma com pouquíssima ou nenhuma instrução formal. Em algumas culturas, os adultos nem se dão ao trabalho de dirigir a palavra aos infantes, o que não parece atrapalhar muito a fluência dos pequenos. Não é incomum que crianças com deficiência auditiva acabem inventando, do zero, a própria linguagem de sinais, em versão rudimentar — e basta que elas tenham contato com outras crianças com o mesmo problema para que um idioma completo acabe surgindo por consenso, muitas vezes dotado de equivalentes não orais das mesmas características sofisticadas que a gente costuma ver nas línguas faladas —, tempos verbais (presente, pretérito mais que perfeito, o escambau), gêneros (masculino, feminino, neutro) e outras coisinhas. Por conta de tudo isso, o consenso entre linguistas e psicólogos do desenvolvimento é que a linguagem humana normalmente é uma espécie de software pré-instalado: basta “clique” nela (um nível mínimo de exposição à linguagem praticada pelos adultos, digamos) para que tudo entre naturalmente no lugar.

Bem, os indícios que temos a respeito da crença em seres sobrenaturais nos sugerem que ela costuma funcionar de maneira semelhante à linguagem falada — não dependendo, portanto, de anos e anos de aulas de catecismo para existir, ao contrário do que muita gente imagina. Mas vamos por partes. É moleza eu sair afirmando o que acabei de afirmar, mas vale a pena tentar entender quais são as evidências empíricas que apoiam essa ideia, e só dá para fazer isso levando em conta algumas estruturas básicas dos processos mentais que estão presentes desde a mais tenra infância — as quais, se não têm relação direta com a crença

religiosa, acabam servindo de alicerce cognitivo para que ela seja construída.

Considere, para começar, o fato de que o HADD dos bebês já está ligado antes que eles completem um aninho de vida. Sim, há jeitos de avaliar, ao menos indiretamente, o que se passa na cabeça de criancinhas que ainda não falam e nem engatinham — é possível acompanhar quanto tempo uma criança olha fixamente para um objeto ou para uma cena, por exemplo, ou a força que ela está usando para sugar uma chupeta, entre outras coisas, o que dá aos psicólogos do desenvolvimento uma pista sobre o grau de interesse ou surpresa dos pequenos. (Para bebês, em geral, vale a lógica que usaríamos para um adulto: a gente tende a ficar de olho em coisas interessantes e surpreendentes, e a olhar para o outro lado quando temos diante de nós coisas chatas ou já esperadas.) Tais pistas indicam que, por volta dos seis meses de idade, as crianças já sabem que objetos inanimados não saem por aí se mexendo sozinhos — ou seja, que a agência normalmente é privilégio de pessoas e animais, por exemplo, e elas estranham situações em que esse tipo de expectativa é violado.

Ao mesmo tempo, e isso me parece absolutamente fascinante, bebês de até um aninho de vida são capazes de atribuir intencionalidade — uma forma rudimentar de teoria da mente, portanto — a objetos que não necessariamente se parecem com pessoas ou animais, como brinquedinhos feitos para acender luzinhas ou fazer barulho quando as crianças interagem com eles de alguma forma. Essa é a fase do desenvolvimento na qual os bebês aprendem a seguir o olhar de outras pessoas com seu próprio olhar — ou seja, a olhar para o mesmo lugar que outras pessoas parecem estar observando. Se esses brinquedinhos de laboratório dão a impressão de estar direcionando sua “atenção” (falsa, é claro) para determinado lado, virando-se automaticamente, por exemplo, a tendência dos bebês é acompanhar esse movimento, mesmo que os objetos bolados pelos pesquisadores não tenham propriamente uma carinha, ou mesmo olhos, em seu *design*. Tal tendência a enxergar “agência” e vida mental em quase qualquer tipo de objeto, desde que ele se comporte de um jeito que pareça sugestivo, claramente persiste ao longo da vida adulta. Outros experimentos revelaram que, se você mostra desenhos animados com figuras geométricas — sem cara, sem voz, sem nada — para adultos (em geral alunos de graduação em psicologia, voluntários fáceis de obter e baratos de financiar), quem está assistindo rapidamente vai atribuir personalidades às figuras (“o quadrado malvado”, “o círculo atrapalhado” etc.) e criar na cabeça uma trama novelesca para tentar explicar o que está vendo.

Tenho certeza de não estar falando nada de muito surpreendente aqui, por enquanto. Afinal de contas, a tendência de antropomorfizar as coisas — de enxergar outros seres vivos ou mesmo objetos inanimados com os mesmos olhos

que usamos para ver os seres humanos — é ridiculamente comum e natural. Acho muito improvável que você nunca tenha xingado um computador que deu pau ou tenha morrido de vontade de chutar um carro que não quer saber de dar a partida, mesmo sabendo racionalmente que todas as ações desse tipo só servem para extravasar frustração, e olhe lá. Acontece que esse tipo de reação não está restrito apenas a objetos físicos “pontuais” — ou mesmo a objetos físicos de modo geral. A combinação de HADD com teoria da mente muitas vezes é aplicada a fenômenos naturais, a experiências e a situações.

Não falo apenas da velha ideia de que furacões, terremotos e epidemias são “castigo de Deus” (ou dos deuses: politeístas também pensavam desse jeito na Antiguidade). Até ateus empedernidos, diante de alguma situação que mudou profundamente sua vida, para o bem ou para o mal, às vezes acabam parando e pensando: “O que será que isso significa? Essa situação está indicando que eu devo reagir dessa ou daquela maneira?”. É um fato: alguns estudos realizados na Itália e no Reino Unido nos anos 1990 e 2000, enfocando especificamente as reações de quem não acredita em Deus a eventos importantes da vida — mortes, perda de emprego, dificuldades escolares e financeiras etc. —, mostraram que até esses não crentes às vezes respondem usando uma variante daquela frase “tudo acontece por uma razão”, o que sugere, se não uma crença subconsciente em Deus, ao menos uma tendência a enxergar que existe algum destino vago e poderoso controlando as coisas por trás do pano.

O que os psicólogos andaram descobrindo a respeito das faculdades mentais das crianças corrobora essa tendência, aparentemente. Antes de mais nada, a paixão por detectar agentes em tudo quanto é canto vale inclusive para os que não podem ser vistos ou ouvidos, como mostra um dos fenômenos mais curiosos da cognição infantil: o dos amigos invisíveis, que “aparecem” para quase metade dos meninos e das meninas no começo da infância. Curiosamente, esses amigos invisíveis costumam ter superpoderes e conhecimento sobre-humano, criando uma analogia tentadora com as mitologias em que seres desse tipo aparecem: é quase como se muitas crianças inventassem seus próprios deuses. (Veja bem, não estou dizendo que Deus “não passa de um amigo imaginário de gente grande”. Seria mais correto dizer que alguns dos mesmos módulos mentais que as crianças usam para entender seus amigos imaginários são aplicados na cognição adulta a respeito dos fenômenos religiosos.)

A detecção quase compulsiva de agentes invisíveis se soma à tendência de enxergar propósito e intenção no mundo ao nosso redor — existente até entre ateus adultos, como vimos. Crianças também fazem isso o tempo todo, e com tamanho empenho que os psicólogos resolveram até inventar um termo técnico só para designar o fenômeno: teleologia promíscua. A primeira palavra, de

origem grega, poderia ser aportuguesada para “finalidade”, enquanto “promíscuo” aqui não tem nada a ver com sexo, mas sim serve para ressaltar o fato de que a criança enxerga finalidade em quase todas as situações — ou seja, tende a achar que as coisas que existem no mundo foram criadas (o uso da palavra é intencional, claro) para alguma coisa.

Essa tendência foi constatada em diversos experimentos, realizados nos EUA, no Reino Unido e em outros países por mais de um grupo de pesquisadores, envolvendo crianças com idades entre os 4 e os 8 anos de idade. Nesses casos, as várias pesquisas aplicavam combinações de questionários abertos e fechados (ou seja, nos quais as crianças podiam responder como quisessem ou tinham de escolher entre uma série de opções, respectivamente — o formato não é muito diferente de uma pesquisa de intenção de voto no período de eleições). Em geral, os psicólogos perguntavam por que certas coisas existiam — num espectro que vai de eventos naturais, como tempestades, passando por objetos naturais, como montanhas ou rios, e chegando a seres vivos, especialmente animais (os quais, como sabe qualquer pessoa que tenha algum contato regular com crianças pequenas, são vistos com extremo interesse).

O resultado é que, na maioria dos casos, as crianças se saíam com explicações teleológicas — ligadas a propósito e finalidade. Exemplo típico: em vez de dizer que certas rochas são pontudas porque elas se formaram de um jeito que levou a esse formato, as crianças tendiam a criar hipóteses como “elas são pontudas para evitar que os animais se sentem nelas e as esmaguem”. Mas a mais bonitinha, eu acho, é a explicação sobre a existência das montanhas: “Porque quando a Terra surgiu havia muitos terremotos e aí eles resolveram colocar as montanhas como se fossem pesinhos de papel no chão, aí os terremotos diminuíram”.

As pesquisas foram além disso, porém. Quando as crianças tinham a oportunidade de responder se esses vários elementos do mundo ao nosso redor tinham sido criados de propósito por alguma coisa ou alguém, ou simplesmente surgiram por processos naturais, a ideia da criação deliberada era a preferida por pelo menos metade dos meninos e das meninas no caso de objetos como rios e montanhas, e por dois terços das crianças quando a pergunta se referia a animais.

Se vocês me permitem uma anedota pessoal, recordo que meu filho, hoje com 5 anos, teve uma reação muito engraçada aos 3 anos e pouco de vida, ao se deparar com uma folha de árvore caída na frente de casa. A folhinha ainda estava parcialmente verde, mas outros pedaços dela tinham colorações que iam do pardo ao esbranquiçado. Ele pegou a folha e soltou, com aquela dificuldade fofa de pronunciar o “lh” e o “r”: “Uma fola cololida! Quem pintô?”.

Para completar esse quadro, quando as crianças eram instadas a responder quem tinha criado as coisas que existem no mundo, a tendência era escolher

alguma variante do cenário “Deus as criou” — e, de novo, a frequência com que essa resposta é usada cresce muito quando a “criação” examinada é um animal. Não é preciso quebrar a cabeça, porém, para ver que temos um possível problema de interpretação aí. Afinal, em muitos lugares do mundo, as crianças são rotineiramente ensinadas por seus pais, e até pela escola que frequentam, a acreditar justamente no papel de Deus como criador. Não seria forçar a barra registrar essas respostas e sair dizendo que a posição natural da criança é essa?

Nesse caso, há um certo problema de controle na amostra, até porque, na maioria dos casos, é difícil achar um grupo de crianças que nunca tenha sido exposto à ideia de um deus criador no Ocidente. Até países onde hoje há uma maioria de ateus, como os da Escandinávia, a influência cultural religiosa ainda é considerável. De qualquer modo, alguns dos estudos, realizados nos EUA, controlaram em parte esse probleminha metodológico ao “recrutar” crianças de dois grandes grupos: fundamentalistas e não fundamentalistas. No contexto americano, o primeiro grupo corresponde a meninos e meninas criados por pais que defendem a verdade literal dos textos bíblicos (uma criação do mundo em apenas sete dias, conforme narra o livro do Gênesis, por exemplo). Já o segundo inclui tanto as crianças de famílias que aceitam uma interpretação teológica mais livre dos textos sagrados quanto as criadas por pais não religiosos. O mais interessante, porém, é que nesses casos os pesquisadores aplicaram as mesmas perguntas aos pais da meninada, o que ajuda, em tese, a ter uma ideia do que tinha sido ensinado a elas. O resultado foi curiosíssimo: nos casos em que os pais escolhiam respostas “cientificamente corretas” (por exemplo, tal e tal animal surgiu por meio de um lento processo de seleção natural, em vez de ter sido criado diretamente por Deus), os filhos deles acabavam escolhendo com mais frequência a criação divina como explicação.

Isso pode ser um indício de que, para as crianças, a explicação “criacionista” é mesmo a mais intuitiva, a que mais apela para os nossos instintos mentais mais arraigados, independentemente do tipo de educação (ou doutrinação, se você quiser ver o lado escuro da coisa) que elas receberam. Isso ajudaria a explicar por que é tão difícil ensinar com eficácia a Teoria da Evolução, apesar das incontáveis evidências em favor dela: trata-se de uma batalha na qual os criacionistas já saem ganhando de goleada.

Repare que em nenhum momento eu disse que essa tendência “pró-criacionismo” das crianças corresponde a uma compreensão teológica complexa inata. Ninguém nasce acreditando na Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo, como dizem os cristãos) ou recitando os Dez Mandamentos, claro. O que as pesquisas que abordei nas últimas páginas mostram é algo muito mais sutil. A analogia com a linguagem pode ser útil, de novo, para entender isso. Assim

como as pessoas acabam aprendendo português se nascem no Brasil e hebraico se nascem em Israel, é o aprendizado cultural e social que acaba produzindo as inúmeras crenças religiosas que existem planeta afora. Mas, para que tais crenças se instalem no cérebro das pessoas, é indispensável um processo de “facilitação” cognitiva que dá aos bebês e às crianças a capacidade de inferir agentes e intenções no mundo ao seu redor — assim como nossa mente parece vir de fábrica com estruturas genéricas da linguagem prontas para uso, que depois acabam sendo preenchidas com o verbo “ser” no Brasil ou com o verbo “*to be*” nos Estados Unidos.

Este capítulo está quase no fim, mas não dá para simplesmente virar a página sem encarar de frente uma dúvida, ou quem sabe um medo, que talvez tenha começado a povoar a sua cabeça quando você passou a absorver alguns dos conceitos que abordamos agora há pouco. Em essência, o que eu andei dizendo nos últimos parágrafos é que a crença em entidades sobrenaturais pode ser o resultado de pequenos desajustes do funcionamento do cérebro. Ao utilizar dois aplicativos fundamentais do smartphone conhecido como mente, os nossos queridos HADD e teoria da mente — sem os quais jamais seríamos as criaturas complexas e inteligentes que todos conhecemos —, a maioria das pessoas também ficaria naturalmente sujeita a enfrentar tilts, os tais deuses, demônios, espíritos desencarnados etc.

Há pesquisadores que acham que esse tipo de descoberta é a evidência definitiva contra a existência de Deus. Afinal de contas, argumentam eles, se o nosso cérebro pode produzir uma miríade de seres do outro mundo como simples subproduto da maneira como funciona, não há motivos para imaginar que, em meio a esse panteão tão gigantesco, a mente humana tenha tido a sorte grande de imaginar uma deidade que, por um acaso monumental, calhou de ser verdadeira. Olhando a coisa dessa maneira, Deus se torna, se não logicamente impossível, ao menos monumentalmente improvável, afirmam eles.

É um argumento que não dá para descartar de um jeito casual e que precisa ser levado a sério caso você não queira simplesmente recorrer à fé cega. No fim das contas — e agora falo um instantinho como crente aqui —, é preciso ter a humildade de reconhecer que o instinto religioso, assim como qualquer outro instinto, às vezes pode se enganar feio. Se isso nos rouba algumas certezas, talvez valha, ao menos, como um antídoto salutar contra o fanatismo.

CAPÍTULO II

A CIVILIZAÇÃO

§

Sociedades
complexas
CRIAM
Deuses
ÉTICOS
E VICE-VERSA

*Para onde irei? Para onde fugirei?
Se subo ao céu ou se me prostro
No abismo eu te encontro lá
Para onde irei? Para onde fugirei?
Se estás no alto da montanha verdejante
Ou nos confins do mar*

TU ME CONHECES, PADRE JONAS ABIB

Diz Dario, o Rei: Por esta razão Ahura Mazda me ajudou, e os outros deuses que existem — porque eu não fui cruel, nem mentiroso, nem tirânico, nem eu nem a minha família. Caminhei de acordo com o direito e a justiça. Nem contra o maior nem contra o menor eu cometi violência.

INSCRIÇÃO DE BEHISTUN, IRÃ, SÉCULO 5º A.C.

¶ Simpatia não era bem o forte de Sauron, o vilão-mor de

O Senhor dos Anéis, mas não dá para negar o fato de que o sujeito tinha vários talentos. Além de ser um ourives de primeira — como provam os anéis mágicos do título da saga — e um ditador sanguinário bastante eficiente, tudo indica que o Senhor do Escuro também tinha excelentes conhecimentos de psicologia experimental. É a única explicação plausível para a sacada genial de usar como seu brasão o horrendo Olho Sem Pálpebra. Afinal, que orc teria coragem de sair da linha ao dar de cara com o olhar incansável de seu mestre pintado no próprio escudo? (Aliás, esqueça a ideia de que o corpo de Sauron não passava de um olho gigante — isso é coisa da adaptação para o cinema. No livro original, Sauron tem forma humana.)

Falei em psicologia experimental no parágrafo acima porque, por incrível que pareça, diversos estudos já mostraram que equivalentes do Olho Sem Pálpebra realmente funcionam no mundo real. Aliás, arquitetos e decoradores responsáveis por repartições públicas, salas de reunião de empresas, parlamentos etc., tomem nota: se vocês querem aumentar as chances de que as pessoas nesses ambientes ajam de forma honesta e ética sem gastar quase nada, basta pintar alguns olhos nas paredes, ou mesmo imagens que lembrem vagamente o olhar humano. Os experimentos a que me refiro mostraram que a probabilidade de alguém trapacear na presença desse tipo de desenho cai consideravelmente. Em outras palavras, gente vigiada — ainda que inconscientemente — tende a ser gente mais boazinha.

Acho que você já intuiu aonde estou querendo chegar com essa conversa. No capítulo anterior, vimos como uma série de vieses cognitivos típicos da nossa espécie acabam facilitando a crença em entidades sobrenaturais de modo geral: para a maioria das pessoas, em todas as épocas, é difícil conceber um Universo no qual agentes intencionais não estejam por trás do que enxergamos como complexidade, ordem e mesmo Destino com D maiúsculo. Esse tipo de intuição, no entanto, não diz muita coisa sobre o que se passa na cabeça de tais entidades, nem sobre o que elas desejam dos reles mortais. É aí que entra em cena outra predisposição mental típica do *Homo sapiens*: somos criaturas intensamente sociais, cuja vida e bem-estar dependem do relacionamento mais ou menos equilibrado e “justo” (ou seja, no qual ninguém explora demais o outro nem é demasiadamente explorado) com outras criaturas do mesmo tipo. E se fosse possível conceber os agentes intencionais sobrenaturais como seres que têm um interesse especial por justiça? É o que muitas sociedades andaram fazendo desde a aurora dos tempos, e o resultado são os chamados Deuses Grandes, termo cunhado pelo psicólogo social Ara Norenzayan, da Universidade da Colúmbia

Britânica, no Canadá. Os Deuses Grandes, de acordo com a definição proposta por Norenzayan e seus colegas, são divindades que monitoram com pente fino o comportamento ético das pessoas — e punem transgressões, segundo a crença de seus seguidores.

Não quero aqui afirmar que esse tipo de deus não passa de um bicho-papão de gente grande, à maneira de Sauron e seu Olho, mas há princípios comuns que ajudam a construir a imagem de ambos os tipos de entidades e fazem com que elas tenham um papel social importante, em especial quando os grupos humanos se tornam grandes e complexos demais. Nessas situações, quando os métodos mais simples de garantir o bom comportamento das pessoas deixam de funcionar, a força do olhar divino parece quebrar um bom galho, ao menos na maior parte do tempo.

ALTRUÍSMO

¶ Para entender melhor o impacto social dos Deuses Grandes, proponho que a gente esboce aqui uma pequena taxonomia do altruísmo e da cooperação. De fato, por mais que possa soar irônica a seguinte afirmação num mundo aparentemente tão desalmado e violento quanto o nosso, é impressionante como os membros da nossa espécie são capazes de trabalhar em equipe e de confiar uns nos outros.

Para dar um exemplo banal e que, à primeira vista, não parece ter nada de muito elevado moralmente: se você está acostumado a fazer compras pela internet, como eu, pense um instantinho na maluquice que é fornecer o número do seu cartão de crédito para um site que pertence a completos desconhecidos e, milagre dos milagres, alguns dias úteis depois o produto que você adquiriu chega direitinho na sua caixa de correio, em perfeito estado e com nota fiscal. O que impediu os sujeitos do site de usar a grana que você empenhou para comprar um computador novo e bancar a viagem deles para Buenos Aires, deixando você de mãos abanando?

A resposta cínica é: o medo da polícia ou dos seus advogados. Ou ainda, no mínimo, o desejo puramente egoísta de continuar vendendo cacarecos pela internet e ganhando dinheiro com isso. Superficialmente, a resposta está certa, mas é preciso considerar que o comércio de longa distância surgiu milênios antes da internet, dos advogados e da polícia, e mesmo assim funcionava decentemente (ao menos na maior parte do tempo). E a questão não é apenas a cooperação para fins econômicos. Tanto no mundo de hoje quanto no passado

remoto, as pessoas se unem para enviar doações a gente que está passando fome do outro lado do planeta (gente, aliás, que elas nunca viram nem verão), formam exércitos gigantescos para lutar contra inimigos comuns, obedecem a autoridades que elegeram (e, muitas vezes, que não elegeram também), caminham em meio a multidões de desconhecidos sem nenhum sinal de hostilidade.

O esquisito é que, durante dezenas de milhares de anos de existência da nossa espécie, todas essas coisas que acabei de descrever seriam absolutamente impensáveis, pelo simples fato de que o *Homo sapiens* passou quase toda a sua história evolutiva vivendo em grupos minúsculos de caçadores-coletores, cada um deles com, no máximo, algumas centenas de membros — o mais comum é que fossem algumas dezenas, na verdade. A diferença entre esse estado e as sociedades de grande escala com as quais estamos acostumados é brutal, acredite. Para começo de conversa, entre esses grupos sociais “versão 1.0”, qualquer estranho ou intruso é, quase por definição, um inimigo, uma ameaça. Outro ponto crucial é que essas sociedades costumam ser radicalmente igualitárias: não há divisão de trabalho (com exceção da que às vezes existe entre homens e mulheres), nem “governo”, nem ao menos caciques. Finalmente, a tendência é que cada grupo seja formado, em boa parte, por gente que tem parentesco entre si.

Isso significa que as regras que controlam a cooperação e o altruísmo nesses grupos tendem a seguir princípios que valem, grosso modo, para muitas outras espécies de animais. Em primeiro lugar, quando as pessoas pensam em seu círculo social, está em plena operação a chamada seleção de parentesco. Ou seja: os indivíduos têm uma tendência naturalmente maior de agir de forma altruísta quando isso beneficia membros do grupo com os quais têm parentesco mais próximo.

Não se trata apenas de amor entre pais e filhos, mas também, em última instância, de autointeresse genético. Seus parentes próximos, afinal de contas, carregam uma fração significativa de seu DNA — filhos, por exemplo, têm 50% dos genes dos pais. O resultado desse cálculo indica que é de seu interesse garantir que eles sobrevivam e, principalmente, consigam se reproduzir, porque isso lhe confere uma chance de “imortalidade”; eles passam adiante boa parte do que você é. Como brincou certa vez o biólogo britânico J.B.S. Haldane (1892–1964), ele não seria capaz de dar a vida por um irmão, mas se sacrificar por dois irmãos ou oito primos já parecia um bom negócio — basicamente porque, somando os genes compartilhados por essa parentada toda, o resultado era igual a “1 Haldane”. Ou seja, era como se ele nem morresse, do ponto de vista genético, caso seu sacrifício salvasse os irmãos e primos. (Um parêntese

necessário, ainda que óbvio: nada do que eu disse até agora é um cálculo que acontece em níveis conscientes. É preciso separar com clareza as motivações evolutivas profundas das motivações normais que as pessoas ou os animais são capazes de perceber subjetivamente. É lógico que todos cuidamos de nossos filhos e netos porque eles são fofos — ainda que nem sempre — e porque nós os amamos, e não porque estamos fazendo uma fria contabilidade darwinista o tempo todo. As emoções são reais e importantes, ainda que tenham motivações subterrâneas que a gente raramente percebe.)

Mas mesmo grupos de caçadores-coletores não são tão pequenos para que todo mundo seja parente próximo, ou mesmo de segundo grau. Sem a força extremamente poderosa da seleção de parentesco, para cimentar a cooperação e o espírito de doação e sacrifício pelo próximo, um dos princípios mais importantes que entram em ação é o chamado altruísmo recíproco. Se quisermos bancar os cínicos, podemos apelidá-lo de “É dando que se recebe”, “Uma mão lava a outra” ou outros lemas normalmente associados a políticos tupiniquins de reputação não muito ilibada — mas não há nada essencialmente calhorda em ser legal com quem trata você decentemente. Gentileza gera gentileza, afinal de contas. E o curioso é que, além da lógica intuitiva da coisa, o altruísmo recíproco tem apoio sólido até da matemática, da ciência da computação e da teoria dos jogos, o ramo de pesquisa que lida com a otimização de estratégias na guerra, nos negócios e em uma série de outras áreas. Ocorre que, além dos biólogos, os especialistas dessas disciplinas também ficaram encafifados com o aparente mistério da cooperação entre indivíduos não aparentados. Ao longo dos anos 1970 e 1980, eles organizaram competições épicas de programas de computador para investigar se, do ponto de vista evolutivo, a cooperação honesta valia a pena ou se, a rigor, o crime sempre compensava. Especialistas renomados escreveram linhas e mais linhas de código (grosso modo, as “receitas” dos programas de computador) correspondentes a estratégias complicadas, que envolviam variados graus de cooperação, trapaça e aleatoriedade, mas o programa que se tornou o campeão e que teria uma sólida carreira pela frente usava uma diretriz ridiculamente simples, apelidada de Olho por Olho. A saber: na primeira jogada, seja legal com o programa que está jogando com você, cooperando com ele. Caso o parceiro devolva o favor, cooperando também, continue sendo legal indefinidamente, desde que o outro programa nunca traia você, e ambos seguirão se beneficiando da cooperação. No entanto, se o parceiro resolver passar a perna na sua pessoa, é hora de retaliar: dê uma rasteira nele na jogada seguinte. Caso ele resolva se emendar nas próximas rodadas, tanto melhor: aí você volta a cooperar.

(Antes de irmos em frente, mais um parêntese — sei que este capítulo anda

ficando cheio deles, mas tenha um tiquinho de paciência, por favor. Nas simulações computacionais de que estamos falando, os termos “trair” e “cooperar” têm um significado bastante preciso. Eles são versões matemáticas do que pode acontecer num jogo conhecido como Dilema do Prisioneiro, assim chamado porque simula a situação de dois criminosos que são comparsas e foram colocados em celas separadas pela polícia. Se nenhum dos dois “dedar” o outro, ambos pegam uma pena leve. Entretanto, e aí é que a coisa fica sacana, se um deles dedura o parceiro, enquanto o outro se mantém calado em nome da honra entre ladrões, o boquirroto ganha a liberdade condicional por colaborar com a Justiça, enquanto o bandido fiel amarga longo tempo no xadrez. A pior situação é quando os dois resolvem denunciar o colega: ambos pegam a pena máxima. A ideia por trás desse cenário é tentar capturar o dilema do altruísmo recíproco: quem age de forma leal consegue lucrar decentemente junto com a pessoa com a qual interage, mas há sempre a enorme tentação de passar a perna num otário honesto e se dar muito bem com isso — embora, é claro, quando há confiança zero entre as pessoas, todo mundo se dá mal e nada funciona direito.)

A estratégia Olho por Olho, ou mesmo estratégias ainda mais boazinhas do que ela, que evitam se vingar do parceiro toda vez que ele parece trapacear (dando ao sujeito o benefício da dúvida; a “trapaça” pode ser apenas um erro honesto, afinal de contas), funcionam bastante bem em sociedades de caçadores-coletores porque dependem da interação constante e cara a cara entre os indivíduos. Se você sabe que vai ter de olhar para as fuças feias daquele membro da sua tribo todo santo dia, sua tentação de passar a perna no sujeito diminui, porque ele sabe exatamente onde você mora (o que não é muito difícil quando todo mundo que você conhece mora em meia dúzia de cabanas em volta de uma fogueira, convenhamos) e quem são seus filhos, seus irmãos e seus primos.

Vamos ser generosos e supor que o seu grupo de caçadores-coletores costuma interagir de forma relativamente pacífica — trocando pontas de flecha e parceiros para casamento, por exemplo — com dois ou três outros grupos que vivem no mesmo vale da floresta tropical. Ainda assim, o raio geográfico das suas interações sociais é tão restrito que fica impossível alguém daquela área não conhecer no mínimo a sua reputação, ainda que não conheça você pessoalmente. É o que os teóricos costumam chamar de altruísmo recíproco indireto: mesmo quem nunca interagiu com você já ouviu dizer que fulano é um bom sujeito ou um traíra e agirá de acordo com tais informações. De novo, o crime, em geral, não compensa nesses casos. Em grupos humanos desse tipo, além do mais, todo mundo está muito ocupado obtendo seu próprio sustento para que seja possível o surgimento de governantes que apenas cuidem de questões de Estado ou de explorar seus súditos. Quem não anda na linha tende a sofrer críticas duras e

públicas dos companheiros de tribo e, caso não pare de se aproveitar dos outros, provavelmente acabará sendo expulso da aldeia.

A coisa inevitavelmente muda de figura quando as sociedades humanas atingem outra escala de tamanho — situação que, em quase todos os lugares do mundo, é resultado da descoberta (ou invenção, como você quiser) da agricultura e/ou da criação de animais. Quem planta seu próprio milho/trigo/arroz ou cria suas próprias cabrinhas/ovelhas/lhamas normalmente consegue alimentar muito mais bocas com a mesma quantidade de terra. E o resultado é um aumento da densidade demográfica, o qual, no devido tempo, conduz à formação de cidades e ao surgimento de Estados, com governantes, soldados, sacerdotes e outros profissionais especializados, além do pessoal que pega no cabo da enxada para produzir a comida que alimenta esses novos estratos da população. A questão é que sociedades com dezenas de milhares de membros não têm como manter os elementos centrais do altruísmo recíproco, seja ele direto ou indireto. Não há como interagir, cara a cara e chamando pelo nome, com todos os membros daquele grupo — e a boa e velha reputação tampouco funciona. A tentação de passar a perna em alguém que nunca mais verá a sua cara de traidor pode acabar se tornando grande demais. Como resolver esse dilema?

Em parte, é claro que a resposta é inventar um Estado que funcione: burocratas para cobrar impostos; soldados para manter a ordem; tribunais, cadeias e carrascos para punir os malfeitores, e por aí vai. No entanto, preciso compartilhar um dos segredos mais bem guardados sobre os Estados da Antiguidade, da Idade Média e mesmo de boa parte dos ditos modernos: eles nunca funcionaram lá muito bem. Eu sei que uma afirmação dessas parece forçar a barra quando o assunto é, digamos, um Estado como o Império Romano, que dominou extensões vastíssimas da Europa, da África e da Ásia por cinco séculos — mas o fato é que a Roma dos Césares (e a Pérsia dos xás, e a Rússia dos czares) só fazia duas coisas “estatais” realmente bem: arrancar o couro dos camponeses com impostos e financiar as legiões que conquistaram aquela terra toda. A gente pode ficar maravilhado com o Coliseu, os banhos públicos e as estradas romanas, mas essas coisas eram, em geral, a cereja do bolo. Quem tinha acesso aos tribunais? Meia dúzia de ricos. Quem tinha acesso à educação? Os que podiam pagar tutores particulares — a mesma meia dúzia de ricos. Os sistemas governamentais modernos que fazem a vida de todo mundo funcionar e ser minimamente decente são, quase sempre, coisa dos últimos cento e poucos anos. Para o bem e para o mal, pessoas comuns do século 19 e de todos os séculos anteriores tinham de se virar sem governo e sem polícia quase sempre.

Sem polícia e sem governo, mas pelo menos com Deus ou os deuses, afirma Norenzayan.

DEUSES QUE SE IMPORTAM

¶ O primeiro argumento do psicólogo e seus colegas é, no fundo, estatístico. O fato é que existe uma correlação muito curiosa entre a crença em Deuses Grandes e a complexidade política e social. Em outras palavras, é bem raro que grupos de caçadores-coletores acreditem em divindades dessa natureza, mas pessoas que vivem em sociedades complexas e Estados quase sempre seguem esse tipo de deus. Para ser mais específico, um levantamento feito pelo antropólogo Christopher Boehm, da Universidade do Sul da Califórnia, que examinou as crenças religiosas de 18 sociedades de caçadores-coletores, mostrou que apenas quatro delas adoram deuses que proíbem enganar os outros, e só sete possuem divindades que condenam o assassinato. Num estudo parecido, o sociólogo Rodney Stark, da Universidade Baylor (EUA), examinou um banco de dados sobre as religiões de mais de 400 culturas pré-industriais diferentes mundo afora (ou seja, incluindo tanto caçadores-coletores quanto agricultores e criadores de gado “primitivos”). Resultado: só um quarto delas reverencia deuses que se interessam pelos assuntos humanos e pregam o comportamento ético. E, mais interessante ainda, parece haver uma gradação aí: a probabilidade de conceber Deuses Grandes aumenta quando o grupo é mais complexo que um bando de caçadores-coletores e vira, por exemplo, um cacicado (termo que designa grupos pré-industriais com esboços de classes sociais, população na casa dos milhares e inícios de arquitetura mais grandiosa, como muitos polinésios, por exemplo). Mas essa probabilidade ainda é bem mais baixa do que a da presença de Deuses Grandes em sociedades com Estados (entre as quais eles quase sempre estão presentes).

É importante colocar alguns pingos nos is sobre os dados acima antes de continuarmos. Primeiro, nada disso significa que caçadores-coletores ou agricultores primitivos fossem ateus. Praticamente todos eles acreditam em deuses, espíritos ancestrais etc., mas a questão é que tais entidades 1) não estão muito aí para o que seus seguidores andam fazendo, desde que sejam devidamente “alimentadas” com sacrifícios, oferendas e tabus, e 2) possuem poderes bastante limitados. A “onisciência” delas pode se restringir ao que acontece no território de uma aldeia, digamos. E, apesar de os deuses de caçadores-coletores raramente punirem a trapaça ou o assassinato, isso também não significa que esses grupos sejam um vale-tudo amoral. Pelo contrário: eles também condenam várias das práticas que nós vemos como violações éticas — sem que as divindades que adoram precisem meter o bedelho nisso. Se alguém já disse que, se Deus não existe, tudo é permitido, o que vemos entre caçadores-

coletores no mínimo sugere que, mesmo quando Deus é visto como impotente, nem tudo se torna automaticamente permitido.

Outra ressalva importante tem a ver com a associação automática que as pessoas fazem entre o Deus único dos monoteísmos ocidentais — do judaísmo, do cristianismo e do islamismo — e as diretrizes éticas. O fato é que é perfeitamente possível a existência de Deuses Grandes entre pagãos, ou seja, politeístas, gente que adora uma família ou até uma multidão de deuses. Essa possibilidade pode surgir quando um desses muitos deuses é elevado à categoria de divindade-mor (quem conhece o Zeus grego e sua contraparte romana, Júpiter, certamente sabe do que eu estou falando) ou quando, atuando como uma espécie de “Senado divino”, os deuses atuam juntos para punir os malfeitores.

Também não é possível associar o surgimento de Deuses Grandes à influência de missionários monoteístas: nos bancos de dados antropológicos, não há correlação estatística entre uma coisa e outra. Tudo indica que esse tipo de deidade é um caso clássico de evolução cultural convergente — ou seja, do aparecimento das mesmas características, ou de características muito parecidas, de forma independente em diferentes lugares e épocas. As crenças judaico-cristãs e islâmicas são apenas os exemplos mais bem-sucedidos de um fenômeno bem mais amplo. E, falando em correlações estatísticas, não posso deixar de mencionar uma que de fato existe e é fascinante: os Deuses Grandes têm probabilidade maior de estarem presentes em sociedades que sofrem com... escassez de água. Aparentemente, quando falta água, é preciso uma coesão social acima do normal para que as sociedades continuem funcionando, e nada como o olhar de um Deus Grande para manter as pessoas nos eixos. Coincidência ou não, água em falta é justamente uma das características-chave da região na qual surgiu o Deus do judaísmo e suas versões mais recentes, o do cristianismo e o do Islã.

Eu disse agora há pouco que o monoteísmo ocidental é um exemplo especialmente bem-sucedido de adoração a um Deus Grande, não disse? Bem, temos razões para acreditar que é isso o que os Deuses Grandes fazem, de maneira geral: sociedades que acreditam neles se tornam mais coesas e aguerridas do que as demais, numa dinâmica “cooperar para competir” — no sentido que os adeptos desse tipo de divindade cooperam com mais facilidade entre si e, portanto, competem com mais sucesso contra os membros de outras sociedades não tão devotas. Isso pode ser visto, no fundo, como um análogo cultural da seleção natural biológica, no qual os “organismos” são o grupo social-religioso como um todo. Talvez não seja por acaso que muitos textos religiosos estejam repletos de metáforas fisiológicas. Sem fazer muito esforço, consigo lembrar de dois exemplos importantíssimos no Novo Testamento

cristão: no *Evangelho de João*, Jesus diz que ele é uma videira e seus seguidores são os ramos dessa planta, que precisam permanecer conectados ao tronco para frutificarem; e o apóstolo Paulo, em suas cartas, afirma que os cristãos como um todo são os membros do corpo de Cristo, intrinsecamente ligados uns aos outros de forma orgânica. Tampouco é casual outro tipo de metáfora que, para muitos dos que creem, assume uma consistência quase concreta: a ideia de que a fé num Deus Grande dá ao fiel uma nova família, às vezes até mais importante do que sua família de carne e osso. Não são só os cristãos que chamam uns aos outros de irmãos — o que, além do significado espiritual, também é uma estratégia importante para mobilizar simbolicamente os recursos poderosíssimos da seleção de parentesco. Afinal, pode muito bem valer a pena o sacrifício por um Pai ou um irmão (ou, vá lá, por dois irmãos, como diria o velho Haldane).

Existem alguns dados empíricos intrigantes que parecem indicar que as metáforas da família e do organismo são mais do que artifícios poéticos, tendo impacto verdadeiro sobre a capacidade dos adoradores de Deuses Grandes de sobreviver e competir com outros tipos de sociedades. O caso mais clássico é um estudo feito pelo antropólogo Richard Sosis, da Universidade de Connecticut (EUA), sobre as comunas religiosas e não religiosas que floresceram no território americano ao longo do século 19. Se você não faz ideia do que seja isso, pense numa comunidade hippie, só que sem flores no cabelo ou peruas pintadas com cores psicodélicas. Estamos falando de gente que, insatisfeita com a maneira como as coisas funcionavam nos Estados Unidos da época, resolveram fundar suas próprias sociedades semiautônomas.

Ocorre que alguns desses grupos seguiam crenças religiosas muito específicas. Os mais peculiares, ou simplesmente malucos, talvez fossem os chamados perfeccionistas de Oneida, que acreditavam que o reino de Deus na Terra já estava acontecendo e praticavam “casamento complexo” — todo mundo era casado com todo mundo do grupo — e o costume de as mulheres com mais de 40 anos iniciarem sexualmente os adolescentes do sexo masculino. E havia ainda as comunas seculares, ou seja, não religiosas — em geral congregando praticantes de uma forma primitiva de socialismo. Quais comunidades você acha que duraram por mais tempo, num intervalo examinado de 110 anos? Acertou se você disse “as religiosas” — e com folga. Em média, elas sobreviveram quatro vezes mais tempo que suas contrapartes. Não que durassem para sempre, claro. Os próprios perfeccionistas, cujo grupo foi fundado em 1848, deixaram de existir em 1881 — não sem que antes alguns membros fundassem a Oneida Ltda., empresa que até hoje é um dos grandes nomes do mercado internacional de talheres. (A filosofia religiosa igualitária dos perfeccionistas fez com que a empresa tivesse uma mulher entre seus diretores fundadores, coisa altamente

incomum no século 19.)

A questão, é claro, é como a crença em Deuses Grandes produz benefícios sociais. Voltemos finalmente aos equivalentes religiosos do Olho de Sauron. Além dos experimentos mostrando que essa sensação inconsciente de estar sendo observado aumenta a cooperação e o altruísmo em jogos parecidos com o Dilema do Prisioneiro, também é possível criar o mesmo efeito com estímulos verbais inconscientes, que funcionam como mensagens subliminares. Para ser mais específico, em experimentos nos quais a pessoa estava sujeita à tentação de trapacear em jogos de computador para ganhar a recompensa oferecida pelo laboratório de psicologia (alguns dólares, digamos), a exibição extremamente rápida de palavras como “Deus”, “céu”, “pecado” etc. diminuiu significativamente a frequência de atitudes desonestas. Um dado curioso, porém, é que o uso subliminar de termos ligados a autoridades seculares — “polícia”, “júri” e por aí vai — tem basicamente o mesmo efeito, ao menos em pessoas de países como os EUA e o Canadá, nos quais há uma tradição relativamente forte de respeito às instituições sociais e políticas não religiosas. Eis um assunto que deve dar pano para manga no último capítulo deste livro — as vantagens e desvantagens sociais de um mundo com menos espaço para Deus.

Experimentos também sugerem que a participação ativa na adoração a Deuses Grandes torna as pessoas, em média, mais propensas a contribuir para o bem-estar de seus pares, aumentando sua tendência a cooperar em coisas parecidas com o Dilema do Prisioneiro — é o que se viu tanto entre adeptos brasileiros do candomblé quanto entre muçulmanos da Índia. E, finalmente, parece que, do ponto de vista psicológico, o problema que os crentes em Deus têm com os ateus é essencialmente de confiança. Em outras palavras, as pessoas parecem enxergar a adesão a um Deus Grande como parte importante da fé do sujeito no “contrato social”, ou seja, nas regras que governam a justiça e moralidade na vida em grupo. Segundo esse ponto de vista, não é que os ateus sejam maus — eles apenas não teriam um fiador sobrenatural quando se sentissem tentados a fazer algo errado. A ideia é apoiada por dados que mostram, em jogos de laboratório, que as pessoas têm mais probabilidade de cooperar com parceiros sabidamente religiosos, mesmo que tais parceiros não sejam da mesma religião que ela. Falando nisso, a maioria dos americanos se diz disposta a votar num candidato a presidente muçulmano, mesmo depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, ou até num candidato gay — mas só 45% votariam num ateu. Como diz Norenzayan, é melhor acreditar no deus errado do que em nenhum deus, segundo esse ponto de vista.

Em assuntos tão complexos e delicados como os que estamos abordando, uma ressalva rápida de fim de capítulo nunca é demais. Se tudo o que tentei contar

nas últimas páginas parece reforçar a velha ideia caricata de que “religião é o ópio do povo”, “o primeiro deus nasceu quando juntaram o primeiro espertalhão e o primeiro otário” e tantos outros chavões insuportavelmente rasos, é bom pensar duas vezes. Coloquemos entre parênteses, mais uma vez, a questão da realidade (ou a falta dela) de seres e experiências sobrenaturais. Mesmo que todas essas coisas estejam apenas acontecendo dentro da cabeça dos seres humanos, muitos aspectos dos Deuses Grandes podem ser tão benéficos para a massa da população quanto são para governantes e sacerdotes. A capacidade de promover a confiança e a benevolência entre indivíduos que não têm parentesco entre si e nunca se viram na vida é, quase sempre, uma dádiva. Ao mesmo tempo, ela tem o potencial sombrio de promover a competição entre grupos que não seguem o mesmo Deus Grande, às vezes até à morte. Entre luz e trevas, temos uma infinidade de nuances, que as caricaturas não são capazes de capturar.

CAPÍTULO III
IAHWEH

§

As
verdadeiras
ORIGENS DO
POVO
de Deus

Assim diz o Senhor Iahweh a Jerusalém: Por tua origem e por teu nascimento, tu procedeste da terra de Canaã.

LIVRO DO PROFETA EZEQUIEL, CAPÍTULO 16, VERSÍCULO 3

¶ A vida de quem estuda as origens do monoteísmo ocidental seria muito mais fácil (ou muito mais chata, se você é do tipo que adora um desafio) se fosse possível ler a Bíblia como quem lê um relato jornalístico escrito na semana passada, ou um bom livro de história sobre a Segunda Guerra Mundial. Se as Escrituras tivessem sido produzidas com a mesma preocupação que esses gêneros modernos devotam à precisão factual e à busca pela objetividade, não haveria muito o que discutir: a crença no Deus único que ainda hoje é adorado por judeus, cristãos e muçulmanos teria principiado lá pelo ano 1800 a.C., quando um chefe tribal de origem mesopotâmica chamado Abrão (nome que depois seria ligeiramente alterado para “Abraão”), atendendo a um chamado da divindade conhecida como Iahweh, decidiu deixar a região de Harã, na fronteira entre as atuais Turquia e Síria, e partiu de mala e cuia para a terra conhecida como Canaã, hoje correspondente a Israel e aos territórios palestinos.

Para quem vê contradição entre as religiões abraâmicas (assim chamadas em homenagem ao nosso ilustre personagem) e a Teoria da Evolução, não deixa de ser irônico constatar que Abraão põe o pé na estrada por ter fé numa promessa de Iahweh cujo sabor é bastante darwinista. A divindade que propõe uma aliança com o patriarca não diz que fará dele um rei, que vai cumulá-lo de riquezas ou que concederá a Abraão o paraíso depois da morte, entre outras benesses possíveis. O ponto central da promessa de Deus é a descendência: os filhos, netos e bisnetos de Abraão vão dar origem a um povo mais numeroso do que as estrelas do céu e os grãos da areia da praia, desde que ele demonstre absoluta fidelidade a Iahweh. Ou seja, nessa narrativa, o prêmio da fé é o sucesso reprodutivo diferencial, como diriam os biólogos modernos.

É claro que tudo isso faz bastante sentido quando notamos que, segundo o texto bíblico, o alvo da promessa é um homem de 75 anos de idade ainda sem filhos, cuja esposa é descrita como uma mulher igualmente idosa. Ao aceitar a aliança com o misterioso parceiro divino, Abraão e Sara, sua mulher, finalmente geram o sonhado herdeiro, Isaac (não sem que, antes disso, o próprio Abraão seja pai de outro menino, Ismael, ao tomar uma escrava como concubina). A família do patriarca vai crescendo ao longo das gerações, mudando-se toda para o Egito mais tarde, embora a promessa de fertilidade divinamente abençoada tenha incluído também a posse futura de toda a terra de Canaã. Escravizados pelos egípcios, os milhares de descendentes de Jacó, neto de Abraão, conhecidos como israelitas, são libertados por intervenção direta de Iahweh, que escolhe como seu representante na Terra o profeta Moisés. O porta-voz de Iahweh sobe ao Monte Sinai, no meio do deserto, para receber das mãos do próprio Deus as leis sagradas que caracterizam a primeira religião monoteísta da história — já

que, na época de Abraão, Isaac e Jacó, a circuncisão era o único ritual exigido por Deus. Liderados por Josué, general e sucessor de Moisés, os israelitas, divididos em 12 tribos (cada uma descende de um dos 12 filhos de Jacó), invadem Canaã e a conquistam, exterminando seus habitantes, cuja maldade despertou a ira de Iahweh.

Essa, num resumo ridiculamente resumido, é a narrativa das origens da crença no Deus único que, há milhares de anos, pode ser lida no Antigo Testamento, como o chamam os cristãos, ou na Torá, a primeira parte da Bíblia hebraica aceita pelos judeus. (O judaísmo atual costuma usar o termo “Tanakh” — sigla de “Torá, Profetas e Escritos” — para designar o conjunto de seus textos bíblicos.) O problema é que, apesar de seu inegável apelo literário e religioso, essa narrativa tem pouco de história e muito de material lendário. Figuras como Abraão, Jacó e Moisés podem até ter existido no passado remoto, mas não há evidências diretas da passagem desses personagens pelo antigo Oriente Médio, e tudo indica que o surgimento do monoteísmo israelita tenha sido um processo muito mais complexo do que uma simples entrega da Lei de Deus (com L maiúsculo, claro) a Moisés no deserto.

Não há como explicar o que os especialistas têm descoberto sobre a gênese da figura de Iahweh sem falar da história do povo de Israel, cuja saga se confunde com a de seu Deus todo-poderoso, e dos acontecimentos históricos que moldaram os antecessores e os vizinhos dos israelitas na terra de Canaã e em outras regiões do mundo antigo, em especial a Mesopotâmia, a Leste, e o Egito, a Oeste. Há séculos os especialistas afirmam que uma das principais diferenças entre Iahweh e os deuses adorados pelos politeístas (ou “pagãos”, para usar um termo politicamente incorreto) é que o Senhor bíblico é um deus profundamente ligado à história humana. Essa afirmação, como veremos nos próximos capítulos, é verdadeira mesmo que você não acredite nas supostas intervenções miraculosas de Iahweh em eventos históricos.

DOS PATRIARCAS AO NILO

¶ Voltemos a Abraão e a seus filhos e netos por um instante. Durante boa parte do século 20, alguns estudiosos importantes, como o arqueólogo americano William Foxwell Albright, defenderam que as narrativas sobre Abraão, Isaac e Jacó presentes no livro do *Gênesis* faziam bastante sentido histórico, considerando o que a gente sabe sobre as condições predominantes no Crescente Fértil (outro nome simpático para aquele pedacinho do Oriente Médio onde eles

viveram) em meados da Idade do Bronze (por volta de 1.800 a.C.).

Albright e outros estudiosos argumentavam que a longa jornada da família de Abraão, de Harã para a Palestina, lembra muito certos movimentos migratórios desse período, no qual nômades que viviam nas bordas do território mesopotâmico teriam chegado a Canaã. De quebra, analisando tabuletas de argila com inscrições que falam de leis, costumes e personagens da época, achadas em antigas cidades-Estado da área, os especialistas também encontraram nomes de pessoas semelhantes aos que designam os patriarcas da Bíblia, bem como menções a hábitos que aparecem no *Gênesis*, como o de adotar um escravo como herdeiro caso a pessoa não tenha filhos (era esse o “plano B” de Abraão antes que Deus lhe promettesse uma vasta descendência). Conclusão: embora ninguém tivesse encontrado a certidão de nascimento de Isaac ou coisa que o valha, até porque chefes tribais nômades como eles raramente deixavam qualquer tipo de registro, as vidas dos patriarcas, no geral, pareciam bastante plausíveis do ponto de vista histórico — descontando o fato de que todos eles morreram com cento e muitos anos de idade, segundo a Bíblia.

A tendência que prevalece entre quase todos os pesquisadores atuais, no entanto, é enxergar com muito mais ceticismo as chamadas narrativas patriarcais. Não se trata de uma conspiração antibíblica: essa posição é apenas o resultado de uma leitura mais atenta das pistas deixadas pelo *Gênesis* e pela arqueologia. Considere a grande quantidade de anacronismos na história dos patriarcas — ou seja, de coisas que, até onde sabemos, não poderiam estar presentes nessas narrativas porque ainda não existiam na época deles. A Bíblia afirma, por exemplo, que nossos heróis possuíam rebanhos de camelos (entre outros ungulados). Mas o camelo — ou melhor, dromedário, com uma corcova só — só foi domesticado no finzinho da Idade do Bronze, lá pelo ano 1200 a.C., ou seja, quando Abraão, caso tenha existido mesmo, já era uma memória mais distante do que Pedro Álvares Cabral é para nós. Do mesmo modo, as narrativas patriarcais mostram os fundadores do povo israelita interagindo com o grupo étnico dos filisteus (talvez você se lembre que Golias, o gigante que teria sido morto pelo jovem David, era filisteu). O detalhe é que, tal como os camelos, os filisteus também foram acrescentados tardiamente ao panorama do Oriente Próximo, tendo chegado à terra de Canaã, veja você, em torno de 1200 a.C., talvez vindos da ilha de Creta. Etnicamente, os filisteus estavam mais próximos dos gregos, ao menos em seus inícios. A não ser que Abraão e Isaac fossem felizes proprietários de uma máquina do tempo, não haveria maneira de eles toparem com um filisteu.

Tudo isso sugere, no mínimo, que o material hoje presente no *Gênesis* foi escrito muitos séculos depois dos supostos acontecimentos que relata, ainda que

esteja baseado em tradições orais mais antigas, que talvez remontem a algum ancestral semilendário chamado Abraão (ou Isaac, ou Jacó). Outra pista interessante que aponta nessa direção é o fato de que os textos, com alguma frequência, relatam que acontecimentos muito parecidos, se não idênticos, aconteceram tanto com um quanto com outro patriarca — isso quando não é o mesmo acontecimento relatado sobre o mesmo ancestral dos israelitas.

Em duas ocasiões, por exemplo, um rei pagão fica fascinado com a beleza de Sara; Abraão, temendo ser morto pelo monarca, finge que é irmão dela, e não seu marido; o rei tenta levar Sara para seu harém, mas recebe um aviso (ou punição) enviado por Deus e devolve a moça (já não tão moça, pelo que sabemos) ao marido. O mais esquisito é que o *Gênesis* conta a mesmíssima história a respeito de Isaac e sua mulher, Rebeca — inclusive envolvendo, aparentemente, o mesmo rei que se encantou com Sara, ou no mínimo um rei com nome e domínios idênticos aos do sujeito anterior. A probabilidade de que esses momentos “Vale a Pena Ver de Novo” reflitam eventos históricos é considerada baixa ou inexistente. Para muitos estudiosos, o mais provável é que essas histórias sejam versões ligeiramente diferentes da mesma lenda popular, algumas ligadas ao nome de Isaac, outras ao nome de Abraão. O autor/editor do *Gênesis* teria trabalhado com fontes literárias ou orais que já existiam quando ele começou a escrever. Ele, então, teria decidido combiná-las para criar a narrativa atual, provavelmente porque ambas eram importantes para a sua comunidade, mas ainda é possível ver as costuras na versão final.

Como já mencionei no começo deste capítulo, o Egito e seu povo desempenham um papel importantíssimo nas narrativas bíblicas sobre a origem de Israel e da adoração a Iahweh. É a escravidão dos israelitas no Egito, relatada no livro do *Êxodo*, o segundo da Bíblia, que leva Deus a intervir de forma espetacular no curso da história, primeiro com as dez pragas que lança sobre os egípcios por intermédio de Moisés e, finalmente, com a abertura milagrosa do Mar Vermelho, graças à qual os descendentes de Abraão escapam para o deserto, enquanto o faraó e seu exército são engolidos pelas ondas. O problema, mais uma vez, é que é muito complicado, se não impossível, demonstrar que os israelitas de fato passaram séculos no Egito e organizaram uma nova nação e o culto a Iahweh quando saíram de lá.

Primeiro, porém, vamos tentar ouvir o que a narrativa da Bíblia tem a nos dizer. Segundo o *Gênesis*, uma série de peripécias familiares que mais parecem coisa de novela fazem com que Jacó, neto de Abraão, acabe se estabelecendo na terra do Nilo com sua família. O texto bíblico afirma que os filhos mais velhos do patriarca, invejosos da predileção que ele tinha por um dos caçulas, chamado José, decidem vendê-lo como escravo. O garoto vai parar no Egito, onde sua

inteligência e a proteção divina fazem com que assuma o cargo de vizir, ou primeiro-ministro, do faraó. Quando colheitas ruins em Canaã colocam a família de Jacó à beira da inanição, os irmãos de José partem para o Egito para comprar comida. O novo vizir, que não é reconhecido por seus familiares, acaba perdendo a traição dos irmãos e faz com que todos venham para o Egito, junto com o pai. É a impressionante fertilidade dos israelitas que, com o passar do tempo, leva “um rei que não conhecia José” a perseguir os descendentes de Jacó.

O cenário geral faz algum sentido? Pode-se dizer que sim. Sabemos que, durante séculos, grupos seminômades de Canaã e de outras regiões vizinhas do Egito costumavam aparecer nas fronteiras dos domínios faraônicos, pedindo para entrar, em períodos de seca e consequente fome. A região que mais tarde viraria o território israelita estava longe de ser um deserto, mas a agricultura da área dependia da chuva para produzir direito, diferentemente do cenário egípcio, no qual a cheia anual do Nilo fertilizava a terra nas margens do grande rio e era suficiente para garantir colheitas abundantes. Não é à toa que, na Antiguidade, dizia-se que o Egito era uma dádiva do Nilo.

Esses imigrantes inicialmente esfomeados às vezes conseguiam, tal qual José, obter altos postos na burocracia governamental egípcia, e esses casos foram devidamente registrados. A situação mais parecida com a do filho de Jacó é a de um sujeito chamado Aper-El, cujo túmulo está localizado perto de Mênfis, uma das grandes capitais faraônicas. Atenção para o “-El”: tudo indica que se trata da mesma terminação da palavra “Israel”, que pode significar tanto “deus” de forma genérica quanto uma divindade específica, o deus cananeu El, uma espécie de patriarca divino. (Anotar esse nome: vamos falar um bocadinho a respeito de El em breve.) Seja como for, Aper-El parece ter atuado como vizir dos reis Amenófis 3º e Amenófis 4º (ou Akenaton) em algum momento entre os anos 1390 a.C. e 1336 a.C. Cerca de um século depois desse vice-rei, temos o caso de Ben-Ozen, sujeito natural de Basã (terra localizada na margem oriental do Rio Jordão que, mais tarde, seria parte dos territórios israelitas). Ele assumiu os cargos de mordomo e arauto-chefe da casa real do faraó Ramsés 2º. Ben-Ozen ganhou até um nome egípcio: Ramsés-em-Per-Re (coisa que, aliás, segundo a Bíblia, também aconteceu com José, ou Safanet-Fanec, para os íntimos do Egito).

Durante algum tempo, os estudiosos que defendiam a confiabilidade histórica das narrativas sobre José também associaram a ascensão do rapaz ao poder com os chamados hicsos, grupos de asiáticos (provavelmente cananeus, ou seja, de Canaã, embora outros elementos étnicos também sejam incluídos nessa designação) que se infiltraram na região do delta do Nilo e acabaram formando um reino independente lá por 1700 a.C. Os monarcas hicsos, com o passar do tempo, assumiram o título de faraós e chegaram a ocupar brevemente o Alto

Egito, a região do país mais distante do Mediterrâneo, mas foram perdendo influência com a ascensão de novas dinastias egípcias nativas, até serem expulsos do país do Nilo em torno de 1550 a.C. O que esses sujeitos obscuros teriam a ver com José? Bem, a ideia é que, falando línguas semitas (do mesmo grupo do hebraico) e sendo originários de Canaã, tal como os descendentes de Abraão, os hicsos teriam acolhido com mais facilidade imigrantes de sua estirpe ou promovido alguns deles a posições de comando. Quando os hicsos foram expulsos, os israelitas teriam sido chutados para fora do Egito por tabela, surgindo assim a narrativa do Êxodo.

O principal problema dessa ideia, fora o fato de que não há nenhuma menção direta a José e companhia nos registros da época, é a cronologia. Simplesmente não há como imaginar uma fuga dos israelitas em 1550 a.C. porque, nessa época e durante os mais de três séculos seguintes, a terra de Canaã não passava de uma província do Egito. Ao longo desse período, conhecido como Novo Império entre os egiptologistas, os faraós alcançaram o auge de seu poderio militar e prestígio político, avançando com seus carros de guerra até o Rio Eufrates (na beira da Mesopotâmia) e transformando em vassalos os habitantes dos atuais Israel, Palestina, Líbano, Jordânia e parte da Síria. Fugir para Canaã nessa fase da história do mundo antigo, portanto, equivaleria a fugir do Egito para... o Egito.

A jornada rumo à Canaã nessa época não apenas é implausível como também parece impossível, porque temos uma vasta documentação sobre o que estava acontecendo na região por volta de 1350 a.C., e o povo de Israel em nenhum momento é mencionado. Esses documentos são as chamadas cartas de Amarna, nome moderno da cidade de Aqetaton, que foi a capital dos faraós durante parte do Novo Império. As cartas, escritas em acadiano (língua mesopotâmica parente distante do hebraico) e preservadas em tabuletas de argila, registram as relações entre os soberanos egípcios e seus vassalos, os reis das cidades-Estado de Canaã.

O interessante dessa história é que uma série de cidades que seriam importantíssimas durante a história israelita que viria mais tarde, como Siquém, Gezer e Meguido, são mencionadas na correspondência de Amarna — mas aparecem como entidades semi-independentes, cada uma delas governada por um rei-fantoches, o qual, por sua vez, estava subordinado ao Egito. Tal quadro não tem absolutamente nada a ver com o retrato que a Bíblia traça dos primeiros tempos da ocupação israelita de Canaã, quando não existiam reis e os descendentes de Jacó tinham adotado uma organização tribal, com “juízes” (na verdade, chefes militares carismáticos) que podiam assumir o comando dos israelitas em momentos de emergência. Se o êxodo aconteceu mesmo, portanto, foi depois disso.

E também teria de ser no mínimo um pouco antes de 1208 a.C., a data mais aceita para a composição do texto egípcio escrito na chamada estela de Merneptah. Uma estela, como você talvez saiba, nada mais é que um bloco vertical de pedra, usado para inscrições comemorativas na Antiguidade. E Merneptah, filho de Ramsés 2º, reinou sobre o Egito de 1213 a.C. a 1203 a.C. Em dado momento de seu governo, o faraó mandou registrar suas vitórias contra inimigos espalhados por Canaã e por outras regiões do Oriente Próximo na tal estela. Eis parte do texto (não se preocupe, eu explico os nomes exóticos logo depois da poesia de guerra egípcia):

Os príncipes estão todos prostrados, dizendo ‘Paz!’

Não há quem ouse erguer a cabeça entre os Nove Arcos.

Agora que Tehenu está em ruínas,

Hatti foi pacificada;

Canaã foi saqueada e toda sorte de mal se abate sobre ela;

Ascalon foi derrotada;

Gezer foi capturada;

Ianoã é como se não existisse.

Israel é um deserto e sua semente não mais existe;

Hurru se tornou viúva por causa do Egito.

Vamos, portanto, ao glossário. Os tais “Nove Arcos” não passam de uma expressão poética tradicional usada para designar a totalidade dos inimigos do Egito. “Tehenu” é a região hoje correspondente à Líbia; “Hatti” e “Hurru” equivalem ao conjunto do território asiático tradicionalmente dominado pelos egípcios. Ascalon, Gezer e Ianoã são cidades dentro de Canaã (as últimas tradicionalmente incluídas no território israelita). E essa conversa de “sua semente não mais existe” provavelmente é literal: segundo a maioria dos egiptólogos, Merneptah está afirmando que destruiu as colheitas dos israelitas, e não que acabou com a descendência deles (outro sentido possível do termo “semente”).

Que rufem os tambores, como diziam aqueles programas de auditório de antigamente, até porque não usei negrito na página anterior à toa: esse texto é a mais antiga menção a uma entidade chamada “Israel” fora da Bíblia (e provavelmente mais antiga do que as menções dentro da Bíblia também, embora isso seja mais difícil de provar). É interessante olhar alguns detalhes do texto hieroglífico, além do mero conteúdo que eu reproduzi acima. Lembre-se de que a escrita dos antigos egípcios não era um alfabeto, como a nossa, embora também tivesse sinais que representam sons. Além desse tipo de sinal, os hieróglifos incluíam, por exemplo, os chamados determinativos — indicações da categoria semântica à qual uma palavra pertence. Um exemplo fictício e completamente ridículo: digamos que um egípcio poderia escrever a palavra “Corinthians” e, por via das dúvidas, colocar um determinativo que é o desenho

estilizado de um homenzinho fazendo embaixadas, só para deixar claro que a palavra se encaixa na categoria semântica “times de futebol”.

Pois bem: enquanto a estela de Merneptah usa o determinativo de “cidade” para se referir a Ascalon, Gezer e Ianoã (o que não é muito surpreendente, já que esses são nomes de cidade mesmo), o determinativo empregado para Israel é o desenho de um bastão de caça (equivalente a “estrangeiro”), seguido de um homem e uma mulher sentados (equivalente a “povo”), encimando três risquinhos (uma marcação de plural). Ou seja, “gentes estrangeiras”. (OK, isso soou meio Pero Vaz de Caminha, mas acho que o sabor arcaico cabe bem aqui.)

E daí? Daí que a diferenciação entre as cidades cananeias e Israel no texto egípcio provavelmente é significativa, porque sugere que os israelitas estavam organizados como um grupo étnico, em estágio possivelmente tribal, e não citadino — ou seja, morando em cidades, como costumava fazer a elite cananea durante a Idade do Bronze, e como faria a elite israelita quando os descendentes de Jacó se organizassem em reinos séculos mais tarde. Resumindo, por volta do ano 1200 a.C., grupos tribais conhecidos coletivamente como Israel já estavam morando em algum lugar da terra de Canaã, a julgar pela associação entre esse nome e as outras regiões da Palestina citadas pela estela de Merneptah.

Não sei se você percebeu, mas temos um paradoxo aí. Embora a primeira referência aos israelitas fora da Bíblia apareça num monumento egípcio, o esquisito é que não há nenhuma menção aos “filhos de Jacó” dentro do Egito. E isso é realmente muito estranho porque, segundo a Bíblia, nas vésperas do êxodo, a população israelita contava uns 600 mil homens adultos. Some isso ao número mínimo de mulheres e crianças que deveriam acompanhar os membros do sexo masculino e chegamos a um total de 2 milhões de pessoas. Se juntarmos esse dado às estimativas — cheias de margem de erro, é verdade — da população egípcia na mesma época, isso significa que mais ou menos metade dos moradores do Egito no século 13 a.C. eram israelitas.

Se, num passe de mágica (ou melhor, de ação divina), meio Egito de repente abandonasse as margens do Nilo, deveria ser possível detectar isso pelos meios arqueológicos tradicionais — crise econômica, cidades abandonadas de repente etc. Note que a ênfase aqui é em meios arqueológicos, porque é razoável supor que os textos egípcios, em geral grandes odes bajuladoras em honra do faraó, não iriam mesmo registrar uma derrota tão humilhante quanto o êxodo bíblico. De qualquer jeito, além da falta de evidências dentro do território egípcio, as andanças de tanta gente no deserto, ao longo de 40 anos, também deveriam ter deixado resquícios arqueológicos no Sinai. Não é o que temos: no fim da Idade do Bronze, a região continua sendo habitada apenas por um ou outro grupelho de beduínos, como de costume.

A coisa não melhora muito quando a gente examina com cuidado as narrativas sobre o que aconteceu depois do êxodo e das supostas quatro décadas de caminhada dos filhos de Israel pelo deserto. Segundo o Antigo Testamento, Moisés morre às vésperas da invasão da Terra Prometida. Como mencionei rapidamente algumas páginas atrás, cabe ao sucessor de Moisés, o general Josué, coordenar a conquista de Canaã, o que ele faz brilhantemente — com uma grande ajuda divina, é claro. É graças à intervenção de Iahweh que as muralhas da cidade de Jericó, em Canaã, vêm abaixo, e é pelo poder de Deus que até o Sol e a Lua detêm seu curso no céu para que Josué tenha tempo de derrotar seus inimigos durante uma batalha decisiva. Com raras exceções, os cananeus são exterminados — e às vezes nem seus animais domésticos escapam da matança.

Isso, ao menos, é o que afirma o livro bíblico de Josué. A arqueologia conta uma história bem diferente. Jericó, para começo de conversa, provavelmente era uma pilha de ruínas havia séculos na suposta época das aventuras de Josué. No resto da Palestina, os anos que vão de 1250 a.C. a 1100 a.C. parecem ter sido de instabilidade política e conflitos, assim como em boa parte do Mediterrâneo — trata-se do chamado colapso da Idade do Bronze, que representou o fim de vários impérios (como o dos hititas da Turquia e dos micênicos da Grécia) e o enfraquecimento de outros. Várias cidades de Canaã parecem ter sido destruídas por invasores. Ponto para Josué, portanto? Não, por dois motivos: a lista de cidades-Estado arrasadas não bate com a apresentada pela Bíblia, com raras exceções (como Hasor e Laquis); e, o mais importante, quando algumas dessas cidades são reconstruídas, não parece haver grandes mudanças na cultura material dos novos habitantes — eles são, até onde é possível saber, tão cananeus quanto os sujeitos que escreviam cartinhas com juras de amor para os faraós 200 anos antes. O próprio Egito passou por maus bocados nesse período, e os sucessores de Merneptah tiveram de repelir uma série de invasões dos chamados Povos do Mar, aparentemente guerreiros vindos de regiões tão diferentes quanto as ilhas gregas, a Sicília e a Sardenha (digo “aparentemente” porque ninguém tem certeza de que buraco saíram esses invasores). É nesse momento, aliás, que os arqui-inimigos dos israelitas segundo a Bíblia, os tais filisteus, aparecem pela primeira vez nos registros históricos, atacando os egípcios e conquistando cidades como Gaza e Ascalon, que anteriormente eram parte importante do império construído pelos faraós em Canaã e arredores.

Em resumo, a trama que aparece nos livros bíblicos parece estar errada do ponto de vista histórico. Não se pode descartar por completo, claro, a possibilidade de que as memórias lendárias sobre o êxodo tenham surgido a partir das experiências reais de um grupo pequeno e obscuro de escravos fugidos do Egito, sendo depois adotadas por um número mais amplo de tribos. Do

mesmo modo, pode até ser que alguns guerreiros ligados ao povo de Israel tenham ajudado a destruir uma ou outra cidade cananeia. O que não funciona, de qualquer jeito, é propor que o Israel bíblico surgiu quando uma multidão de filhos de ex-escravos do Egito invadiu e conquistou Canaã numa única e gloriosa campanha militar.

Isso significa que Moisés e a revelação que ele teria recebido de Iahweh nunca existiram de verdade? É difícil dizer, mas o que parece razoavelmente seguro afirmar é que não houve uma relação direta entre um suposto cativo dos israelitas no Egito e a crença no Deus único. É importante reforçar esse ponto porque muita gente, inclusive o pai da psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939), já especulou sobre uma possível influência egípcia sobre Moisés e o culto a Iahweh. Para colocar a coisa em termos bem simples e algo toscos, especula-se que o profeta israelita teria roubado a ideia de monoteísmo de um faraó de espírito rebelde, Aquenaton — um dos monarcas em cujo reinado as cartas de Amarna foram compostas.

O nome original de Aquenaton era Amenófis 4º, e a mudança não foi feita após uma rápida consulta ao numerologista. Esse faraó, que reinou de 1352 a.C. a 1336 a.C., trocou um nome que fazia referência a Amon-Ra, tradicional chefe dos deuses egípcios (Amenófis significa “Amon está satisfeito”), por outro que reverenciava Aton, deus que é a representação do disco solar (Aquenaton = “eficaz em nome de Aton”). Dito desse jeito, dá a impressão de que Aquenaton simplesmente deixou de ser devoto de um deus para se apegar a outro, como uma solteirona desesperada que acha que Santo Antônio não está sendo de grande ajuda para conseguir marido e passa a fazer simpatias com imagens de Santo Expedito. Mas o impacto dessa mudança aparentemente boba, na verdade, foi o de uma reforma religiosa de grande escala.

Poucas inscrições do reinado de Aquenaton chegaram até nós — a maioria foi destruída pelos faraós que vieram depois dele, que retornaram ao politeísmo tradicional; o que sobrou só não teve o mesmo destino por causa de uma espécie de reciclagem à egípcia, na qual pedaços de construções antigas foram reaproveitadas em edificações mais novas. As que sobreviveram, no entanto, afirmam que todos os demais deuses egípcios “cessaram” — deixaram de existir ou foram destruídos, talvez? Só Aton, que criara a si mesmo e dera forma a toda a existência, ainda era digno de louvor — Aton e seu amado filho, o próprio faraó, é claro. Aquenaton parece não ter se contentado apenas em afirmar a supremacia de seu deus-Sol: ele também ordenou a destruição de imagens e até de inscrições que faziam referência a Amon-Ra (o qual, tradicionalmente, também é associado ao Sol). O sumo-sacerdote de Amon foi condenado a trabalhos forçados, enquanto os templos dos demais deuses passaram a ser

negligenciados. Em resumo, Aquenaton parece ter sido um monoteísta.

Mais de 3.300 anos depois do faraó, é virtualmente impossível saber se ele teve uma motivação religiosa sincera para transformar Aton no único deus do Egito ou se a ideia não passou de um golpe para cortar pela raiz o poderio político e econômico da elite sacerdotal egípcia — até porque as duas coisas não necessariamente são incompatíveis. Mesmo a afirmação de que Aquenaton era o filho e representante terreno do deus é apenas uma nova roupagem da teologia monárquica egípcia tradicional, que já tinha divinizado o rei havia milhares de anos, àquela altura do campeonato. O fato, porém, é que não parece haver relação nenhuma entre essa forma de monoteísmo esquisitona e de curta duração e a religião de Israel.

Para começo de conversa, Aquenaton não quis, ou não conseguiu, desenvolver as implicações teológicas, éticas e filosóficas do monoteísmo, e essas implicações, como teremos ocasião de ver, é que fazem da adoração a Iahweh um fenômeno único no mundo antigo. Também é importante lembrar que o Deus bíblico pode ser muitas coisas, mas um detalhe que certamente não se encaixa na descrição dele é o figurino de divindade solar do velho Aton: Iahweh nunca foi um deus-Sol. Finalmente, vale salientar um ponto crucial: está cada vez mais claro que o monoteísmo israelita não nasceu pronto da cabeça de um único reformador religioso, mas emergiu de forma gradual a partir do pano de fundo das antigas crenças da terra de Canaã. É para lá que vamos voltar agora.

CANANEUS VIRA-CASACAS?

¶ A rápida menção na estela de Merneptah é um dos indícios de que alguma população nova, conhecida como Israel, surgiu no território cananeu pouco antes de 1200 a.C. A outra pista forte sobre as origens israelitas aparece, até onde sabemos, algumas décadas mais tarde (as datações arqueológicas desse tipo de coisa sempre envolvem uma considerável margem de erro): um novo tipo de ocupação da terra nas regiões montanhosas no centro de Canaã, até então relativamente vazias de gente — justamente as áreas mais importantes do território do Israel bíblico.

Há quem chame esse processo de “ruralização”, em parte para contrapô-lo à tradição milenar urbana das cidades-Estado cananeias (ainda que, do nosso ponto de vista, até as maiores cidades da Palestina da Idade do Bronze parecessem vilarejos vagabundos). Mas estamos falando também de um forte processo de “sedentarização”, porque ao longo da Idade do Bronze a região

central montanhosa de Canaã parece ter tido relativamente poucos moradores fixos — o mais comum é que ela fosse visitada de forma intermitente por grupos nômades que se revezavam entre essa área e as regiões mais áridas a Leste, na borda do deserto, levando seus rebanhos de cabras e ovelhas de um lado para o outro, mais ou menos como faziam os patriarcas bíblicos.

Mas a partir do começo da Idade do Ferro, por volta de 1.000 a.C., a região montanhosa passa a abrigar cada vez mais moradores em período integral. São, em geral, vilas minúsculas, com algo entre 50 e 100 famílias cada uma, mas elas se espalham feito cogumelos pelo território: de apenas 30 sítios arqueológicos mapeados no fim da Idade do Bronze, em 1.200 a.C., passamos para 250 sítios dois séculos mais tarde, o que corresponderia a um aumento de quatro vezes na população sedentária da região, segundo calcula o arqueólogo Israel Finkelstein, da Universidade de Tel Aviv.

Esse povo todo inicialmente pratica formas modestas de agricultura e pecuária, voltadas para a subsistência, embora aos poucos eles comecem a intensificar a produção, construindo terraços e plantando oliveiras e videiras — com o objetivo de produzir vinho e azeite não apenas para consumo próprio como também pensando no valor comercial desses produtos. Um dado curioso é que os novos vilarejos das montanhas cananeias apresentam uma estrutura circular, que lembra a dos aglomerados de tendas dos beduínos — para Finkelstein e outros especialistas, trata-se de um sinal de que esses novos moradores da região provavelmente descendem de grupos seminômades que já circulavam por ali antes.

A tese da sedentarização não é o único argumento em favor da ideia de que esses “protoisraelitas” não eram exatamente estranhos numa terra estranha, porém. Enquanto o livro de Josué apresenta a chegada das tribos de Israel como uma espécie de momento “tábula rasa” — uma destruição completa do modo de vida cananeu e um recomeço do zero, quase totalmente israelita —, os sítios arqueológicos da região montanhosa na Idade do Ferro estão cheios de sinais daquilo que os arqueólogos gostam de chamar de continuidade cultural. Ou seja, os artefatos dos primeiros israelitas, em geral feitos de cerâmica, seguem os modelos e estilos que existiam em Canaã nos séculos anteriores, como se eles tivessem aprendido como fabricá-los com os cananeus.

E há ainda a questão linguística. Temos uma ideia razoavelmente boa a respeito dos idiomas que eram falados na terra de Canaã e nas regiões vizinhas na Idade do Bronze. Todos pertenciam ao grupo das chamadas línguas semíticas norte-ocidentais, e a mais famosa delas é o ugarítico, falado e escrito em Ugarit, cidade-Estado na costa da atual Síria que, ao que tudo indica, foi destruída pelos nossos amigos Povos do Mar em torno de 1200 a.C. Um pouco mais tarde,

temos registros escritos do fenício, falado onde hoje é o Líbano. As próprias cartas de Amarna foram escritas numa forma de acadiano com sotaque, meio tosco, que preserva detalhes do vocabulário e da gramática da língua falada pelos cananeus no dia a dia. Acontece que, quando os linguistas resolveram comparar o hebraico bíblico com esses outros idiomas, o parentesco entre a língua do Antigo Testamento, o ugarítico e o fenício ficou óbvio. Para todos os efeitos, o hebraico é um dialeto cananeu — na verdade, nas fases mais antigas do idioma, é praticamente impossível diferenciá-lo do fenício. Vamos supor que, de fato, os israelitas passaram centenas de anos morando no Egito. Nesse caso, o mais lógico seria que eles adotassem alguma forma de egípcio como sua língua materna. Ou, no mínimo, que eles não fossem falantes nativos do idioma do povo que, segundo a Bíblia, eles quase exterminaram — os cananeus.

Em resumo, uma conjunção bastante sólida de pistas sugere que os israelitas não passam de um subgrupo dos moradores tradicionais de Canaã, e esse é o atual consenso entre historiadores e arqueólogos. É bem mais difícil saber como os primeiros membros do povo de Israel desenvolveram uma identidade distinta da dos cananeus tradicionalistas. Os detalhes do processo provavelmente continuarão a nos escapar, porque a população dos novos vilarejos da região montanhosa demorou um bom tempo para adotar a escrita como meio de registrar seu próprio passado. Não dá para deixar de lado, de qualquer modo, o fato de que a imensa onda de novos assentamentos nas montanhas acontece logo depois do colapso da Idade do Bronze e parece imitar os acampamentos nômades. Isso provavelmente indica duas coisas: se as cidades-Estado de Canaã ainda estivessem funcionando a todo vapor, os novos vilarejos não teriam surgido; e, por outro lado, ao menos parte dos moradores desses assentamentos deve ter tido origem seminômade (até porque, do ponto de vista cultural, a suposta vida livre dos pastores do deserto virou uma espécie de ideal romântico para os autores da Bíblia).

Diante desses dados, faz sentido imaginar que os primeiros israelitas eram gente que aproveitou o colapso das cidades-Estado para adotar um novo modo de vida longe do controle delas, embora provavelmente seja uma forçada de barra achar que eles eram rebeldes ou revolucionários tentando derrubar as elites — é bom lembrar que o *Manifesto Comunista* só foi escrito no século 19. Alguns desses sujeitos, por outro lado, podem ter sido apenas refugiados da catástrofe que marcou o fim da Idade do Bronze no Oriente Médio, tentando reconstruir sua vida da melhor maneira possível. Em certo sentido, a mudança para as montanhas era como construir uma cabana na floresta com os membros sobreviventes da sua família depois de um apocalipse nuclear ou de uma epidemia de zumbis. De qualquer modo, considerando que o Egito e seus faraós

foram, durante séculos, os ventríloquos responsáveis por movimentar os reizinhos-fantoches das cidades cananeias, faz sentido que surgisse o mito da libertação milagrosa do poderio egípcio e da destruição da velha ordem corrupta de Canaã. Todo povo precisa de uma identidade simbólica, afinal de contas. Talvez não seja à toa o fato de que os primeiros assentamentos protoisraelitas pareçam adotar outro fator cheio de significado cultural, a alimentação, como meio de diferenciação. Nesses sítios arqueológicos, é muito difícil encontrar ossos de porco — uma aversão que ainda caracteriza os atuais judeus e está codificada nas leis bíblicas.

Não dá para apagar totalmente o passado, no entanto. Ainda que os primeiros israelitas tivessem tomado de forma completamente consciente a decisão de romper com a história cananeia, a bagagem cultural e religiosa que eles carregaram para as áreas desabitadas de Canaã era considerável. Ocorre que as melhores pistas sobre essa bagagem vêm de textos encontrados em Ugarit, na Síria.

A GRANDE FAMÍLIA DIVINA

¶ As cartas de Amarna podem ser fontes excelentes de informação se você está interessado em política e diplomacia, mas são as tabuletas de argila de Ugarit, repletas de escritos feitos com uma forma peculiar de alfabeto, as responsáveis por nos dar uma ideia do que realmente se passava na cabeça de um cananeu da Idade do Bronze. Tais textos contêm um riquíssimo conjunto de mitos e lendas, que são relatados numa linguagem muito próxima à empregada pela Bíblia — não apenas porque o hebraico e o ugarítico são primos de primeiro grau, mas também porque a gramática, as expressões e os artifícios poéticos muitas vezes são os mesmos.

O que mais nos interessa, no entanto, é o conteúdo desses mitos, porque as divindades de Ugarit ecoam de forma impressionante certos aspectos de Iahweh. Antes de chegarmos a esse ponto crucial, vale a pena descrever, em linhas gerais, a grande família divina que reinava sobre a antiga cidade-Estado — e provavelmente também sobre outras cidades cananeias que não nos legaram seus mitos por escrito.

Começemos pelo topo da pirâmide, com El, ou simplesmente “o deus”, significado básico de seu nome, como já vimos no começo deste capítulo. Os ateus que costumam ridicularizar a imagem tradicional que certas pessoas têm de Deus, a de um velho barbudo que mora no céu, provavelmente adorariam essa

divindade cananeia, porque isso é exatamente o que ele é: um deus idoso e barbudo. El é o grande pai dos deuses e dos homens, o monarca venerável que preside o conselho divino. Um de seus apelidos mais comuns é “Touro El”, simbolizando tanto seu poder de guerreiro quanto, provavelmente, sua potência sexual. Ele não tem propriamente uma casa, mas sim uma tenda, talvez como espelho dos líderes patriarcais nômades que o adoravam. Sua principal consorte e esposa é Asherah, uma deusa-mãe aparentemente ligada à fertilidade.

A coisa começa a ficar interessante quando passamos para o nível imediatamente abaixo de El na aristocracia divina de Ugarit, porque o principal membro desse estrato da pirâmide é um velho conhecido de qualquer leitor do Antigo Testamento. Seu nome é Baal, e os profetas bíblicos não cessam de atacar os israelitas infiéis que ousam aderir ao culto do sujeito. Se El é o velho e sábio imperador do Universo, Baal é o jovem príncipe guerreiro (embora a paternidade do rapaz não esteja muito clara: certos textos antigos, como os da própria Ugarit, afirmam que ele não é filho de El, mas sim de outro deus, Dagan; de qualquer maneira, é como se El fosse seu pai honorário). Os raios, os trovões e as tempestades são as armas de Baal e simbolizam seu poder bélico e sua impetuosidade. Sua casa (ou templo), feita com madeira de cedro, fica no alto do monte Safon, na Síria (atual Monte Aqraa), mais ou menos como Zeus e sua morada no alto do Olimpo. Ele recebe o direito de habitar sua mansão no topo da montanha depois de enfrentar e vencer Yamm, o deus do mar, e seus temíveis monstros marinhos.

As narrativas ugaríticas sobre Baal, porém, não falam apenas de suas vitórias gloriosas, mas também de sua derrota no combate com Mot, o deus da morte, o qual, como você talvez tenha imaginado, é capaz de matar as próprias divindades. Mot acaba devorando Baal, como se ele fosse um mortal qualquer. O deus derrotado, porém, é vingado por sua irmã (e, segundo certas interpretações dos textos de Ugarit, também esposa) Anat, uma feroz deusa guerreira que tem o cativante hábito de fazer colares e cintos com as mãos e as cabeças decepadas de seus inimigos. Após cometer toda sorte de atrocidade com o cadáver de Mot (moendo-o, por exemplo), Anat presencia a ressurreição tanto de seu irmão quanto de seu arqui-inimigo. Baal e Mot realizam então um tira-teima do duelo anterior, mas desta vez quem sai vencedor é o deus da tempestade, que assume enfim o papel de governante do Universo, delegado a ele pelo velho El. Acredita-se que a narrativa da morte e ressurreição de Baal se encaixe num padrão tradicional de mitos sobre deuses que morrem e voltam à vida, simbolizando o ciclo agrícola — a ideia de que os grãos de trigo, enterrados no solo, precisam “morrer” primeiro para depois produzir a exuberância da colheita.

Em resumo, era mais ou menos nisso que os ancestrais dos israelitas

provavelmente acreditavam. É difícil — na verdade, praticamente impossível — saber com precisão como e quando essas crenças se modificaram quando seus descendentes passam a se ver como um grupo diferente dos demais cananeus, num processo que os antropólogos costumam designar com o simpático nome de etnogênese, ou seja, o surgimento de um novo grupo étnico. Tentar entender como esse processo aconteceu depende, em última instância, de análises cuidadosas dos textos bíblicos, que são a principal evidência direta das crenças israelitas a chegar até nós — e, muitas vezes, a única evidência.

Quando lemos o Antigo Testamento com a devida atenção, o que fica cada vez mais claro é o caráter “compósito” de muitos textos; ou seja, o fato de eles incorporarem camadas e mais camadas de tradição cultural, de um jeito quase tão complexo quanto o que caracteriza as muitas fatias temporais, ou estratos, de um sítio arqueológico. Recorde o que a gente viu rapidamente ao tratar das narrativas sobre os patriarcas. O mesmo evento com frequência é retratado duas ou até mais vezes, com variações pequenas ou significativas — existem, por exemplo, duas histórias diferentes (e contraditórias) relatando a criação do mundo nos primeiros capítulos do *Gênesis*, um dado importante que vamos explorar em breve com o devido cuidado.

Além dessas variações em prosa, o fluxo da narração muitas vezes é interrompido por trechos de poesia que nem sempre se encaixam com precisão no material circundante, ou no contexto bíblico mais amplo. Esses extratos poéticos são especialmente valiosos, de acordo com os especialistas, em parte porque a transmissão de canções e poemas por via oral ao longo de gerações era muito comum no mundo antigo (e, em certas partes do mundo, continua acontecendo até hoje). Foi desse jeito que os famosos poemas épicos de Homero, a *Ilíada* e a *Odisseia*, foram preservados pelos antigos gregos antes que a escrita fixasse (mais ou menos) a forma deles. Coisas muito esquisitas podem acontecer após séculos de transmissão oral, e a memória de bardos e repentistas está longe de ser perfeita, mas a poesia tradicional com frequência é capaz de preservar fragmentos de informação sobre o passado distante, ajudando a traçar um retrato, ainda que muito incompleto, da época em que não havia escrita. Só para usar o exemplo de Homero de novo, o maior dos poetas gregos cita coisas como elmos feitos com presas de javali e escudos cujo formato lembra o número 8 — armas que só existiam na Idade do Bronze, quando a Guerra de Troia provavelmente aconteceu, embora os poemas homéricos provavelmente tenham sido compilados vários séculos mais tarde, bem depois do início da Idade do Ferro. É mais ou menos isso o que parecem fazer alguns trechos poéticos da Bíblia.

Os especialistas estimam que essas passagens do Antigo Testamento têm uma origem muito antiga por diversos motivos. Um deles é bastante prosaico e claro:

a linguagem delas é arcaica, esquisita, muitas vezes difícil de traduzir, e fica mais fácil interpretá-la com a ajuda de textos pré-israelitas, como os de Ugarit — o que, óbvio, faz sentido se esses textos bíblicos derivam mesmo dos primórdios do povo de Israel. Outra pista é que, com frequência, eles retratam situações históricas ou ideias teológicas que parecem fora de lugar no cenário tradicional israelita, ou seja, no cenário descrito pela maior parte dos textos bíblicos em prosa (um exemplo interessante, no livro dos *Juízes*, é a presença de uma lista das tribos de Israel bem diferente da lista das 12 tribos que acabaria se tornando a oficial da Bíblia). No fundo, encontrar um desses trechinhos esquisitos e entender seu significado não é muito diferente de topar com um osso de dinossauro numa ribanceira e perceber que aquilo não é um mero fêmur de vaca: tais poemas são fósseis incrustados nas narrativas do Antigo Testamento.

Existem muitos jeitos possíveis de comparar essa montanha misteriosa de fósseis com os antigos mitos cananeus, mas um dos mais interessantes e influentes é o modelo proposto pelo americano Mark S. Smith, do Departamento de Estudos Hebraicos da Universidade de Nova York.

Smith resume seu modelo com duas palavras-chave: convergência e diferenciação. Segundo ele e outros especialistas, tudo indica que os antigos israelitas desenvolveram suas concepções religiosas sobre Iahweh conferindo a ele muitas das características dos membros do antigo panteão cananeu — essa é a parte da convergência, ou seja, dos traços dessas antigas divindades “convergindo” para o Deus bíblico. Ao mesmo tempo, porém — ou talvez num segundo momento do processo; é difícil saber a ordem em que essas coisas ocorreram —, há o fenômeno da diferenciação, ou seja, as tentativas de distinguir Iahweh dos demais deuses de origem cananeia. De fato, é mais ou menos o que esperaríamos num caso de etnogênese relativamente recente: um povo que tenta mostrar que é diferente dos que estão à sua volta, mas que não tem como apagar por completo as suas origens, quase inevitavelmente misturará os ingredientes da convergência e da diferenciação ao moldar sua identidade cultural e religiosa.

Dispomos de alguns indícios intrigantes de que essa metamorfose religiosa complexa só foi possível porque, ao menos inicialmente, Iahweh era um outsider, um estranho no ninho do panteão ancestral de Canaã. A primeira pista desse fato vem mais uma vez, por incrível que pareça, de uma inscrição egípcia feita em torno de 1400 a.C. Esse texto menciona “YHW na terra dos beduínos Shasu”.

Vamos ao glossário: “Shasu” é o termo usado pelos egípcios para designar os grupos de pastores nômades que viviam nas regiões semiáridas e desérticas ao

sul e ao sudeste da terra de Canaã. São áreas conhecidas nos tempos bíblicos como Edom (segundo o *Gênesis*, povoada pelos descendentes de Esaú, irmão de Jacó), Madiã (ainda de acordo com a Bíblia, habitada por povos que descendem de um filho de Abraão), Farã (ou Parã) e Temã. Em outras palavras, estamos falando de uma região que engloba o sul da atual Jordânia, o noroeste da Arábia e parte da península do Sinai, que hoje pertence ao Egito. E tudo indica que “YHW”, ou “Yahu”, seja uma variante mais curta do nome de Iahweh, a qual, inclusive, costuma aparecer em nomes próprios israelitas séculos mais tarde — basta dizer que a forma hebraica do nome do profeta Elias, que teria vivido por volta de 850 a.C., é Eliyahu — literalmente, “Iahweh é meu Deus”.

É preciso admitir, porém, que isso não diz muito sobre o significado da inscrição a respeito dos Shasu. Será que eles viviam numa região chamada “Iahweh” ou “terra de Iahweh”? Ou será que o texto se refere, na verdade, “à terra dos Shasu que adoram a Iahweh”? De qualquer jeito, outra peça intrigante do quebra-cabeça é o fato de que alguns dos textos bíblicos de origem mais antiga, segundo os especialistas, mencionam justamente a região árida e remota habitada pelos Shasu como a morada do Deus de Israel e o local onde ocorre sua teofania, ou seja, sua manifestação de poderio divino, marcada por transformações bruscas da natureza. Um trecho do livro do profeta Habacuc, por exemplo (capítulo 3, versículo 3), diz: “Eloá [forma arcaica da palavra para “Deus” em hebraico] vem de Temã/E o Santo, do monte Farã”. Do mesmo modo, uma canção contida no livro dos *Juízes* (capítulo 5, versículos 4 e 5) traz o seguinte relato de uma teofania:

*Iahweh! Quando saíste de Seir,
Quando avançaste nas planícies de Edom,
A terra tremeu,
Troaram os céus, as nuvens desfizeram-se em água.
Os montes deslizaram na presença de Iahweh, o do Sinai,
Diante de Iahweh, o Deus de Israel.*

É claro que a ideia de que Deus mora no deserto não é totalmente estranha quando se leva em conta o relato do encontro entre Moisés e Iahweh no Monte Sinai, parte importantíssima do *Êxodo*. Embora a fuga do Egito aparentemente não seja histórica, como vimos, muitos pesquisadores acreditam que as referências a Edom, a Temã, ao Sinai e a outras regiões ressequidas do Oriente Próximo nas vizinhanças de Canaã são um sinal de que o culto a Iahweh pode ter sido trazido para a Terra Prometida por meio do contato entre parte dos ancestrais dos israelitas e os povos nômades que passavam boa parte de seu tempo no deserto. Isso começa a fazer mais sentido se lembrarmos das pistas que associam os primeiros assentamentos israelitas a uma origem parcialmente nômade. Alguns dos mais antigos adoradores de Iahweh em Canaã podem ter

sido pastores da borda do deserto que decidiram se fixar na região montanhosa, ou então protoisraelitas que tiveram contato com membros de caravanas comerciais que passavam por ali — é bom ter em mente que as regiões semidesérticas entre a Palestina e a Arábia eram atravessadas por uma lucrativa rota de comércio de especiarias, perfumes e produtos medicinais, como incenso e mirra.

Se essa ideia estiver correta, o próximo passo é tentar entender como Iahweh, uma divindade forasteira da borda do deserto, cuja adoração aparentemente não era parte da religião cananeia da Idade do Bronze, passou a ser assimilado por gente que estava familiarizada com os antigos deuses da Palestina. Aqui, mais uma vez, as incertezas predominam, infelizmente. Não sabemos quase nada sobre o panteão adorado pelos Shasu e seus descendentes. Por um lado, eles também eram semitas, como os cananeus e o povo de Israel, o que significa que podiam muito bem conhecer divindades comuns a muitos povos do Crescente Fértil, como El ou Baal. Por outro lado, o Iahweh original poderia não ter quase nada a ver com esses deuses mais genéricos.

O jeito é examinar de novo os textos bíblicos, e as pistas que surgem dessa análise dão a impressão de que Iahweh inicialmente foi visto como um aspecto do velho El ou, no mínimo, passou por um processo de convergência com esse deus logo no começo da história israelita. No *Gênesis* e no começo do *Êxodo*, por exemplo, embora o nome “Iahweh” apareça com bastante frequência, há uma série de textos que destacam o fato de que os patriarcas não costumavam usar essa palavra para designar a divindade que adoravam, porque supostamente não sabiam que seu nome era Iahweh. Em vez disso, eles preferiam usar expressões e títulos que têm paralelos nos textos ugaríticos sobre El.

Um dos casos mais marcantes desse fenômeno aparece numa conversa entre Moisés e Deus, quando o Senhor está enviando o profeta para pedir ao faraó que liberte os israelitas. “Eu sou Iahweh”, diz Deus. “Apareci a Abraão, a Isaac e a Jacó como El Shaddai; mas meu nome, Iahweh, não lhes fiz conhecer.” As pessoas costumam traduzir El Shaddai como “Deus Todo-Poderoso”, mas o significado original da expressão parece ser “El, o que habita na montanha” — e essa é exatamente a morada do pai dos deuses e dos homens na mitologia cananeia. O termo “Shaddai” aparece ainda em inscrições datadas em torno de 800 a.C., encontradas na atual Jordânia. (Um detalhe incômodo para quem acredita que a Bíblia tem de ser 100% precisa historicamente é que, bem antes da revelação a Moisés, no capítulo 12 do *Gênesis*, o texto afirma que Abraão “construiu um altar a Iahweh e invocou seu nome”. O jeito mais lógico de explicar isso é a presença de diferentes fontes, nem sempre totalmente coerentes entre si, que teriam sido combinadas para criar a narrativa bíblica que temos

hoje.)

Além de citar El Shaddai, o *Gênesis* menciona ainda El Elyon (traduzido como “Deus Altíssimo”) ou simplesmente Elyon, El Olam (“Deus Eterno”; de novo, em Ugarit o pai dos deuses era chamado de “El, o Eterno”) e o “Touro de Jacó” — como mencionamos não faz muito tempo, o rei divino dos cananeus também era conhecido como “Touro El”. Um trechinho poético no capítulo 49 do *Gênesis*, supostamente recitado pelo próprio Jacó em seu leito de morte, é uma espécie de coletânea desses apelidos “ugaríticos” do Deus bíblico:

Pelas mãos do Poderoso de Jacó [outra tradução possível para “Touro de Jacó”]

*Pelo nome do Pastor, a Pedra de Israel,
Pelo Deus de teu pai, que te socorre,
Por El Shaddai que te abençoa:
Bênçãos dos céus no alto,
Bênçãos do abismo deitado embaixo,
Bênçãos das mamas e do seio,
Bênçãos de teu pai te elevaram
Sobre bênçãos das montanhas antigas”.*

Note, mais uma vez, a menção a montanhas, o “habitat natural” de El. Outro detalhe interessantíssimo é o fato de que, originalmente, o Deus israelita não tinha templo; sua “morada”, construída segundo as instruções divinas dadas a Moisés no deserto, era uma tenda, assim como ocorria com o patriarca divino dos cananeus.

E, finalmente, temos um caso curioso de etimologia fora do padrão: a rigor, se o culto a Iahweh sempre tivesse predominado entre os israelitas, o nome do povo deveria ser “Israías” (com a terminação “-yahu”, como Elias), e não “Israel”. Essa pode ser mais uma pista de que El e Iahweh passaram por um processo de convergência.

A influência da personalidade de El, por assim dizer, talvez corresponda a alguns dos aspectos mais plácidos do Deus bíblico: assim como El, ele tem um lado paternal e misericordioso. Por outro lado, o Deus do Antigo Testamento é, indiscutivelmente, um guerreiro, que toma medidas severas contra os injustos, contra os inimigos de Israel e contra os que ousam desafiá-lo. Provavelmente não é incorreto dizer que esse é o “lado Baal” de Iahweh, e diversos textos bíblicos aparentemente preservaram fósseis teológicos que funcionam como paralelos dos mitos cananeus, narrando o momento em que o Senhor assumiu o controle do Cosmos, deixando os outros deuses em segundo plano.

Segundo muitos especialistas, esse é o pano de fundo mais adequado para entender um trecho do livro do *Deuteronômio* (no capítulo 32), apresentado como um cântico de Moisés quando os israelitas estão prestes a avançar para a Terra Prometida:

*Quando o Altíssimo [em hebraico, Elyon] repartia as nações,
Quando espalhava os filhos de Adão
Ele fixou fronteiras para os povos,
Conforme o número dos filhos de Deus [ou “seres divinos”];
Mas a parte de Iahweh foi o seu povo,
O lote de sua herança foi Jacó.*

A interpretação tradicional que judeus e cristãos fazem desse texto é simples, já que depende do conceito puro de monoteísmo. A ideia é que Deus, na época em que surgiram os povos do mundo, deixou cada nação a cargo de um “filho de Deus” (termo que, no Antigo Testamento, frequentemente designa membros subordinados do conselho divino, que nós tenderíamos a chamar de anjos).

É como se cada país tivesse um poderoso anjo da guarda, digamos. No entanto, Iahweh reservou para si próprio seu povo escolhido, “Jacó” — ou seja, Israel. No entanto, quando levamos em conta a distinção terminológica do texto, que diferencia entre Elyon (um título de El, como já vimos) e os “filhos de Deus”, não é muito difícil reinterpretar essa passagem de acordo com a teologia ugarítica: o que temos aí é o velho El repartindo as nações entre seus filhos divinos, e Iahweh, como um de seus filhos, recebe do patriarca dos deuses o povo de Israel. Se essa interpretação estiver correta, dá para imaginar que as formas mais antigas da religião israelita viam o Senhor como um membro da segunda geração de deuses semitas/cananeus, mais ou menos na mesma posição de Baal na hierarquia dessas divindades.

O que realmente deixa qualquer leitor atento com a pulga atrás da orelha, no entanto, é a profusão de semelhanças entre, digamos, o estilo de Baal e o de Iahweh. A questão é que cada divindade do mundo antigo costuma ser descrita por seus fiéis com um conjunto tradicional de apelidos, aparência física, tipos de manifestação no mundo humano (ou seja, como costumavam ser suas teofanias), inimigos etc. São essas coisas que eu estou apelidando de “estilo”. Ocorre que há uma quantidade enorme de paralelos entre o jovem deus da tempestade cananeu e o Senhor bíblico. Outro trechinho da Bíblia talvez seja instrutivo. Considere estes versículos do Salmo 74:

*Tu porém, ó Deus, és meu rei desde a origem,
Quem opera libertações pela terra.
Tu dividiste o mar com o teu poder,
Quebraste as cabeças dos monstros das águas;
Tu esmagaste as cabeças do Leviatã
Dando-o como alimento às feras selvagens.*

Agora, lembre-se da batalha épica de Baal contra Yamm, o senhor do mar. Parece que aqui o personagem principal desse confronto épico contra as forças das águas, e os monstros que habitam nas profundezas (um exemplo é o nosso amigo Leviatã, talvez uma enorme serpente marinha ou uma superbaleia), é o

próprio Iahweh. O *Salmo 74*, aliás, está longe de ser uma exceção — outros salmos, bem como passagens de outros livros bíblicos, como o de Jó ou o de certos profetas, apresentam variações da mesma cena mítica, o confronto entre Deus e o caos representado pelo oceano e seus monstros. Acredita-se inclusive que a mais famosa cena do *Êxodo* — a travessia do Mar Vermelho a pé enxuto, com as águas se abrindo diante dos israelitas — seja uma forma “desmitologizada” e “historicizada” desse tipo de conflito. Ou seja, é algo que supostamente acontece na história humana, e não no passado mítico primordial, e o mar, em vez de ser um inimigo divino, não passa de um elemento da natureza que está totalmente sob o domínio de Deus.

Quando o assunto é teofania, Iahweh também parece ter seguido de perto os passos de Baal. Ambos lançam sobre seus inimigos um bombardeio de raios, trovões e tempestades; ambos são capazes de trazer a chuva para a terra seca quando seu povo precisa de boas colheitas; ambos comandam o exército divino (lembre-se que um dos apelidos de Iahweh é “Senhor dos Exércitos”) montados num carro de guerra feito de nuvens. O grau de convergência é tamanho que alguns textos bíblicos chegam a afirmar que o Monte Sião (ou seja, o local de Jerusalém onde os israelitas construiriam o Templo de Iahweh) é idêntico ao Monte Safon — ou seja, a morada tradicional de Baal nos textos ugaríticos. É como se o Senhor decidisse se mudar para a casa de seu antecessor cananeu. Em resumo, algumas das camadas mais antigas da tradição bíblica sugerem que o Deus dos israelitas assumiu características de dois dos mais importantes deuses venerados pelos pagãos cananeus.

Antes de ir adiante com a saga de Iahweh entre os filhos de Israel no próximo capítulo, vale a pena enfrentar um último enigma: nada menos que o nome próprio de Deus. A primeira coisa que precisa ser dita a esse respeito é que não dá para ter certeza absoluta de como pronunciar o nome do Senhor. Lembre-se de que o hebraico bíblico era escrito basicamente com consoantes (às vezes algumas delas eram usadas para indicar a presença de certas vogais em caso de ambiguidade). O nome divino, portanto, era grafado simplesmente como YHWH. Na Idade Média, surgiu o costume de usar sinais especiais para indicar todas as vogais do texto bíblico. No entanto, ainda na Antiguidade, os judeus passaram a acreditar que o nome de Deus era sagrado demais para ser pronunciado; ao ler o texto bíblico em voz alta, eles diziam simplesmente “Adonai” (“meu Senhor”). Por todos esses motivos, ao menos na liturgia judaica, a pronúncia correta da palavra se perdeu. Os especialistas modernos chegaram a “Iahweh” analisando, por exemplo, os nomes pessoais dos antigos israelitas que incorporavam versões curtas do nome divino ou descrições sobre como a palavra era pronunciada por certos grupos na Antiguidade — no caso,

descrições feitas em grego, língua cujo alfabeto, por sorte, sempre teve vogais. Tenha em mente, portanto, que Iahweh (ou Javé, como às vezes aportuguesamos a palavra) é uma estimativa bem informada, mas não uma certeza. O que é quase certo, por outro lado, é que a pronúncia original não era Jeová — essa forma nasceu da mistura das consoantes de YHWH com as vogais de Adonai.

E o que o nome significa? Quando Moisés conversa com Deus pela primeira vez na narrativa do *Êxodo*, resolve perguntar o nome do ser divino e recebe uma resposta misteriosa: Ehyeh-Asher-Ehyeh. “Eu sou o que/aquele que sou”, portanto. De fato, há bases etimológicas para considerar que Iahweh seja a versão em terceira pessoa dessa frase enigmática, com o significado de “Ele é”, digamos. Os eruditos judeus anônimos que traduziram o Antigo Testamento do hebraico para o grego por volta de 200 a.C. interpretaram essa afirmação de um jeito filosófico: Deus “é o existente”, ou seja, o único ser que é capaz de existir por si mesmo, por suas próprias forças — todo o resto do Cosmos depende dessa existência primordial divina para ter seu ser. Outros preferem traduzir a frase como “Eu serei o que eu serei” — ou seja, é a partir das minhas ações, do que eu vou “fazer e acontecer”, digamos, que será possível saber quem eu sou. E não se pode, finalmente, descartar a possibilidade de que o Senhor, nessa passagem, tenha decidido ocultar seu nome verdadeiro de Moisés, usando uma expressão misteriosa para despistá-lo. Afinal, muitas culturas antigas acreditavam que conhecer o nome de alguém equivale a ser capaz de controlar essa pessoa. Deus, nesse caso, teria tentado evitar que seu profeta se tornasse poderoso demais.

CAPÍTULO IV
ISRAEL & JUDÁ

§

A
ESPOSA
DE
Deus
&
OUTROS CAUSOS

Hoje tomo o céu e a terra como testemunhas contra vós: eu te propus a vida ou a morte, a benção ou a maldição. Escolhe, pois, a vida.

DEUTERONÔMIO, CAPÍTULO 30, VERSÍCULO 19

¶ É relativamente fácil entender os primórdios da biografia de Iahweh no contexto dos primeiros assentamentos israelitas, encarapitados na região montanhosa do centro da Palestina, nos séculos que vão de 1200 a.C. a 1000 a.C. Como vimos no último capítulo, tudo indica que o culto ao Senhor nasceu entre pastores e camponeses de origem majoritariamente cananeia, que passaram a retratar sua nova divindade com traços que já estavam presentes nos antigos deuses de Canaã, como El e Baal. Se os adoradores de Iahweh continuassem a ser simples plantadores de cevada e pastores de ovelhas analfabetos, a deidade que hoje é objeto da fé de bilhões de pessoas mundo afora teria pendurado suas chuteiras há muito tempo, sendo lembrada apenas como mais um deus tribal obscuro do Oriente Próximo antigo — isso se já não tivesse sido esquecida por completo. Mas a vida do povo de Israel acabaria passando por transformações profundas nos séculos seguintes, e a visão que os israelitas tinham do próprio Iahweh inevitavelmente também seria transformada. Boa parte da motivação por trás dessas mudanças radicais provavelmente tem de ser colocada na conta dos reis israelitas, que transformaram um amontoado de tribos numa nação. Ou em duas — há controvérsias.

Escrevo isso porque, assim como ocorre no caso do Êxodo e da conquista de Canaã, existe um abismo considerável entre o que a narrativa bíblica conta sobre as origens da monarquia israelita, de um lado, e o que os dados arqueológicos e históricos têm mostrado nas últimas décadas, de outro. Para não confundir em demasia a cabeça de ninguém, acho que faz sentido começar com um breve resumo da versão bíblica dessa saga, para depois elencarmos os possíveis buracos na história.

De acordo com os chamados livros históricos do Antigo Testamento, os “filhos de Israel” passam vários séculos de sua vida na Terra Prometida organizados de forma tribal. Os descendentes de cada um dos 12 filhos de Jacó ocupam territórios relativamente bem definidos da terra de Canaã, de Judá, no Sul, até Dã, no Norte. No entanto, segundo o livro dos *Juízes*, as tribos não cumprem a orientação divina de exterminar todos os cananeus que encontrarem e, o que é pior, passam a ser influenciadas pelos costumes pagãos de seus novos vizinhos. Por isso, a ira de Iahweh se abate sobre os israelitas, que começam a ser derrotados em batalha (certamente um choque, depois das campanhas triunfais lideradas por Josué) e são oprimidos pelos cananeus.

Tais períodos de derrota e opressão são interrompidos de vez em quando, nos momentos em que o povo de Israel se arrepende de suas escorregadas morais e religiosas, invoca a ajuda do Senhor e é salvo por uma sucessão de juízes (daí o nome do livro bíblico), chefes militares carismáticos que atuam por inspiração

divina. Algumas das figuras mais famosas da Bíblia, como Sansão, o “Hércules israelita”, estão entre esses líderes guerreiros. Mas nenhum deles é capaz de fazer com que Israel passe a funcionar como uma nação unificada, e a tendência a adorar falsos deuses pagãos nunca desaparece. No fim desse período, uma terrível guerra civil, motivada por um estupro brutal seguido de morte, quase leva ao completo extermínio do povo de Benjamim, uma das tribos israelitas, pelas mãos dos membros das demais tribos (os benjaminitas viraram alvo porque o crime aconteceu em seu território, e eles se recusaram a entregar os culpados). É a deixa para o autor/editor de *Juízes* usar um de seus refrãos preferidos: “Naqueles dias não havia rei em Israel, e cada homem fazia o que parecia certo a seus próprios olhos”. A frase, repetida em outros momentos de caos e violência do livro, parece indicar que, do ponto de vista da ideologia dos editores da obra, só a atuação de um monarca forte seria capaz de evitar esse tipo de descontrole.

E é exatamente isso o que vemos nos livros bíblicos subsequentes. Após seguidas derrotas diante dos filisteus, os poderosos pagãos vindos do mar que tinham se fixado em cinco cidades na costa sul de Canaã (mais ou menos na atual faixa de Gaza), os israelitas pedem ao profeta Samuel que providencie um rei para eles, ungindo-o — uma cerimônia que consiste basicamente em derramar um pouco de azeite consagrado na cabeça do sujeito. Samuel reluta, em parte porque a escolha de um rei humano pode soar como a rejeição da soberania de Iahweh sobre os israelitas, mas acaba indo em frente com o projeto após receber o sinal verde do próprio Senhor. Curiosamente, o primeiro rei, Saul, é da tribo de Benjamim. Após um começo auspicioso, no qual ele atua como hábil líder guerreiro e até recebe o “espírito de Iahweh” que normalmente faz os profetas entrarem em transe místico, Saul se torna uma decepção, desobedecendo as ordens do Senhor. Cabe então a Samuel ungir, em segredo, um novo rei, o jovem pastor David de Belém, da tribo de Judá.

Após inúmeras peripécias, incluindo o famoso combate contra o gigante Golias e um tempo considerável como fora-da-lei, no melhor estilo Robin Hood, tentando escapar da ira de Saul, David finalmente assume o trono e governa as tribos de Israel por décadas. O rei acabaria se tornando o modelo de todos os governantes futuros de seu povo, de acordo com a Bíblia, apesar de suas falhas de caráter (como a cabeça quente e a luxúria), graças principalmente à sua devoção completa a Iahweh. Mas é com seu filho e sucessor, Salomão, que o reino alcança o auge. Salomão obtém de Iahweh a permissão para construir o Templo de Jerusalém — até então, a divindade havia morado numa tenda, igualzinho ao velho El —, faz alianças matrimoniais e comerciais com o Egito e a Fenícia, constrói um palácio suntuoso e cidades fortificadas, monta uma frota mercante. Numa palavra, trata-se de um reinado faraônico em quase todos os

sentidos.

Salomão, porém, ao desposar princesas estrangeiras, deixou-se seduzir também por deuses pagãos, despertando a fúria de Iahweh. Por consideração a David, a quem havia jurado eterna fidelidade, o Senhor anuncia que os descendentes de Salomão continuarão a reinar sobre a tribo de Judá em Jerusalém, mas serão punidos com a perda do domínio sobre todas as demais tribos, com exceção da de Benjamim. Dali por diante, os israelitas ficariam divididos entre dois Estados monárquicos: Israel, o reino do Norte, e Judá, o do Sul.

PRIMAZIA NORTISTA

¶ Durante séculos, poucos historiadores, mesmo os não religiosos, discordavam da trama básica da história israelita que expus para vocês nos últimos parágrafos. Em parte, isso se deve ao fato de os autores/editores dessa saga terem sido um bocado talentosos do ponto de vista literário. Figuras como Saul, David e Salomão são personagens fabulosos, críveis, de carne e osso, comparáveis aos criados pelos grandes romancistas de todos os tempos. Apesar dos triunfos desses figurões, a Bíblia em geral não os idealiza. Pelo contrário, aliás — suas escorregadas éticas e políticas parecem estar sendo mostradas sem retoques, de um jeito que, por vezes, lembra o estilo de um bom historiador ou biógrafo do século 21. (O exemplo mais famoso tem a ver com a própria mãe de Salomão, mulher de rara beleza que era casada com um dos oficiais do exército de David. O rei vira de longe a moça se banhando e, louco de desejo por ela, mandou que emissários a trouxessem para o palácio enquanto o general estava sitiado uma cidade inimiga. A mulher, porém, engravidou, e David acabou resolvendo a situação orientando seus generais a colocar o marido traído na posição mais perigosa da linha de batalha, de modo que ele morresse.)

Infelizmente para quem tenta defender a historicidade de cada detalhe da Bíblia, os dados arqueológicos mais recentes indicam que talvez nunca tenha havido um grande reino congregando todas as tribos israelitas, liderado pela família davídica. O primeiro problema para imaginar esse reino unido é demográfico. Recorde aquela grande onda inicial de assentamentos na região montanhosa, no comecinho da Idade do Ferro, da qual falamos no capítulo anterior. A questão é que essa rede de vilarejos é bem mais densa no norte do que no sul do território israelita, por um motivo simples: o clima mais ameno e as terras mais férteis, com melhor capacidade de sustentar uma população

numerosa, estavam ao norte de Jerusalém. Ao Sul, nas terras da tribo de Judá (o grupo ao qual pertencia David, lembre-se), as condições eram bem menos favoráveis, e a influência das zonas desérticas, mais pronunciada (é, eu sei que, do ponto de vista da maioria dos brasileiros, é estranho imaginar algum lugar da Palestina que não seja um deserto inóspito, mas a região montanhosa do Norte na verdade era coberta por florestas — sim, florestas! — naquela época).

Acontece que essa dicotomia parece se manter por séculos, mesmo após a fase inicial de aparecimento dos vilarejos protoisraelitas. No Norte, como de resto em quase todo o território da antiga Canaã, a importância dos assentamentos rurais de pequena escala continua, em alguma medida, mas há um processo muito mais claro e precoce de aumento populacional e consolidação urbana — em resumo, algumas vilas crescem tanto que viram cidades. E, falando nisso, as antigas cidades-Estado cananeias que aparentemente tinham conseguido se reerguer depois do colapso de civilizações do fim da Idade do Bronze, mantendo relativamente intactas suas tradições e cultura material, são arrasadas nessa fase em que a região montanhosa do Norte está em ascensão, em algum momento entre os anos 1000 a.C. e 900 a.C. (na verdade, esse parece ter sido um processo gradual, que se estendeu ao longo de algumas décadas). Coincidência ou não, a cultura material que aparece nas versões reconstruídas dessas cidades é a da região montanhosa — a qual, a essa altura, já desenvolveu algumas características próprias. Parece que, dessa vez, faz sentido falar numa conquista e ocupação de cidades cananeias por israelitas.

É preciso confrontar esse cenário com o que sabemos sobre a região de Judá na mesma época. A cronologia bíblica aponta que Salomão teria reinado em Jerusalém entre 970 a.C. e 931 a.C. Embora hoje seja praticamente impossível fazer escavações em busca de vestígios do templo salomônico, uma vez que o que restou dele está debaixo do Domo da Rocha, uma das construções mais sagradas do islamismo, os dados que foram obtidos de outras regiões de Jerusalém nessa fase da Idade do Ferro sugerem que o lugar era pouco mais do que uma aldeia, sem nenhum sinal claro da suposta glória davídico-salomônica. As áreas de Judá mais ao Sul também só começam a ter uma população mais numerosa e “urbanizada” (e haja aspas, porque decerto um viajante do tempo do século 21 dificilmente reconheceria tais assentamentos como urbanos) a partir de 850 a.C., e olhe lá.

Isso significa que David e Salomão foram inventados pelos autores bíblicos? Provavelmente não. Inscrições em aramaico na chamada estela de Tel Dan, feitas entre 150 e 200 anos depois da época em que eles teriam vivido, mencionam a “Casa de David” (ou seja, a dinastia fundada por esse rei), e não há razões para duvidar que um guerreiro desse nome de fato conseguiu dominar os demais

chefes tribais de sua região lá pelo ano 1000 a.C. É mais complicado imaginar, porém, que justamente a área mais pobre e isolada do território israelita tenha conseguido se impor durante cerca de um século sobre seus vizinhos mais ricos e numerosos do Norte. Faz mais sentido imaginar que as tribos da região montanhosa passaram por um processo gradual e desigual de centralização política, o qual conduziu primeiro à formação do reino de Israel e, um pouco mais tarde, à do reino de Judá. É quase certo que ambas as entidades políticas tinham muita coisa em comum, inclusive o culto a Iahweh, mas seria um erro considerar que inicialmente elas tinham sido uma coisa só.

AO REI O QUE É DO REI, A DEUS O QUE É DE DEUS

¶ Seja como for, independentemente do modelo que você considerar mais plausível para explicar o nascimento da monarquia israelita, o fato é que a presença de um rei faz muita diferença, do ponto de vista religioso e das próprias ideias sobre Deus. Isso é especialmente verdade quando o que está em questão é o antigo Oriente Próximo, um lugar e uma época nos quais essa invenção moderna conhecida como “separação entre Igreja e Estado” ou “Estado laico” nem era sonhada. No mundo dos antigos israelitas (e dos babilônios, assírios, fenícios, persas...), nem era comum existirem palavras específicas para designar o conceito de religião, porque a vida religiosa simplesmente estava integrada ao cotidiano de todo mundo. Plantar, dar à luz um bebê, ir para a guerra e, obviamente, também governar eram ações às quais estava misturada uma constante dimensão religiosa, inseparável dos aspectos laicos dessas atividades. Por isso, é preciso ter cuidado na hora de fazer interpretações maquiavélicas demais, do tipo “ah, esse malandro do Salomão deu um jeito de usar o culto a Iahweh a seu favor, manipulando o pobre povão israelita”. Esse seria um modelo simplista, que não dá conta da maneira como a crença religiosa funcionava na Palestina da Idade do Ferro.

Na prática, o principal impacto da presença de um monarca sobre a trajetória do Senhor Deus pode ser definido com uma única palavra: centralização. Na Antiguidade, os reinos eram a forma mais comum de organização estatal (embora também tivessem surgido repúblicas, como Roma, e até democracias, como Atenas), e se tem uma coisa que Estados de todo tipo adoram fazer é centralizar e coordenar a vida política, econômica e, no caso da Antiguidade, também a vida religiosa. Não sabemos se o Templo de Jerusalém na época da dinastia davídica era mesmo uma construção que irradiava esplendor, conforme

afirmariam mais tarde os livros bíblicos dos *Reis*, mas é fato que os monarcas antigos costumavam direcionar boa parte dos recursos que extraíam de seus súditos para estruturas grandiosas erigidas em honra de Deus (ou dos deuses, se eles fossem politeístas). Não poupar despesas no culto religioso era algo que servia não apenas para louvar a glória do Senhor como também funcionava como um espelho da glória do próprio monarca.

A associação estreita entre templo e palácio é outro ponto importantíssimo: mais de um especialista na história do antigo Israel já comparou o Templo de Jerusalém a uma “capela real”, construída especificamente para servir às necessidades religiosas e políticas do rei. Além disso, quando você começa a conceber o culto divino como uma das funções básicas de um Estado centralizador, uma possibilidade forte é a transformação dos sacerdotes e funcionários dos templos, os sujeitos diretamente responsáveis pelas atividades religiosas formais, em apêndices da casa real — ou em funcionários públicos de alto escalão, se você quiser uma analogia bem brasileira.

É claro que, nas ocasiões em que um fenômeno desse tipo ocorre, nada impede, ao menos teoricamente, que a população como um todo continue com suas práticas religiosas tradicionais, até porque os Estados da Idade do Ferro estavam longe de ter os recursos financeiros e a tecnologia necessária para vigiar seu povo num estilo *Big Brother*, dizendo o tempo todo o que pode e o que não pode ser feito. Mas, uma vez que o rei e seus asseclas resolvem controlar o culto à divindade, surge a possibilidade de conflito entre a “religião oficial” — a qual, num mundo com pouca ou nenhuma legislação escrita e concentração de poder nas mãos de uma única pessoa, nada mais é do que a religião que o rei da vez acha que é a correta — e essas manifestações religiosas populares.

Isso, óbvio, se o cenário não for ainda mais complexo: parte da elite sacerdotal, por exemplo, pode não estar contente com o rumo que o monarca está dando ao culto e resolve se opor a certas tradições ou reformas; membros de grupos laicos (ou seja, não pertencentes à casta sacerdotal) podem desenvolver visões teológicas que contrariam tanto o rei quanto os sacerdotes — acho que você já conseguiu pegar o espírito da coisa. Conforme a(s) monarquia(s) israelita(s) vão se desenvolvendo e passam a sofrer o impacto da presença de nações e impérios vizinhos, as possibilidades que citei neste parágrafo acabam influenciando pesadamente a história de Deus e as várias camadas de complexidade do texto da Bíblia.

A convergência entre a figura de Iahweh e certas divindades mais antigas, como Baal, indica que um dos papéis originais do Deus bíblico é o de deidade guerreira — não é à toa que um dos epítetos mais comuns dele no Antigo Testamento é “Senhor dos Exércitos” (subentenda-se aqui tanto “exércitos

celestes” quanto “exércitos de Israel”). A narrativa sobre a vitória de David, um pastorzinho adolescente, contra o gigante Golias ajuda a resumir a ideia de que Iahweh é capaz de fazer com que seus escolhidos triunfem em combate, independentemente de quão improvável pareça ser esse triunfo, e há poucas razões para duvidar que, na fase tribal da história israelita, essa crença tenha sido um dos principais elementos da religião popular. Ora, um dos papéis centrais de um rei na Antiguidade, como o caso de David também ilustra, é o de comandante-em-chefe, o que acabou levando ao surgimento de uma teologia monárquica na qual a promessa de vitória e domínio é transferida do povo como um todo para o rei.

Nesse ponto, aliás, é interessante notar como os reinos israelitas continuam seguindo algumas convenções religiosas da antiga Canaã. Enquanto no Egito o faraó era um deus na Terra, os monarcas de Israel, assim como os de Ugarit, eram vistos “apenas” como representantes da divindade na esfera humana. A linguagem mais comum usada para descrever esse relacionamento é o de adoção — ou seja, o deus (ou Deus com D maiúsculo) se torna o pai adotivo do monarca. Se você quer um resuminho rápido e claro dessa teologia monárquica israelita, não há coisa melhor do que ler alguns trechinhos do *Salmo 2*:

*Por que as nações se amotinam,
E os povos planejam em vão?
Os reis da Terra se insurgem,
E, unidos, os príncipes enfrentam
Iahweh e seu Messias.
(...)
O que habita nos céus ri,
O Senhor se diverte à custa deles.
E depois lhes fala com ira,
Confundindo-os com seu furor:
Fui eu que consagrei o meu rei
Sobre Sião, minha montanha sagrada!
Publicarei o decreto de Iahweh.
Ele me disse: ‘Tu és o meu filho,
Eu hoje te gerei.
Pede, e eu te darei as nações como herança,
Os confins da Terra como propriedade’.*

Convém explicar o que o termo “Messias” está fazendo aqui. A maioria das pessoas está acostumada a entender essa palavra como algo que se refere diretamente a Jesus (“Cristo”, aliás, é só a forma grega do hebraico “Messias”, ou *Mashiach*; ambos os vocábulos querem dizer “ungido”) ou, se você for judeu, ao Messias futuro que os seguidores mais fervorosos do judaísmo esperam. No Antigo Testamento, porém, todo rei israelita devidamente aprovado por Deus é

um ungido e, portanto, um Messias. De qualquer maneira, não é por acaso que aquele pedacinho do salmo, “Tu és o meu filho/Eu hoje te gerei”, é uma das passagens bíblicas mais citadas pelos autores do Novo Testamento, nas Escrituras cristãs. Essa descrição do Messias e de seu relacionamento com Iahweh influenciou profundamente a visão que os primeiros cristãos tinham de Jesus (ou, da perspectiva da fé cristã, pode ser lida como uma antecipação profética da trajetória do Nazareno). Guarde bem essa passagem, portanto — ela ainda há de nos ser muito útil em capítulos futuros.

Enquanto isso, porém, concentremo-nos no presente. Não é muito difícil perceber como essa ideologia da adoção divina poderia ser útil como ferramenta de consolidação do poder de um monarca, e mesmo como arma para a unificação nacional. De fato, uma das características mais interessantes do Oriente Próximo durante a Idade do Ferro é o aparecimento de entidades políticas de médio porte — ou seja, que não eram nem pequenas cidades-Estado, como as de Canaã na Idade do Bronze ou as da Grécia Antiga, nem impérios gigantescos. Estamos falando de Estados que englobavam um território considerável, com população na casa das centenas de milhares de pessoas e alguma diversidade geográfica e cultural interna. Eram entidades que lembravam vagamente os Estados nacionais mais compactos de hoje (Portugal é um exemplo comparável), em outras palavras. Ora, temos indícios de que essas novas “nações” passam a adotar o conceito de deuses nacionais — divindades que atuavam especificamente como patronos daquele povo e daquele país.

Pode ser só coincidência, mas é intrigante que vários dos povos vizinhos e contemporâneos do Israel bíblico — lugares como Moab e Amon, do lado leste do Rio Jordão — também parecem ter abraçado um único grande deus nacional como seu protetor, assim como Iahweh era o soberano divino dos israelitas. Isso não significa que eles abandonassem totalmente o culto de outros deuses — aliás, nem os israelitas parecem ter adotado esse curso de ação —, mas há evidências de que eles direcionariam a maior parte de suas energias religiosas para a adoração desse deus principal, de tal forma que até seus panteões tinham um número restrito de divindades, diferentemente da abundância de seres divinos no panteão de Ugarit.

Um exemplo impressionante de como isso acontecia na prática está registrado na estela de Mesa, que teria sido erigida por volta de 840 a.C. a mando de Mesa (é claro), rei de Moab. É quase como ler a Bíblia num universo paralelo, porque a linguagem da inscrição tem inúmeros pontos de contato, tanto culturais quanto teológicos, com os livros históricos bíblicos. O deus adorado por Mesa, porém, não é Iahweh, mas um ser divino chamado Camos. Não que Iahweh não apareça na inscrição: o nome do Deus de Israel é citado quando o monarca moabita se

vangloria de ter conquistado uma cidade de Israel, tomando como despojos os vasos consagrados ao Senhor e dedicando-os ao seu deus. Invertendo o padrão que é tão importante para a narrativa do livro do *Êxodo*, Mesa afirma que o povo moabita estava sendo oprimido pelos israelitas, e que o deus Camos enfureceu-se com essa injustiça, inspirando o rei de Moab a contra-atacar.

De quebra, assim como Deus ordena que os israelitas liderados por Josué destruam a população cananeia, e até seus animais — um conceito conhecido pelo termo "herem" —, Mesa também afirma ter matado todos os 7 mil habitantes de uma cidade israelita, seguindo a ordem de herem emitida por Camos. Ironicamente, essa parece ter sido outra semelhança entre Israel e seus vizinhos.

Antes de nos despedirmos dessa obscura divindade do além-Jordão, vale a pena acrescentar à discussão uma passagem surpreendente do livro dos *Juízes*. O trechinho é confuso, porque os autores e/ou editores desse livro parecem ter misturado as estações e atribuído a adoração de Camos aos amonitas, e não aos moabitas (quase dá para ouvir o escriba antigo dizendo “É tudo gringo, né?”). De qualquer jeito, lá pelas tantas, o juiz israelita Jefté, numa mensagem enviada aos amonitas, diz o seguinte: “Não possúis tudo o que o teu deus Camos te deu? Do mesmo modo, tudo o que Iahweh, o nosso Deus, tomou dos seus possuidores, nós o possuímos!”.

O raciocínio é absolutamente esquisito se você partir do princípio de que os israelitas que escreveram essa passagem eram monoteístas estritos, pessoas que acreditavam que a única divindade do Universo era Iahweh. Por outro lado, a frase fica menos maluca se postularmos que os autores do texto aceitavam a existência de outros deuses e até achavam que eles tinham poder sobre outros povos ou esferas de influência — reservando-se, porém, o direito e o dever de adorar a um único deus nacional. Esse tipo de atitude religiosa não aparece só nesse trechinho do livro dos *Juízes* — há outras indicações do mesmo gênero de pensamento espalhadas pelo Antigo Testamento. Os especialistas costumam designar ideias assim com dois termos técnicos derivados do grego: “monolatria” e “henoteísmo” (alguns teóricos tentam distinguir entre esses termos, mas o sentido geral é tão próximo que, para nossos propósitos, não vale a pena). O sufixo “-latria” indica adoração, enquanto “heno-” é equivalente a “mono-”; ou seja, também significa “um”.

A última coisa importante a ser dita sobre as monarquias israelitas de modo genérico, antes de avançarmos rumo a um momento crucial na biografia de Iahweh, é que aparentemente ela estava longe de ser tão totalitária quanto a dos impérios da Mesopotâmia e do Egito, por exemplo. Nesses lugares, muito mais ricos e cosmopolitas que o antigo Israel, vemos um esforço frequentemente

ridículo para controlar cada aspecto do cotidiano e da economia do povo: registros e mais registros de tributos para os templos, recibos da ração diária de pão e cerveja reservada para cada pastorzinho dos rebanhos do rei, construções monumentais em grande escala etc. Tudo indica que, apesar de seus esforços centralizadores, os monarcas de Israel e Judá nunca chegaram nem perto desse nível de interferência abelhuda na vida de seus súditos. Isso talvez explique, em parte, por que a Bíblia preservou um conjunto variado de perspectivas religiosas, que nem sempre se alinham com os interesses da monarquia e, muitas vezes, contrariam-nos diretamente. Na antiga Mesopotâmia ou no Egito, era quase impensável que alguém acusasse o rei, publicamente e por escrito, de trair os deuses e oprimir o povo — com exceção dos momentos em que havia uma mudança súbita de dinastia, quando interessava à nova família real difamar a antiga. No território israelita, como veremos, a história parece ter sido outra.

DE VOLTA AO MAPA

¶ A verdade é que não temos indicações arqueológicas seguras sobre quais deuses eram cultuados, e de que maneira, nos primeiros séculos de existência dos reinos israelitas. O que se pode afirmar com certeza é que, tanto no Norte quanto no Sul, havia uma multiplicidade de centros de culto religioso, caracterizados principalmente pelos altares nos quais os sacerdotes sacrificavam animais e queimavam incenso — isso apesar da ideia, presente no livro bíblico do *Deuteronômio*, de que Iahweh havia ordenado a Moisés o estabelecimento de um único centro religioso nacional quando os israelitas tomassem posse da Terra Prometida. Do mesmo modo, existem alguns elementos de cultural material que lembram detalhes da religião cananeia — estatuetas de touros que podem ter ligação com El ou Baal, imagens femininas flanqueadas por árvores que talvez tenham algo a ver com a deusa Asherah (saberemos mais sobre ela ainda neste capítulo, aguarde). Entretanto, de forma geral, a religião de Israel parece ter sido relativamente anicônica, ou seja, não muito amiga do uso de imagens dos deuses — um ponto no qual há uma concordância entre as evidências arqueológicas e a Bíblia, a qual registra a proibição absoluta da fabricação de imagens de Iahweh, ou de qualquer outro deus.

Seja como for, não dá para deixar de lado o impacto da nova organização política israelita sobre a situação religiosa da região, e é nesse sentido que coisas um bocado importantes começam a acontecer, ao que tudo indica, nas décadas entre 900 a.C. e 850 a.C. É possível ter uma ideia relativamente menos

enviesada da história de Israel e Judá nesse período porque, depois de séculos de silêncio sobre a terra de Canaã nas inscrições dos países vizinhos, a área volta a ser citada em textos contemporâneos, especialmente da Assíria, império dominado por uma aristocracia guerreira que ficava no norte do atual Iraque. É claro que os assírios não registraram tudo o que acontecia nos territórios israelitas (do ponto de vista deles, tinham mais o que fazer do que ficar relatando a ascensão e queda de reizinhos mixurucas num lugar distante). Outra ressalva óbvia é que os textos imperiais também estavam cheios de vieses: nenhum escriba com amor à própria vida ficaria registrando derrotas e fracassos dos soberanos assírios, o que significa que até relatos de vitórias espetaculares e grandes conquistas precisam ser lidos com ceticismo. Mas o interessante é que, nos pontos em que os textos da Assíria mencionam as monarquias israelitas, a cronologia — isto é, a sequência temporal de soberanos e fatos políticos — bate relativamente bem com o que a Bíblia diz nos livros dos *Reis*, no Antigo Testamento. Juntando, portanto, os textos bíblicos, os relatos assírios (e às vezes também os produzidos por arameus, na atual Síria) e a arqueologia, dá para reconstruir o que provavelmente aconteceu no antigo Israel a partir dessa época, ainda que com um considerável grau de incerteza.

O mero fato de os israelitas serem citados nas fontes assírias sugere um aumento de sua relevância internacional durante esse período. E atenção: durante cerca de um século, a Assíria só percebe a existência de Israel, o reino do Norte — Judá ainda não está no radar mesopotâmico. Esse dado casa bastante bem com os achados arqueológicos na Palestina, os quais indicam que, nessa época, o aumento populacional continua, acompanhado de mais urbanização e da construção de palácios e cidades fortificadas no Norte, como Samaria, a nova capital do reino.

São sinais clássicos de fortalecimento do poder monárquico, e tanto os textos assírios quanto a Bíblia associam esse momento de consolidação à “Casa de Omri”, ou seja, à dinastia fundada pelo rei israelita com esse nome, que teria reinado em torno de 880 a.C. Aliás, o termo “Bit-Humri”, ou “Casa de Omri”, acabou sendo adotado pelas inscrições imperiais como sinônimo de “reino de Israel” — tanto que até reis que, segundo a Bíblia, não são descendentes do famoso monarca (já que reinaram depois do fim da dinastia) acabam sendo chamados de “filhos de Omri” pelos assírios. Ao falar de suas batalhas contra israelitas na estela que leva seu nome, o rei moabita Mesa também faz referência a essa família real.

Considerado o fundador da cidade de Samaria, Omri foi sucedido por seu filho Acab, monarca que é uma das estrelas das inscrições assírias — no papel de vilão. É que, nessa época, o Império Assírio estava tentando estender seus

tentáculos rumo ao Mediterrâneo, provavelmente com o intuito de controlar rotas de comércio, e entrou em colisão com Israel e outros reinos da Palestina, do Líbano e da Síria. Resultado: surgiu uma coalizão desses Estados de médio porte, cujo objetivo era barrar o avanço assírio. Os principais exércitos desses aliados eram justamente os de Acab (10 mil soldados de infantaria e 2 mil carros de guerra) e os do rei Hadadezer de Damasco (1.200 carros de guerra, 1.200 cavaleiros e 20 mil soldados de infantaria) — tudo isso segundo o relato assírio sobre a batalha de Qarqar, que se deu em 853 a.C., na Síria. Previsivelmente, a inscrição que relata a batalha fala de uma vitória do monarca assírio Salmaneser 3º, mas o fato é que nem Hadadezer nem Acab perderam o trono depois da suposta derrota, e Salmaneser 3º precisou voltar com seus exércitos à Síria várias vezes nos anos seguintes, sem nenhum resultado muito claro. Isso levou muitos historiadores modernos a argumentar que, na verdade, a atuação de Acab foi decisiva para que a Assíria não transformasse a Palestina em quintal de seu império em meados do século 9º a.C.

Não é brincadeira juntar 2 mil carros de guerra para enfrentar uma força imperial. Pense em 2 mil tanques de guerra de última geração, e você terá uma ideia do custo de uma operação dessas: estamos falando de veículos de guerra caros e de alta tecnologia para a época. Trata-se de uma indicação bastante clara de que o reino governado por Acab tinha muitos recursos à disposição do monarca. De fato, esse parece ter sido o período no qual os israelitas definitivamente deixam de ser um povo unicamente montanhês e estendem seus domínios para os vales férteis de Canaã e para a costa do Mediterrâneo, no lado Oeste, e para o vale do Rio Jordão e além, no lado Leste (embora algumas regiões da atual Jordânia talvez tenham sido consideradas terra israelita desde os princípios do assentamento nas montanhas, no comecinho da Idade do Ferro).

O reino do Norte, em outras palavras, tomou conta das regiões agrícolas mais produtivas da Palestina, o que, óbvio, resultou numa quantidade muito maior de riquezas fluindo para os cofres da monarquia e num maior engajamento no comércio internacional e na diplomacia com as demais nações emergentes da região. De quebra, é quase certo que Israel tenha incorporado ao seu território gente que ainda estava fortemente ligada ao sistema tradicional das cidades-Estado cananeias, uma população que provavelmente nunca tinha cultuado Iahweh. Estamos falando, portanto, de um Estado muito mais poderoso, cosmopolita e etnicamente diversificado do que jamais poderiam sonhar os camponeses e pastores que tinham decidido construir suas casinhas nas montanhas de Efraim (o núcleo do território do Norte) por volta de 1200 a.C.

À primeira vista, em especial quando a gente adota uma perspectiva moderna, os resultados de todas essas políticas implementadas pela Casa de Omri parecem

altamente desejáveis. O problema é que, tanto no mundo antigo quanto hoje — aliás, principalmente no mundo antigo —, crescimento econômico e poderio diplomático-militar são benefícios que afetam uma nação de modos desiguais. No caso dos antigos israelitas, essas mudanças transformaram um grupo étnico com uma tradição agrícola e pastoril, no qual havia relativamente pouca desigualdade social e quase nenhum governo centralizador, numa monarquia como todas as outras que existiam no Oriente Próximo antigo. Isso significa, entre outras coisas, funcionários reais extraindo tributos (provavelmente em espécie, ou seja, em produtos agrícolas) para financiar exércitos, templos luxuosos, fortalezas e, é claro, as camas de marfim da nobreza (fragmentos dessas camas, aliás, foram achadas em Samaria); a aplicação da corveia, ou seja, o uso da população livre para realizar obras públicas no muque, com pagamento irrisório (se você é um sujeito que já dá duro o ano inteiro na lavoura da família para ter o que comer, imagine como ficaria feliz se o prefeito te convocasse para cavar buracos no domingo em troca de um pão com manteiga e Coca-Cola quente). Mais: para famílias de agricultores que não conseguiam pagar suas dívidas, uma economia “de mercado”, integrada às rotas de comércio do Mediterrâneo, muitas vezes significava o risco de perda de suas terras e a miséria, quando não a escravidão como forma de saldar a dívida (embora a legislação bíblica tente coibir essa prática). Há boas razões para acreditar que esse conjunto de transformações sociais de grande escala teve um papel crucial, ainda que não único, no surgimento do fenômeno da profecia israelita, responsável por dar uma guinada na compreensão tradicional de Iahweh e dos demais deuses.

Quando digo surgimento, é bom colocar os pingos nos is. É muito provável que existissem profetas entre os israelitas antes do surgimento da monarquia, até porque coisas parecidas podiam ser encontradas em todo o Crescente Fértil na Antiguidade — grosso modo, gente atuando como porta-voz dos deuses, sob o efeito de estados alterados de consciência, pronunciando oráculos em êxtase místico e prevendo coisas como a vitória em batalha ou a cura de uma doença. Há semelhanças entre esses comportamentos dos profetas pagãos e os de Israel, os quais também eram capazes de agir de modo extático ou mesmo totalmente bizarro como parte de sua atuação profética — casando-se com prostitutas, cozinhando sua comida num fogo alimentado por fezes humanas, passando meses deitados de lado, entre outras aparentes maluquices. Mas tudo indica que os profetas israelitas, por outro lado, eram únicos e inovadores em certos aspectos, como em sua tendência a desafiar o poder dos reis e da classe sacerdotal, suas denúncias contra a injustiça social e sua defesa intransigente do javismo, ou seja, da exclusividade do culto a Iahweh. Eles parecem ter sido os

primeiros e principais expoentes do que, em inglês, alguns especialistas chamam de *Yahweh-only party* — o partido de Iahweh como o único deus.

Os profetas israelitas também já foram chamados de conservadores radicais — a ideia é que seu radicalismo consistia em tentar de todas as maneiras reconduzir o povo de Israel de volta à pureza original da aliança celebrada com Deus no Monte Sinai, por intermédio de Moisés. A radicalidade dos sujeitos continua sendo indiscutível, mas o que descobrimos sobre a história israelita até agora indica que faz mais sentido considerá-los como inovadores, e não como conservadores. A ênfase *Yahweh-only*, de fato, parece surgir justamente nos períodos de maior prosperidade do reino do Norte, entre meados do século 9º a.C. e as primeiras décadas do século 8º a.C.

O primeiro período coincide com a ascensão da Casa de Omri e é marcado, nos relatos bíblicos, pela atuação do profeta Elias e de seu discípulo Eliseu, javistas extremamente zelosos (como já vimos, Elias é a forma aportuguesada do hebraico Eliyahu, “meu Deus é Iahweh”). Além de ameaçar constantemente Acab e seus herdeiros com a vingança divina por causa das transgressões religiosas e éticas do rei (que toma posse de uma vinha ilegalmente depois que o dono dela é executado por uma acusação forjada de blasfêmia, por exemplo), Elias e Eliseu vagam pelo território israelita e pelas regiões vizinhas realizando milagres (curando leprosos, multiplicando comida e ressuscitando os mortos, entre outras façanhas). Mas a principal tarefa de Elias é confrontar os adoradores do deus Baal, cujo culto teria se espalhado entre os israelitas, segundo a narrativa bíblica, graças à influência da princesa fenícia Jezabel (ou Jezebel), mulher do rei Acab.

Nesse ponto, é difícil afirmar qualquer coisa com absoluta certeza, porque as narrativas sobre Elias e Eliseu provavelmente foram escritas bem depois da vida dos profetas e contêm muitos elementos lendários. Além disso, a Bíblia tenta retratar a adoração a Baal como uma espécie de infiltração perversa dos costumes fenícios, enquanto sabemos que, como povo de origem cananeia, os israelitas dificilmente teriam ignorado completamente o culto ao deus do trovão de Canaã — até porque boa parte dos atributos dele também foram incorporados à imagem tradicional de Iahweh. Finalmente, a ideia de que o casamento com princesas estrangeiras seja o principal responsável por desencaminhar os reis israelitas e desviá-los da adoração ao Senhor é uma espécie de lugar-comum literário da Bíblia, usado também, por exemplo, para descrever o declínio do reinado de Salomão, o que dificulta avaliar sua historicidade. Apesar de todas essas ressalvas, porém, deve-se dizer que uma versão atenuada do relato bíblico talvez faça bastante sentido.

Como vimos, a Casa de Omri conseguiu colocar Israel no mapa diplomático e

militar do Crescente Fértil. O casamento de Acab com Jezabel, filha do poderoso rei de Sidon, uma das grandes cidades-Estado marítimas da Fenícia, provavelmente é um capítulo dessa ascensão. Os fenícios, claro, não eram adoradores de Iahweh: eram etnicamente cananeus, nunca tinham rompido com a tradição politeísta original da região e tinham Baal como divindade governante de seu panteão. É possível que Acab tenha decidido solidificar sua aliança com os fenícios por meios teológicos, transformando Baal no novo chefe do panteão israelita e destronando Iahweh — ou, no mínimo, que ele tenha promovido a adoração ao Senhor da Tempestade com um vigor até então inexistente na história de Israel. Se essa reconstrução do que aconteceu estiver correta (e é preciso admitir, de novo, que não dá para ter certeza), a jogada diplomática do rei teria sido a gota d'água que desencadeou a resistência profética, juntando num só pacote o descontentamento dos que tinham levado a pior pelas transformações sociais e econômicas do reino e a oposição religiosa à perda de influência do culto de Iahweh.

O certo é que o gênio da resistência profética tinha saído da garrafa e não voltou a ela nem mesmo no período de maior prosperidade de Israel, o reinado de Jeroboão 2º (783 a.C.–743 a.C.). Foi durante essa fase áurea, quando o reino alcançou sua maior dimensão graças a uma aliança com a Assíria e à canibalização do território de nações vizinhas que tinham se oposto ao império mesopotâmico, que atuaram Amós e Oseias, os mais antigos entre os chamados profetas literários, ou seja, os que deixaram longas listas de profecias registradas por escrito. Essa é mais uma inovação da profecia israelita, deve-se dizer: nenhum dos povos do Oriente Próximo desenvolveu essa tradição de profetas como autores de obras literárias extensas e de grande qualidade poética. A combinação é muito estranha mesmo se pensarmos nela com a nossa cabeça de hoje. Imagine um poeta indicado para a Academia Brasileira de Letras que tem visões místicas, bate boca com a presidente da República e com os bispos da CNBB e escreve sobre religião, relações internacionais e justiça social na mesma estrofe — e você terá uma ideia da combinação absolutamente incomum de papéis nas figuras dos profetas literários.

Amós e Oseias não são nem de longe tão famosos quanto alguns dos profetas que vieram depois, como Isaías e Jeremias, mas isso não é motivo para subestimar a obra deles. O primeiro é o que realmente inaugura o tema sombrio que será um dos refrãos dominantes da profecia israelita pelos séculos seguintes: a injustiça social e as transgressões religiosas de Israel levarão à destruição do reino, ao massacre do povo nas mãos de exércitos estrangeiros e ao exílio. Eis, por exemplo, como ele ameaça as mulheres da alta sociedade de Samaria:

*Ouvi esta palavra, vacas de Basã,
Que estais sobre o monte de Samaria,
Que oprimis os fracos, esmagais os indigentes
E dizeis aos vossos maridos:
‘Trazei-nos o que beber!’
O Senhor Iahweh jurou por sua santidade:
Sim, eis que virão dias sobre vós
Em que vos carregarão com ganchos,
E, o que sobrar de vós, com arpões.
E saireis pelas brechas que cada uma tem diante de si,
E sereis empurradas em direção ao Hermon [monte na fronteira
norte de Israel].*

Amós também é um dos pioneiros de uma ideia que acabaria se tornando um dos pontos-chave do monoteísmo: a de que rituais religiosos não adiantam nada se as obrigações éticas não estão sendo cumpridas. Aqui, é preciso lembrar que a religião dos antigos israelitas, assim como a dos demais povos do Mediterrâneo na Antiguidade, dependia profundamente do culto sacrificial, ou seja, da morte constante de animais nos altares dos templos e a queima total ou parcial da carne para aplacar as divindades (quando a queima é total, usa-se o termo “holocausto” para designá-la). Textos mesopotâmicos chegam a dizer que, sem o sacrifício, os deuses ficariam famintos, tanto que eles seriam atraídos pelo odor dos altares “como moscas pela carne”. As narrativas bíblicas não vão tão longe, mas mencionam, mesmo assim, o “odor agradável” dos sacrifícios como forma de propiciar as boas graças de Iahweh. Isso não passa de besteira, vocifera Amós:

*Não me agradam as vossas oferendas
E não olho para o sacrifício de vossos animais cevados.
Afasta de mim o ruído de teus cantos,
Eu não posso ouvir o som de tuas harpas!
Que o direito corra como a água
E a justiça como um rio caudaloso!*

Oseias, por sua vez, provavelmente é o gênio literário responsável por criar outra das concepções mais influentes do monoteísmo, enxergando a aliança entre Deus e seu povo como um casamento humano, no qual Israel desempenha o papel da esposa infiel, e Iahweh, o de marido traído. Para demonstrar com sua própria vida essa ideia, Oseias se casa com uma prostituta e dá nomes simbólicos a seus filhos, como Lo-Ammi (em hebraico, “não-meu-povo” — isto é, Iahweh está afirmando que Israel não será mais seu povo). Levando às últimas consequências essa metáfora, o profeta afirma que os israelitas estão traindo o Senhor, seu marido verdadeiro, com seu amante, Baal. Apesar desse cenário de traição e amor perdido, Oseias também é um dos primeiros profetas a acenar com uma

esperança futura usando um trocadilho de grande beleza poética, que infelizmente só funciona para valer em hebraico:

Ali ela [a esposa, representando Israel] responderá como nos dias de sua juventude,

Como no dia em que subiu da terra do Egito.

Acontecerá naquele dia,

— oráculo de Iahweh —

Que me chamarás ‘Meu marido’,

E não mais me chamarás ‘Meu Baal’.

Explicando: a palavra "baal", substantivo comum, também significa simplesmente “senhor” (algo na linha de “Como vai o senhor?”) e era usada pelas esposas para se referir aos maridos. Uma expressão alternativa, no entanto, era "ishi", literalmente “meu homem”, ou “meu marido”, como foi traduzido aqui.

Na mesma época em que os profetas ativos no reino do Norte sonhavam em acabar com o “adultério” de Israel e Baal, no entanto, uma região no extremo sul da esfera de influência israelita recebia visitantes que deixaram escritos misteriosos — textos que, para alguns estudiosos, mostram que Iahweh não era casado com Israel, simplesmente porque já tinha uma esposa divina.

A MULHER DO SENHOR

¶ Estamos falando da deusa cananeia Asherah, a mulher de El segundo as narrativas de Ugarit. A situação, no caso do suposto casamento dessa senhora divina com o Senhor, é complicadíssima, controversa e intrigante. Os indícios mais famosos da crença num relacionamento entre os dois vêm de um sítio arqueológico com o nome impronunciável de Kuntillet ‘Ajrud, localizado na parte leste do deserto do Sinai. Acredita-se que Kuntillet ‘Ajrud era um “caravançará”, ou seja, um local onde as caravanas que atravessavam o Sinai faziam um merecido *pit stop*. Havia no local um forte respeitável, com muralhas duplas e torres, e salas com paredes cobertas de gesso que parecem ter funcionado como favissae, termo usado para designar áreas nas quais eram guardadas oferendas feitas para os deuses na Antiguidade. De fato, o lugar continha várias vasilhas grandes de cerâmica e pedra que, ao que tudo indica, foram ofertadas para um pequeno templo ou santuário do caravançará. E aqui é que vem a bomba. Alguns desses vasos contêm as seguintes inscrições: “Abençoo-te por Iahweh de Samaria e sua Asherah” ou “por Iahweh de Temã e

sua Asherah”.

O mero fato de termos duas inscrições com formulações ligeiramente distintas em objetos diferentes já sugere que essa associação entre Iahweh e Asherah não era um caso isolado. Como se não bastasse esse fato, porém, em um outro sítio de nome impronunciável, Khirbet el-Qôm, nas vizinhanças de Hebron (antigo reino de Judá, atual Cisjordânia), arqueólogos acharam a seguinte inscrição num túmulo: “Uriyahu, o príncipe; esta é a inscrição dele. Que Uriyahu seja abençoado por Iahweh, pois de seus inimigos ele [ou seja, Iahweh] o salvou por sua Asherah”. De novo, a mesma fórmula, ou uma muito parecida.

Antes de irmos ao prato principal, gostaria de chamar a atenção do nobre leitor para um detalhe interessante das primeiras inscrições: o uso da fórmula “Iahweh de Samaria/Iahweh de Temã”. O segundo nome, como você talvez recorde, refere-se a uma das supostas regiões de origem do Senhor a sudeste de Canaã, talvez em algum lugar da moderna Jordânia. Há quem veja nessas expressões um indício de polijavismo, ou seja, do culto de variantes ligeiramente diferentes de Iahweh, talvez manifestações distintas do mesmo Deus, dependendo do local de culto. Algo do tipo acontecia no politeísmo grego. Uma analogia com o catolicismo talvez não seja totalmente descabida também: Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Guadalupe não deixam de ser, para os fiéis, a mesma Virgem Maria, mãe de Jesus, mas uma se manifesta para seus devotos como negra, enquanto a outra tem feições indígenas.

Há uma briga acadêmica aparentemente interminável em torno do significado da expressão “sua Asherah”. Por um lado, de fato, a deusa cananeia é mencionada na Bíblia como uma das divindades estrangeiras com as quais o povo de Israel andava “traindo” o Senhor, mas o mais interessante é que Asherah — ou às vezes asherim, “as asherahs”, no plural — normalmente é citada junto com Baal. Em nenhum momento se fala numa parceria entre ela e Iahweh, embora a ideia, em certa medida, seja natural, se considerarmos que o Senhor tomou o lugar tradicional de El, o antigo esposo da deusa, no panteão israelita. O Antigo Testamento diz ainda que uma imagem de Asherah teria sido colocada, em dado momento, no interior do próprio Templo de Jerusalém. Outros achados arqueológicos, como uma grande quantidade de estatuetas femininas nas quais o contorno dos seios e do quadril são exagerados ou ressaltados, seriam indicações de que teria havido uma espécie de culto doméstico à fertilidade feminina nos reinos israelitas, no qual Asherah desempenharia o papel principal.

Há alguns problemas consideráveis nessa interpretação dos dados, contudo. Além de ser um nome próprio da deusa, o termo asherah também era um substantivo comum que designava um objeto “cúltico” (ou seja, usado em cerimônias religiosas), uma espécie de poste de madeira ou árvore estilizada que,

originalmente, funcionava como símbolo da presença divina. A questão aqui, no fundo, é gramatical, por incrível que pareça. Ocorre que, em hebraico — ao menos no hebraico bíblico que os estudiosos de hoje conhecem —, a expressão “sua Asherah” só faz sentido se a palavra for um substantivo comum, e não um nome de pessoa (ou entidade divina). É como se alguém escrevesse, para se referir a mim e à minha esposa, “Reinaldo e sua Tania” — o que tampouco soa muito gramatical em português. Desse ponto de vista, contra-argumentam alguns especialistas, o significado real da frase seria “Iahweh e seu poste de madeira”, “Iahweh e seu objeto cúbico”.

Bizarro, não? Talvez fique um pouco menos esquisito se a gente levar em consideração a tendência da época, presente inclusive em religiões pagãs, de divinizar — tratar como deuses separados — as características, atributos ou partes de um deus. É a ideia de hipóstases, ou manifestações separadas, de uma entidade divina, que às vezes ganham vida própria. Certas divindades cananeias eram chamadas de “Rosto de Baal” ou “Nome de Baal”, por exemplo. No próprio Antigo Testamento, a “Glória do Senhor” ou o “Nome do Senhor” parecem ser tratados de forma semi-independente de vez em quando. Nesse caso, a asherah — com letra minúscula — de Iahweh poderia ser tratada como uma das atribuições do Deus de Israel (sua capacidade de abençoar a fertilidade humana, talvez?), que seria representada pelo poste de madeira com esse nome. Mesmo que essa interpretação seja a correta, estamos falando de um cenário muito diferente do que os autores do Antigo Testamento consideravam permissível, com um objeto de culto com forte cheiro de paganismo diretamente ligado à adoração de Deus — ao menos para alguns israelitas do século 8º a.C.

CATÁSTROFE E REFORMA

¶ Os profetas que vociferavam contra a injustiça social e a idolatria do reinado de Jeroboão 2º acabariam vendo suas previsões de julgamento divino se concretizarem duas décadas depois da morte do monarca. Os executores da sentença divina, segundo a perspectiva deles, foram os assírios.

Ao que parece, a partir de 740 a.C., a Assíria entrara numa nova fase de fúria expansionista, e o império mesopotâmico perdera a paciência com seus aliados e vassalos da costa do Mediterrâneo. Em vez de se contentar com uma hegemonia relativamente branda e a cobrança de impostos, os reis assírios do fim do século 8º a.C. decidiram controlar bem mais de perto a economia e a política da Síria e da Palestina, exigindo tributos mais altos e depondo sumariamente qualquer

soberano local que ousasse desafiá-los. Desesperados diante da possibilidade de atender às exigências cada vez mais descabidas do poder imperial, os reis de Israel começaram a articular uma aliança de resistência com outros Estados da região, como o reino arameu de Damasco e as cidades dos filisteus. Mas esses reis não tinham a habilidade de Acab, e a Assíria se tornou um império muito mais militarizado, eficiente e impiedoso do que fora no passado. Primeiro, a rebelião foi sufocada, e os assírios ocuparam quase todo o território do reino do Norte, deixando nominalmente independente apenas a região de Samaria. Quando o derradeiro rei do Norte, Oseias (não confundir com o profeta de mesmo nome), tentou pedir socorro ao Egito, a Assíria resolveu dar um basta definitivo na insolência de Samaria. O fim do reino do Norte veio em 722 a.C. e está registrado em detalhes nas crônicas do rei assírio Sargão 2º (não sabemos com certeza se foi Sargão que liquidou a fatura ou se foi seu antecessor, Salmanasar 5º, o responsável por tomar a capital do Norte):

Os habitantes de Samaria, que compactuaram e fizeram planos com um rei hostil a mim para não suportar a servidão nem trazer tributos para Assur [nome do principal deus assírio] e enfrentaram-me em batalha, contra esses lutei com o poder dos grandes deuses, meus senhores. Conteí como espólio 27.280 pessoas, junto com seus carros de guerra e deuses. Formei uma unidade com 200 de seus carros de guerra para o meu real exército. Transporteí o resto deles para o meio da Assíria. Repovoeí Samaria com mais gente do que havia antes. Levei para lá povos de países conquistados por minhas mãos. E conteí-os como assírios.

Temos de somar a esse número de 27 mil israelitas deportados as vítimas de uma deportação anterior, as quais, ainda segundo os textos assírios, chegam a mais de 13 mil. Os relatos bíblicos dão a entender que, na verdade, toda a população do reino do Norte foi transplantada para a Mesopotâmia, enquanto imigrantes pagãos do Oriente passaram a ocupar a região de Samaria, transformando-se, com o passar dos séculos, nos samaritanos, que viviam brigando com os judeus da época de Jesus.

Os números, porém, não batem — calcula-se que a soma das deportações assírias corresponda, no máximo, a 20% da população original do reino de Israel. Os assírios só teriam se dado ao trabalho de deportar quem valia a pena — a elite (para evitar novas rebeliões), soldados (como vimos, eles foram incorporados ao exército de Sargão), artesãos qualificados. Os camponeses, por exemplo, ficaram em Israel, o que significa que a maior parte dos samaritanos da época de Cristo provavelmente descendia dos israelitas originais. Mas tudo indica que muita gente também fugiu rumo ao Sul, para o reino de Judá.

Isso porque, justamente no final do século 8º, Jerusalém, a capital judaíta (OK, eu sei que a palavra é horrível, mas esse é o adjetivo correto), tem um

crescimento urbano absolutamente explosivo — calcula-se que a área ocupada por construções cresça cerca de dez vezes, e que a população da cidade aumente 15 vezes no espaço de poucas décadas. Como o povo de Judá não teria como procriar nesse ritmo acelerado em tão pouco tempo, a explicação mais provável é que refugiados do reino de Israel tenham conseguido se mudar para o Sul — até porque, na mesma época, tanto a zona rural judaíta quanto outras cidades do reino, como Laquis, a segunda mais importante depois de Jerusalém, também registram um crescimento populacional dos mais expressivos. Trata-se de um processo que não é um simples inchaço na quantidade de gente: a época de que estamos falando é a primeira na qual o território dominado por Jerusalém apresenta características claras de um Estado próspero e centralizado, com economia complexa, construções monumentais, inscrições e todo aquele pacote estatal que já vimos no caso do reino do Israel.

A sobrevivência e a prosperidade de Judá no exato momento em que Israel foi devastada não são casuais. O que acontece é que, enquanto os soberanos do Norte tentavam resistir aos assírios e, ao que parece, até tentaram incluir Judá à força na sua coalizão rebelde, os reis judaítas resolveram jurar fidelidade ao império — e foram recompensados por isso. Como bons vassalos, os moradores de Judá foram integrados à densa rede de comércio internacional explorada pela Assíria, conectando a economia palestina aos ricos mercados da Mesopotâmia.

Em tempos de guerra e transformação social, porém, não são só as pessoas que migram — as ideias também viajam junto com elas. A Bíblia que temos hoje é basicamente um produto “made in Judá”, mas ela está repleta de temas e ideias que estão profundamente ligados ao reino do Norte — ou, para ser mais exato, ao grupo radical e minoritário do reino do Norte que defendia a adoração “monogâmica” de Iahweh. É claro que os habitantes originais da região montanhosa dos dois lados da fronteira compartilhavam inúmeros traços culturais e religiosos desde antes do surgimento da monarquia, inclusive o culto ao Senhor, mas todas as pistas disponíveis hoje apontam para uma origem do javismo no Norte, com sua sobrevivência e transformação subsequentes no Sul.

Os primeiros sinais dessa transformação provavelmente podem ser atribuídos ao reinado de Ezequias (de 715 a.C. a 686 a.C.). É com esse rei que a crença de que o Templo de Jerusalém era o único local aceitável para o culto ao Senhor parece ganhar força, e há indícios de que ele teria destruído, ou ao menos aposentado, templos javistas fora da capital de Judá. O governo de Ezequias também foi o palco de uma rica atividade profética, tendo como principal expoente o célebre Isaías, cujos oráculos, sete séculos mais tarde, seriam interpretados pelos primeiros cristãos como previsões do nascimento de Jesus.

O projeto de Ezequias parece ter sido tanto religioso quanto político (a

fronteira entre as duas coisas, como vimos, estava longe de ser rígida no mundo antigo). O rei de Judá aguardou o momento oportuno — uma fase de relativa fraqueza assíria — para se rebelar, junto com outras monarcas da região. Péssima ideia: o exército assírio arrasou a zona rural judaíta e várias cidades importantes do reino. Jerusalém, porém, escapou da destruição após o pagamento de pesados tributos — um resultado que, na época, pareceu tão milagroso que a Bíblia o relata como consequência da intervenção direta do Senhor, exterminando com seu anjo a maior parte das forças imperiais. O episódio acabaria servindo para cimentar a reputação de Jerusalém como Cidade Santa, protegida pelo poder de Iahweh.

Nas gerações seguintes, os herdeiros de Ezequias fariam de tudo para não seguir os passos do rei, mantendo relações cordiais com seus senhores assírios e, ao que parece, retomando o politeísmo à moda antiga no Templo de Jerusalém. O ímpeto reformista, no entanto, voltaria com tudo com a chegada ao trono de Josias, bisneto de Ezequias, que reinou de 640 a.C. a 609 a.C.

Josias começou sua carreira como um rei-menino de apenas 8 anos de idade, sendo coroado após o assassinato de seu pai. É provável que, em seus primeiros anos de reinado, ele tenha sido influenciado pela facção reformista que defendia o culto exclusivo a Iahweh. Seja como for, após governar Judá por 18 anos, Josias recebeu de um de seus escribas uma notícia intrigante: um antigo rolo de papiro com os ensinamentos da Torá, a lei divina, dados por Deus a Moisés, tinha sido descoberto nos recintos do Templo de Jerusalém.

A descoberta levaria Josias a implementar um vasto programa de reformas religiosas, abolindo toda forma de idolatria e de culto a qualquer deus que não fosse Iahweh, proibindo sacrifícios de bebês (uma prática cananeia que, ao que tudo indica, também foi adotada por séculos por alguns israelitas) e centralizando definitivamente o culto ao Senhor no templo da capital. Com esse propósito, ele chegou até a invadir o território do antigo reino do Norte, então sob controle assírio, para destruir antigos altares da região, considerados centros de paganismo.

A verdade é que é impossível saber com certeza qual era o conteúdo do livro da Torá descoberto pelos funcionários de Josias. Mas as reformas adotadas pelo rei têm inúmeras semelhanças com os principais pontos do livro bíblico do *Deuteronômio*, o qual afirma ser uma coletânea dos últimos discursos pronunciados por Moisés antes da morte do profeta. Por isso, a maioria dos estudiosos atuais propõe que o rolo de pergaminho achado no templo era uma espécie de “primeira edição” ou versão 1.0 do *Deuteronômio*.

Isso significa que, de alguma forma, um texto escrito pelo próprio Moisés ficou perdido por séculos, até ser redescoberto pela corte de Josias? Muito

provavelmente não, porque o texto do *Deuteronômio* parece ser um documento profundamente influenciado pelos javistas radicais que andavam circulando por Judá a partir do século 8º a.C. Pode ser que se trate de um documento da época de Ezequias, o bisavô do soberano. O indício mais curioso da origem relativamente recente do texto é a existência de vários paralelos entre o *Deuteronômio* e os tratados de vassalagem assírios — ou seja, os documentos oficiais do império que serviam para que um rei dominado pela Assíria jurasse fidelidade a figuras como o poderoso Sargão e seus sucessores. A estrutura literária, como a lista de maldições para quem rompesse o juramento de vassalagem, é quase idêntica, sugerindo que o autor, seja lá quem tenha sido, usou os tratados assírios como modelo.

Mas o que é realmente interessante não é essa semelhança, mas sim o que o autor fez com o modelo literário que herdou. Isso porque o *Deuteronômio* inverte totalmente a lógica imperial. Em vez de um rei-fantoches jurando fidelidade a um rei todo-poderoso, o que temos é um povo, como um todo, jurando fidelidade a Deus — algo que não tem precedentes claros no mundo antigo. As leis codificadas pelo *Deuteronômio* também representam uma reforma social e econômica de consequências amplas, garantindo os direitos das viúvas, dos estrangeiros e dos órfãos (duas categorias especialmente vulneráveis no Oriente Próximo antigo), impedindo a formação de latifúndios e incentivando a alforria dos escravos de origem israelita após seis anos de serviço. Talvez o mais surpreendente, porém, seja o fato de que o texto explicita que o rei também está sujeito a essas leis, como qualquer outro israelita, e estabelece limites (vagos, é verdade) para a quantidade de esposas e riquezas que o monarca deve ter.

De novo, aqui, a visão da natureza de Deus não é facilmente distinguível do projeto político e social. Josias colocou suas reformas em prática num momento em que parecia possível dar um novo rumo ao reino de Judá, porque o poderio assírio estava entrando em declínio e, desta vez, para valer — o império acabaria sendo destruído pelos babilônios em 605 a.C. Se Iahweh era o único Deus de Israel, talvez estivesse na hora de reconquistar os territórios do antigo reino do Norte e recriar o reino glorioso e fiel ao Senhor que, segundo a tradição de Judá, tinha sido governado por David.

É impossível saber o que aconteceria se Josias tivesse conseguido levar avante seu projeto até o fim. Em 609 a.C., o monarca que mais contribuiu para criar a ideia de um Deus único foi morto num confronto com os exércitos do Egito, aliados dos assírios, em Meguido, no antigo território do reino de Israel. E agora a crença de que Iahweh protegeria Jerusalém para sempre estava para ser duramente testada.

CAPÍTULO V

O LIVRO SAGRADO

§

QUEM
escreveu
A
Bíblia

*Consolai, consolai meu povo,
diz vosso Deus,
falai ao coração de Jerusalém e dizei-lhe em alta voz
que seu serviço está cumprido,
que sua iniquidade foi expiada,
que ela recebeu da mão de Iahweh paga dobrada
por todos os seus pecados.
Uma voz clama: ‘No deserto, abri
um caminho para Iahweh;
na estepe, aplainai
uma vereda para o nosso Deus’.*

¶ Deus nasceu das cinzas da catástrofe — ou, pelo menos, a imagem de Deus que, em linhas gerais, é a que ainda prevalece na tradição monoteísta do Ocidente. Os profetas israelitas e os reis Ezequias e Josias de Judá deram passos cruciais para que o antigo deus tribal Iahweh assumisse feições cada vez mais parecidas com o Senhor da tradição bíblica, mas o evento que definiria a personalidade, as funções e a abrangência cósmica do Deus único pelos milênios seguintes foi a destruição de Jerusalém e das demais cidades de Judá. Paradoxalmente, um povo sem Estado e sem autonomia política passaria a conceber sua divindade como o imperador incontestado do Universo.

O fim do reino do Sul não era inevitável, mas foi um desastre compreensível quando se considera a dinâmica violenta da política internacional do Oriente Próximo nos anos que se seguiram à morte de Josias. Com o fim do poderio assírio, outra potência da Mesopotâmia ambicionava controlar o Oriente Próximo. Estamos falando da Babilônia, comandada pelo rei Nabucodonosor, que ajudou a empurrar o Império Assírio para o buraco. Os babilônios, naturalmente, queriam tomar para si o controle das províncias e dos reinos vassalos da Assíria na costa do Mediterrâneo, um pacote que incluía Judá. Ao mesmo tempo, porém, os faraós do Egito, que haviam apoiado os assírios até o último instante, tinham voltado a enxergar Canaã como seu quintal natural. Resultado: os herdeiros de Josias se viram presos entre duas superpotências — e mostraram uma completa incapacidade de perceber qual seria o lado vencedor. Apesar da constante pressão babilônica, alguns deles tentaram buscar o apoio egípcio para, a exemplo de seu ancestral Ezequias, montar uma coalizão regional antimesopotâmica.

Não funcionou. Primeiro, em 597 a.C., Nabucodonosor se contentou em depor o jovem rei Joaquin, deportar para a Babilônia cerca de 10 mil membros da elite judaíta e colocar no trono de Jerusalém um monarca-fantoches, Sedecias, tio do rei destronado. Mesmo assim, Sedecias se rebelou e, após um ano e meio de cerco, as forças da Babilônia tomaram a cidade e a destruíram completamente, incluindo o Templo de Iahweh, em 587 a.C. Seguiu-se uma nova deportação. A Cidade Santa tinha sido esvaziada de seus habitantes, embora a maior parte da população pobre de Judá provavelmente tenha ficado em sua terra, a exemplo do que ocorrera com o reino de Israel um século e meio antes.

É muito difícil saber com precisão como os diferentes grupos da elite de Judá que sobreviveram à destruição de Jerusalém e foram levados como prisioneiros para a Mesopotâmia reagiram à catástrofe. As pistas presentes nos textos bíblicos misturam o conteúdo religioso e as posições diplomáticas e políticas. Parece que o movimento “deuteronomista” (guarde essa expressão, porque ela é

importante), ou seja, o grupo ligado às reformas de Josias, defendia a submissão aos babilônios antes da destruição do reino, como forma de evitar o pior da ira de Nabucodonosor. De fato, essa é a posição básica do livro do profeta Jeremias, um membro da classe sacerdotal cujas mensagens são uma espécie de trilha sonora das últimas décadas de existência de Judá. Por outro lado, é possível que os membros da elite favoráveis a uma rebelião contra a Babilônia fossem também os que mantinham uma posição mais próxima da religião israelita tradicional, “não reformada” — ou seja, gente que não via nenhum problema em combinar a adoração a Iahweh com o culto a Baal ou a outras divindades, como deuses astrais (o Sol, a Lua e as estrelas) e a “Rainha do Céu”, talvez uma adaptação palestina da deusa Ishtar, de origem mesopotâmica. Jeremias, aliás, ataca com virulência o culto à Rainha do Céu em suas profecias.

Ora, se esse quadro básico estiver correto, pense no que acontece quando Jerusalém cai. A reação natural do “partido reformista” (ou de uma coleção de grupos reformistas, cada um com perspectivas ligeiramente diferentes) seria atribuir a derrota às tendências pagãs de seus opositores: Iahweh tinha se enfurecido com Judá e estava punindo, com toda a justiça, a traição do povo que jurara fidelidade a ele.

É possível que muitos dos exilados judaítas não tenham caído nessa conversa, até porque o próprio Josias, expoente do grupo deuteronomista, fora derrotado e morto pelos egípcios, apesar de seu comprometimento com a reforma javista. (Os textos bíblicos explicaram essa aparente contradição afirmando que o zelo religioso de Josias chegara tarde demais, uma vez que os pecados dos monarcas que o antecederam tinham sido tão graves que precisavam ser pagos de qualquer jeito; o máximo que o rei fiel conseguiu teria sido adiar a sentença divina, e não cancelá-la.) Mas quase não ouvimos as vozes desses céuticos na Bíblia, e isso por um motivo simples: eles eram justamente os judaítas que teriam a maior probabilidade de abandonar sua identidade israelita e se misturarem totalmente à população babilônica. Por outro lado, os membros da elite que continuavam apegados à tradição de Josias e dos profetas tinham toda a motivação para tentar corrigir o que, do ponto de vista deles, havia dado errado na aliança entre o povo de Israel e Judá, de um lado, e Iahweh, do outro. Um ponto parecia estar claro: era preciso ser, no mínimo, monolátrico — chega de cultuar qualquer outra divindade que não o Senhor, e quem sabe as coisas comecem a entrar nos eixos daqui para a frente, raciocinavam eles.

Aqui, talvez seja útil pensar em termos evolutivos, usando o termo de maneira ampla, como vimos no capítulo 2 deste livro. Afinal de contas, as religiões, quando enxergadas apenas em seus aspectos humanos e “terrenos”, também funcionam como ferramentas poderosíssimas de coesão social e construção de

identidade. Em outras palavras, um grupo de seres humanos que está em busca de um mecanismo para preservar sua coesão e identidade interna em situações não muito amigáveis — a deportação e o exílio nos cafundós da Mesopotâmia, por exemplo — tem todos os incentivos possíveis para usar a religião como uma espécie de campo de força conceitual, capaz de proteger os membros desse grupo dos efeitos mais devastadores da perda de poder político, da liberdade e da própria terra. Ou seja, a crença em Iahweh pode ter sido um dos únicos meios à disposição dos membros da elite judaíta para evitar que eles deixassem de existir como nação.

E, por falar em nação, temos bons motivos para acreditar que o modelo tradicional da crença em Iahweh, que fazia dele “apenas” o deus nacional de Israel e Judá — do mesmo modo como Moab, Edom e Amon tinham seus próprios deuses nacionais —, provavelmente não funcionava mais na era sanguinolenta inaugurada pelas destruições e deportações em Samaria e Jerusalém. Do ponto de vista dos pequenos Estados da Palestina, a era das nações tinha acabado — agora, eles estavam tentando sobreviver na era dos impérios. Vale dizer: a era dos Estados multinacionais, multiétnicos, com exércitos capazes de virar todo o Crescente Fértil de pernas para o ar de uma hora para outra. Se você ainda acreditava no poder e justiça das ações de Iahweh, isso significava que o Senhor, em vez de se preocupar apenas com Israel e Judá, na verdade tinha mais atribuições internacionais do que o secretário-geral da ONU. Afinal, quem trouxera os assírios e os babilônios dos confins do Oriente para punir a iniquidade dos israelitas, se não a mão poderosa e o braço estendido de Iahweh? Quem poderia derrubar esses mesmos impérios, se assim o desejasse, e restaurar seu povo, se não o Senhor?

Voltando à metáfora evolutiva, pense em termos de seleção natural, o que talvez seja útil para entender o que estou dizendo. A religião israelita tinha de se adaptar à pressão predatória imperial, ou então desapareceria. A mutação monoteísta talvez tenha sido a responsável por fazer com que uma nova espécie religiosa — o judaísmo — respondesse com sucesso a esse desafio. A destruição dos reinos israelitas, segundo essa perspectiva, não era uma prova da impotência de Iahweh e da superioridade dos deuses da Mesopotâmia, mas uma evidência claríssima de seu poder ilimitado — e os tais outros deuses, aliás, nem existiriam. Assírios e babilônios não estavam no controle, mas eram instrumentos do Senhor, ainda que não soubessem disso. Israel, a “esposa adúltera” de Iahweh, fora punida, mas os dois ainda podiam se reconciliar — e iriam ficar juntos de novo, num futuro glorioso, tal como os profetas mais antigos tinham sonhado.

¶ Em resumo, essa é a mensagem do misterioso poeta conhecido pelos estudiosos modernos como Deutero-Isaías, ou Segundo Isaías, cujos oráculos começam no capítulo 40 do livro bíblico de *Isaías* (é lógico) e servem como epígrafe e emblema deste capítulo. A tradição judaica e cristã costumava atribuir todos os textos proféticos desse livro ao chamado Isaías de Jerusalém, o contemporâneo do rei Ezequias que viveu no século 8º a.C., mas o consenso entre os estudiosos modernos é que, a partir do capítulo 40, a reviravolta literária e cultural do livro é tão grande que não dá para imaginar que o resto da obra provém da mesma pena (ou da mesma boca) que compôs os capítulos anteriores. (Na verdade, muitos propõem a existência de um terceiro “Isaías” depois do segundo, mas vamos deixar essa complicação extra de lado, ao menos para nossos propósitos.) A atribuição de uma identidade separada ao Deutero-Isaías deriva, entre outros fatores, da mudança abrupta de cenário — basta começar o capítulo 40 para não haver mais menção alguma ao nome de Isaías, que aparecia com alguma frequência nas partes anteriores do livro — e às consideráveis modificações de estilo, vocabulário e ideias. Além disso, enquanto o profeta de Jerusalém transmite sua mensagem num momento em que o reino de Judá está em seu auge, o Segundo Isaías fala o tempo todo da perspectiva de quem está exilado — mas num exílio borbulhante de possibilidades, no qual a libertação parece prestes a acontecer.

Por tudo isso, é muito mais lógico supor que o profeta se dirige aos exilados de origem judaíta em algum momento entre 550 a.C. e 540 a.C., quando os deportados do reino do Sul, e seus filhos e netos, já vivem há décadas em território mesopotâmico. Nessa altura do campeonato, a Babilônia não é mais aquela. Uma sucessão de reis fracos ou politicamente inábeis acabara enfraquecendo a hegemonia babilônica no Crescente Fértil, e uma nova potência em ascensão, a Pérsia (centrada no atual Irã), liderada pelo rei Ciro, o Grande, tinha começado a devorar pelas beiradas a zona dominada pelos mesopotâmicos. O interessante é que Ciro é uma figura importantíssima nas profecias do Segundo Isaías. O trechinho abaixo diz tudo (sua atenção, por favor, para a palavra em **negrito**):

*Assim diz Iahweh ao seu **ungido**, a Ciro, que tomei pela destra,
A fim de subjugar a ele nações
E desarmar reis,
A fim de abrir portas diante dele.*

“Ungido”, caso você tenha esquecido, é *mashiach*, “Messias”, em hebraico. No novo javismo internacionalizado, é como se Ciro tomasse o lugar dos antigos reis da dinastia de David. É difícil segurar a vontade de especular aqui: será que o profeta decidiu louvar o rei persa como uma estratégia para estimular os exilados de Judá a solaparem o poder babilônico, que já estava bambeando? Ou será que a ideia de profetizar em honra do soberano veio quando Ciro finalmente conquistou a Babilônia praticamente sem luta, no final de outubro de 539 a.C. (agradeça ao conhecimento astronômico dos cronistas mesopotâmicos pela precisão da data)? Seja como for, o rei persa era o arquétipo do vencedor politicamente habilidoso, que faz de tudo para trazer para o seu lado as elites das regiões conquistadas, em especial por mostrar o maior respeito possível pela religião de seus novos súditos. Logo depois de passar pelos portões da Babilônia, Ciro fez questão de prestar homenagem a Marduk, o chefe do panteão local; talvez interessado em garantir que as fronteiras ocidentais de seu império fossem ocupadas por um grupo com lealdade acima de qualquer suspeita, o rei persa também autorizou o retorno de ao menos parte dos exilados de Judá para Jerusalém, bem como a reconstrução do templo — um processo que acabaria demorando várias décadas para se completar.

Para o Segundo Isaías, essa reviravolta quase milagrosa era a prova de que o Senhor era o único e verdadeiro Deus. Ele satiriza o pânico dos pagãos babilônicos, que tiveram de carregar as imagens de seus deuses no colo e no lombo de animais para tentar protegê-las da invasão persa (isso foi antes de eles perceberem que Ciro não era do tipo que queimava templos, claro). Será que imagens de pedra, madeira e metal que precisam ser protegidas alucinadamente por seus seguidores têm algum poder? É lógico que não, proclama o profeta, em versos nos quais o Senhor desafia os deuses da Babilônia a atuar com poder e sabedoria, ou a prever o futuro, como ele é capaz de fazer:

*Trazei vossa querela, diz Iahweh,
Apresentai vossas razões, diz o rei de Jacó.
Tragam-nos e mostrem-nos
O que há de acontecer
Mostrai-nos as coisas passadas,
Para que meditemos sobre elas
E conheçamos o seu fim.
Ou então anunciai-nos o que está por vir,
Mostrai-nos o que há de vir em seguida,
E saberemos que sois deuses.
Ao menos, fazei algo de bom ou de mau,
De modo que sintamos pavor e respeito!
Mas vós sois menos do que nada e a vossa obra é menos do que zero;
Escolher-vos é apenas uma abominação!*

(...)

Antes de mim nenhum Deus foi formado

E depois de mim não haverá nenhum.

(...)

Fui eu que revelei, que salvei e falei,

Nenhum outro Deus houve jamais entre vós.

Se isso não é monoteísmo, é difícil dizer o que é. O Deutero-Isaías intensifica ainda um ponto que aparece de forma incipiente nos profetas anteriores ao exílio na Babilônia: a ideia de que, de alguma forma milagrosa, o futuro glorioso de Israel (aqui compreendido de forma ampla, como a nação a que pertencem tanto israelitas quanto judaítas) incluirá o reconhecimento por parte dos pagãos de que Iahweh é o único Deus. As nações e suas riquezas fluirão para Jerusalém e seu templo gloriosamente reconstruído, toda forma de guerra será abolida e até a natureza passará por uma metamorfose radical, na qual a violência deixará de existir.

As décadas do exílio babilônio muito provavelmente foram cruciais não apenas para a transição definitiva da religião israelita rumo ao monoteísmo como também para a formação de boa parte da Bíblia hebraica, fenômeno que, óbvio, reforçou essa transição ao criar uma imagem mais consolidada de Iahweh. Os exilados devem ter carregado consigo uma variedade considerável de documentos sobre o passado israelita, incluindo lendas sobre a origem dos reinos e de suas dinastias, histórias sobre os patriarcas, oráculos de profetas e o célebre “livro da Torá” (talvez uma versão preliminar do Deuteronômio) que se transformou no programa de governo de Josias. Se a ideia era dar início a um projeto de reconstrução nacional com base na fé em Iahweh, o desafio era tentar conferir algum tipo de perspectiva unificada a essa diversidade de memórias históricas, lendárias e mitológicas.

O Tanakh conseguiu a façanha de produzir essa perspectiva, ou ao menos uma ilusão dela, de um jeito que parece estranho para a nossa sensibilidade literária e lógica de hoje, mas que faz muito sentido no contexto do mundo antigo. A ideia central é: tradição não se joga fora — ao menos não totalmente. Em vez de serem editadas para conseguir uma consistência interna completa (a exemplo deste livro, eu espero), as tradições aparentemente conflitantes muitas vezes são justapostas, lado a lado, porque várias delas são “canônicas”, ou seja, possuem autoridade moral e religiosa mais ou menos equivalente para quem está editando o texto final. Desse jeito, em vez de formar um quadro único, pintado de uma vez por um só artista, elas se parecem mais com um mosaico ou um caleidoscópio, que também pode ser lido em conjunto, desde que você adote uma perspectiva comum para enxergar aquilo tudo.

Esta talvez seja uma boa hora para contar, em linhas gerais, como a estrutura do Antigo Testamento começou a se delinear para valer no exílio babilônico e no período que o seguiu, e o que isso nos diz sobre a biografia de Deus. Apesar de ter recebido muitos ataques, a chamada hipótese documentária ainda é a maneira mais aceita de explicar a composição do Pentateuco ou Torá, o conjunto dos cinco primeiros livros do Tanakh (*Gênesis*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuteronômio*). Em resumo, estamos falando de uma sopa de letrinhas: J, E, P e D, que correspondem a diferentes fontes literárias (provavelmente escritas, mas talvez incluindo também elementos significativos de tradição oral), as quais teriam sido fundidas e editadas para dar origem ao Pentateuco que conhecemos.

A fonte literária designada pela letra J corresponde a textos que usam preferencialmente a palavra hebraica “Yahweh” para se referir a Deus — ocorre que a forma clássica dessa hipótese é obra do erudito alemão Julius Wellhausen (1844–1918), e em alemão o J tem som de Y, como talvez você saiba, o que explica a letrinha adotada. Os textos da fonte J parecem destacar com frequência a geografia e as tradições lendárias e históricas ligadas ao território do reino de Judá. Seu estilo é vívido, concreto e direto, muito pouco teológico: é na fonte J que vemos referência a Deus caminhando pelo paraíso como qualquer pessoa caminha, ou moldando o barro com as próprias mãos (sim, para J, Deus aparentemente tem mãos). Durante muito tempo, os especialistas acreditaram que essa fonte teria sido composta por algum literato da corte de Salomão na época da monarquia israelita unificada, ou seja, um pouco antes de 900 a.C. Como cada vez menos arqueólogos e historiadores acreditam que houvesse mesmo um reino salomônico grandioso cheio de escribas e eruditos, J ficou meio desancorado no tempo. De qualquer jeito, sua perspectiva parece ser anterior ao exílio. Uma ambientação na corte do rei Ezequias de Judá talvez não seja um mau chute a respeito das origens de J.

Se J tem todos os sinais de um documento que retrata a perspectiva judaíta de Deus e da história israelita, a fonte E é considerada uma espécie de porta-voz dos javistas do reino do Norte, escrevendo lá pelo século 8º a.C., em parte por motivos paralelos aos que citamos no caso de J: lugares e personagens do reino de Israel ganham destaque nesses textos. A letra E vem de “Elohim”, uma palavra hebraica curiosa: embora gramaticalmente se trate de um plural — com o significado de “deuses”, portanto —, os verbos que a acompanham normalmente têm a forma masculina singular. “Elohim”, dessa forma, é um termo genérico para designar Deus. A fonte E parece ter uma visão um pouco mais elevada da figura divina do que J — em geral, nos textos desse documento, Deus prefere interagir com a humanidade por meio de profetas ou mensagens enviadas em sonho, e não simplesmente puxando conversa com alguém.

A preferência pelo termo “Elohim” como forma de designar Deus é um dos pontos em comum entre E e a fonte P, batizada com essa letrinha porque em alemão *Priester* é o equivalente do nosso termo “sacerdote”. A principal pista de que esses textos são obra de um ou vários membros da casta sacerdotal israelita é a paixão que eles demonstram pelos detalhes dos rituais religiosos: quando e como sacrificar um animal para Iahweh, quais situações (como o parto, a menstruação ou o contato com os mortos) fazem com que os israelitas comuns não possam entrar nos recintos consagrados a Deus, e por aí vai. São preocupações, no fundo, muito próximas da religião do cotidiano, mas ao mesmo tempo os textos de P também são capazes de passar uma imagem bastante abstrata e quase impessoal do Senhor. A primeira narrativa da criação do mundo, por exemplo, na qual Deus faz tudo aparecer simplesmente com sua palavra, no capítulo 1 do *Gênesis*, normalmente é atribuída a P. Muita gente ainda acha que, ao menos em sua forma final, P é obra de sacerdotes exilados na Babilônia, datando de meados do século 6º a.C. Há, no entanto, quem proponha uma data cerca de um século mais antiga para essa fonte.

Já nos encontramos com a fonte D antes, embora não tenhamos usado a letrinha para designá-la. Trata-se da fonte que, segundo a maioria dos especialistas, está por trás do grosso do livro do *Deuteronômio*. Vale aqui, de novo, o que dissemos no capítulo anterior: trata-se de um texto que une de forma extremamente hábil a ideia de uma aliança entre os israelitas e seu Deus único às implicações políticas e sociais desse conceito — no fundo, uma espécie de Constituição religiosa do antigo Israel. A perspectiva de D, como a de J/E, também parece um pouco anterior ao exílio e, mais especificamente, corresponderia ao reinado de Josias em Judá.

Tudo indica, porém, que a perspectiva de D não se limita a influenciar apenas o *Deuteronômio*. A coleção de livros “históricos” que vem logo depois do Pentateuco — ou seja, os livros de *Josué*, *Juizes*, *Samuel* (partes 1 e 2 na Bíblia cristã) e *Reis* (também com partes 1 e 2) —, também é conhecida como História Deuteronomista. Isso não significa que o autor do *Deuteronômio* tenha escrito essas obras do zero; é muito provável que tenha usado uma série de materiais escritos (e orais) mais antigos para compô-las. Mas, trabalhando como editor, o “historiador deuteronomista” foi responsável por dar o tom desses livros e, principalmente, por deixar clara a moral da história. Ou seja: os israelitas deviam colocar a fidelidade a Iahweh acima de tudo. Nos momentos históricos em que Israel levava a sério esse compromisso, as coisas iam bem; quando o povo “se prostituía com outros deuses” (de novo, atenção para a linguagem de natureza marital e sexual), Deus o punia. No fim das contas, as transgressões assumiram tamanha proporção que o Senhor não teve remédio senão expulsar os israelitas

da Terra Prometida, após as horrendas punições adicionais da guerra e da conquista, afirma a História Deuteronomista.

O resultado da combinação dessa variedade de perspectivas num único texto bíblico é um conjunto inevitavelmente complexo (e lembre-se de que temos de considerar não apenas o Pentateuco e os livros históricos, mas também os livros dos diversos profetas anteriores ao exílio). O Deus do Antigo Testamento é uma entidade complicada, cheia de nuances: às vezes colérico, outras tantas misericordioso e mesmo amoroso; às vezes muito próximo dos seres humanos com quem interage, às vezes transcendente e distante. Em vez de escolher apenas um desses pontos de vista, os editores do Tanakh decidiram afirmar a autoridade religiosa de todos eles — ainda que tenham tomado o cuidado de ressaltar os princípios monoteístas, ou pelo menos monolátricos, desse conjunto.

CONSEQUÊNCIAS DO MONOTEÍSMO

¶ Vale a pena voltarmos para o primeiro capítulo da Bíblia para entender como os editores do Antigo Testamento estabeleceram esse princípio e como, na prática, mandaram o antigo politeísmo israelita para a lata de lixo da história com tal abordagem. O consenso entre os historiadores é que o capítulo 1 do *Gênesis*, aquele no qual Deus (Elohim) cria o mundo por meio de sua palavra, é um texto sacerdotal (P, portanto), escrito durante o exílio na Babilônia, que funciona como uma polêmica antipoliteísta. Polêmica, nesse caso, significa crítica, ou mesmo desafio: estamos tratando aqui de uma narrativa cuja estrutura foi pensada para desconstruir a visão de mundo dos pagãos que tinham vencido os reinos israelitas em batalha.

E, por falar em batalha, esse é justamente o ponto crucial. Recorde que os textos de Ugarit registram a crença dos antigos cananeus numa grande luta entre Baal, o jovem príncipe guerreiro do Universo, e o deus marinho Yam, a encarnação do Oceano primevo, pelo controle do Cosmos — uma luta da qual Baal sai vitorioso, obviamente. Entre os habitantes da antiga Babilônia circulava um mito semelhante, cuja forma mais famosa é o chamado *Enuma Elish* (título que significa algo como “Quando nas alturas” — são as primeiras palavras da narrativa). Nesse texto, o jovem deus guerreiro Marduk lidera as forças do bem e da ordem numa batalha contra os antigos deuses do caos primordial, liderados por Tiamat, uma “dragoa” aquática que também representa o oceano. Assim como se acreditava na antiga Canaã que Baal havia derrotado Yam e seu exército (ou deveríamos dizer marinha?) de monstros oceânicos, na Babilônia o deus

Marduk, segundo o *Enuma Elish*, usou seu sopro impetuoso para matar Tiamat. Não contente em tirar a vida da dragoa, o novo senhor dos deuses corta seu cadáver ao meio, como quem separa as duas conchas de um marisco, e usa cada uma das metades para construir a terra firme e o firmamento do céu (entendido aqui de forma literal, como uma espécie de tampa que mantém firmes as águas celestiais que às vezes caem na forma de chuva — daí o nome “firmamento”).

É difícil não ver a polêmica contra essas ideias tradicionais do antigo Oriente Próximo ao ler o primeiro capítulo da Bíblia com o devido cuidado — em especial porque, como vimos no capítulo 3, a tradição de uma grande batalha nos princípios do tempo, na qual o Deus criador enfrentou e venceu o mar e seus monstros, era conhecida dos israelitas e é citada em diversos trechos da Bíblia. *Gênesis* 1, porém (vamos nos referir ao capítulo desse modo, daqui para a frente), ressalta que tal batalha nunca aconteceu. Deus foi soberano desde sempre, e a matéria-prima da Criação se curvava docilmente à sua palavra.

Em hebraico, a coisa fica ainda mais clara. Considere os seguintes versículos bíblicos: “No princípio, Deus criou o céu e a terra. Ora, a terra estava vazia e vaga, as trevas cobriam o abismo, e um sopro de Deus agitava a superfície das águas. Deus disse: ‘Haja luz’, e houve luz”. Na língua dos israelitas, “abismo” é *tehom*. Trata-se, muito provavelmente, da mesma palavra que “Tiamat” — a diferença é que na versão babilônica do nome temos o sufixo —at, que é uma marca do feminino. (É como se a dragoa mítica do *Enuma Elish* tivesse o nome de “Abisma”, ou coisa que o valha.) Note que, logo depois da menção ao abismo, fala-se no sopro de Deus que agitava as águas primordiais, à maneira do sopro impetuoso de Marduk que derrotou Tiamat, a “Abisma”. É como se o autor/editor sacerdotal brincasse com as expectativas da sua audiência, colocando no tabuleiro as peças necessárias para a batalha primordial — e então acabasse com a tensão relatando simplesmente que, ao dizer “Haja luz”, Deus iniciou o trabalho da Criação sem disparar uma única flecha.

Da mesma forma, a divindade imponente e solitária de *Gênesis* 1 estabelece o firmamento do céu e a terra firme sem precisar fatiar um monstro marinho primeiro — de novo, simplesmente usando sua palavra. Em vez de afirmar que Elohim criou o Sol e a Lua, entidades que normalmente eram consideradas deuses no mundo antigo, o editor de P usa termos genéricos — “grande luzeiro” e “pequeno luzeiro” — para designar esses objetos celestes, como que para ressaltar que seus nomes divinos não são importantes. E, só para fecharmos nossa fatura em relação a Tiamat e outros monstros marinhos, considere o seguinte trecho de *Gênesis* 1: “Deus criou as grandes serpentes do mar e todos os seres vivos que rastejam e que fervilham nas águas”. O termo hebraico que é traduzido como “serpentes do mar” é *tanninim* (ou *tannin*, no singular), e esse

tipo de criatura também faz parte do bestiário marinho monstruoso derrotado por Baal na tradição cananeia. Aqui, mais uma vez, o primeiro livro da Bíblia está ressaltando que tais seres foram criados por Deus e estão subordinados a ele, em vez de serem seus inimigos numa suposta batalha primordial.

Essa tendência a fazer versões lado B de mitos politeístas também está presente nas narrativas do Dilúvio — e, nesse caso, representa outro elemento importantíssimo da transformação mental que ocorre quando uma cultura adota o monoteísmo. A saga do Dilúvio é interessante porque histórias semelhantes a ela estavam amplamente distribuídas pelas mitologias do Mediterrâneo antigo (e até em culturas muito distantes de lá no tempo e no espaço, como os indígenas das Américas). No entanto, os paralelos mais próximos com o relato bíblico aparecem em textos da Mesopotâmia, como os épicos de Gilgamesh e Atrahasis — nessas histórias, temos os deuses irados, a construção da arca, os animais que entram nela, as aves que trazem para os sobreviventes sinais de que a Terra está secando etc. A diferença-chave é a motivação do Dilúvio. Os deuses mesopotâmicos resolvem destruir a humanidade... porque ela está fazendo barulho demais, o que impede as divindades de dormirem sossegadas. Sério. O plano de fazer valer a Lei do Silêncio por meio do genocídio só dá errado porque um dos deuses, que não concorda com o plano, dá um jeito de avisar um dos mortais para que ele construa um grande navio e escape.

Por outro lado, a Bíblia hebraica, caso você não esteja lembrado, usa uma justificativa moral para o Dilúvio: “Chegou o fim de toda carne, eu o decidi, pois a terra está cheia de violência por causa dos homens”, diz Deus no *Gênesis*. Noé se salva apenas porque “era um homem justo, íntegro entre seus contemporâneos” — o único sujeito desse tipo, na verdade. Em outras palavras, a ligação estreita entre a crença no Deus único e as exigências éticas feitas por essa divindade parece ser uma das principais mutações que transformam o politeísmo no monoteísmo israelita.

Atenção: isso não significa que o politeísmo praticado pelos antecessores e pelos vizinhos dos israelitas fosse, de alguma forma, amoral ou antiético. Pelo contrário — assim como Iahweh é o poder sobrenatural responsável por exigir dos governantes israelitas que respeitem “a viúva, o órfão e o estrangeiro” (tríade tradicional de pessoas oprimidas citada na legislação hebraica), os textos mesopotâmicos, ou mesmo os da Grécia antiga, estão cheios de frases de efeito afirmando que Marduk ou Zeus protegem os desafortunados e punem os malfeitores. A diferença é que o monoteísmo israelita transforma esse tipo de exigência no centro da religião — a qual podemos começar a chamar de judaísmo, já que seu centro indiscutível é Jerusalém e seu templo reconstruído no antigo território de Judá. Do ponto de vista da memória histórica de quem fez

o templo renascer das cinzas, apenas as tribos de Judá e Benjamim tinham sobrado.

Há ainda outro ponto conceitual importante. Embora os politeísmos do mundo antigo, como eu disse, atribuam aos deuses o papel de guardiões do certo e do errado, o fato é que as entidades divinas muitas vezes não se comportam de modo exemplar — existem forças sobrenaturais que podem ser benfazejas ou agir de forma hostil ao homem, frequentemente por razões que parecem ser injustas. Um exemplo divertido vem da Odisseia, o poema épico de Homero (composto mais ou menos em meados do século 8º a.C. — um contemporâneo de Oseias e Amós, portanto). Em dado trecho da narrativa, o herói grego Odisseu, ou Ulisses, escapa por muito pouco de ser devorado pelo ciclope Polifemo, conseguindo cegar o único olho do gigante. Mas Polifemo é filho de Poseidon, o deus dos mares, e pede que o papai se vingue de Odisseu. Prontamente, o herói grego vira alvo de uma maldição de Poseidon — e o deus não se pergunta em nenhum momento se era justo atender ao pedido do filho canibal. Além dessas limitações de ordem ética, os deuses das religiões politeístas também têm poderes e conhecimento limitados: podem ser enganados ou derrotados, ou podem estar sujeitos a forças superiores e impessoais, como o Destino.

A forma clássica do monoteísmo israelita simplifica absurdamente esse quadro. Deus é a única força sobrenatural que realmente conta. É verdade que ele possui seu exército de anjos, figuras provavelmente derivadas do conselho de divindades de terceiro escalão que serviam a El no panteão cananeu, mas esses mensageiros celestiais estão totalmente subordinados ao Senhor e, em geral, nem nome próprio possuem. O mal que existe no mundo não tem relação nenhuma com entidades divinas: ele deriva puramente das escolhas erradas do ser humano, conforme ensina a segunda narrativa da criação no *Gênesis* — aquela famosíssima, na qual Adão e Eva comem do fruto proibido por instigação da serpente. (Leia essa narrativa com atenção quando tiver tempo, aliás: não há indicação nenhuma de que a tal serpente seja o Diabo — ela não passa de um animal falante, originalmente.) É justamente por isso que o Antigo Testamento coloca uma ênfase tão grande nas consequências das escolhas éticas humanas. Em última instância, para os autores da Bíblia hebraica, são elas que determinam a natureza do Cosmos.

Do nosso ponto de vista, entender o interesse do Deus único de Israel por esse tema não é muito difícil porque, afinal de contas, nós estamos mergulhados hoje numa cultura que incorporou os ideais judaicos (e cristãos) do certo e do errado. Em outras palavras, “não prestarás falso testemunho” e “não cometerás adultério” parecem regras relativamente lógicas, por mais que muita gente minta

e outras tantas não resistam a arrastar a asa para a mulher do próximo. Mas o Tanakh também está cheio de exigências rituais que podem nos parecer despropositadas, como a necessidade de se purificar depois de uma relação sexual, do nascimento de um bebê ou de se curar de uma doença de pele (normalmente traduzida como “lepra”, embora a lepra propriamente dita, hoje chamada de hanseníase, não existisse no Israel bíblico — trata-se de uma doença que se espalhou pelo Mediterrâneo séculos mais tarde). O que essas regrinhas aparentemente arbitrárias têm a ver com a natureza soberana do Deus único? Talvez muita coisa. A análise detalhada das leis de pureza ritual da Bíblia (em geral, presentes na fonte P) sugere que elas existem para demarcar da forma mais clara possível a diferença entre o todo-poderoso e transcendente Iahweh e a natureza humana mortal. Para ser mais exato, tudo o que remete à mortalidade ou à procriação não pode entrar em contato com a esfera divina, uma vez que Deus é, por definição, imortal — aliás, eterno — e não se engaja em atos reprodutivos de nenhuma natureza.

É provável que você não esteja muito surpreso com a ideia de uma divindade eterna e imortal, mas vale lembrar que, no antigo Oriente Próximo, os deuses podiam perfeitamente morrer de “morte matada” — Baal é um exemplo do qual já falamos diversas vezes, mas há vários outros, como o egípcio Osíris. Do mesmo modo, a procriação divina é outro lugar-comum dos mitos do mundo antigo — segundo a mitologia de vários lugares do planeta, o próprio Cosmos e seus habitantes nada mais são do que os filhotes da atividade sexual dos deuses. Nada nem remotamente parecido está presente nos textos israelitas que falam de Iahweh, e parece justo considerar que essa é mais uma das características definidoras do monoteísmo hebraico em sua forma original: um deus celibatário, por assim dizer.

À ESPERA DO APOCALIPSE

¶ Até onde sabemos, a longa fase da dominação persa foi um período de relativa calma e consolidação para a comunidade dos adoradores de Iahweh. De 535 a.C., quando foram lançadas as fundações do Segundo Templo de Jerusalém, até 330 a.C., quando o Império Persa chegou ao fim depois de mais de dois séculos de hegemonia no Oriente Médio, os herdeiros do antigo reino de Judá puderam seguir seus costumes monoteístas em paz, apesar das disputas ocasionais com os moradores de Samaria, que também seguiam a Iahweh e se consideravam os legítimos herdeiros da tradição israelita.

A situação começa a mudar quando o rei macedônio Alexandre, o Grande, conquista todos os domínios que pertenciam aos monarcas persas, incluindo a antiga terra de Israel, mas também regiões em que havia uma significativa minoria judaica, como a Babilônia e o Egito. Durante muito tempo, Alexandre e seus sucessores não parecem ter tido motivos para interferir nos hábitos religiosos peculiares de seus súditos judeus. Dois fenômenos, no entanto, acabaram intensificando o potencial de conflito entre a comunidade israelita, agora liderada pelos sumos sacerdotes de Jerusalém (a dinastia de David desaparecera como força política), e seus novos senhores de língua grega. O primeiro é o fato de que Alexandre tinha como meta não apenas implantar seu domínio político como também helenizar seu novo império, ou seja, espalhar pelo Oriente Médio a cultura grega, em todos os seus aspectos, da literatura à maneira de fazer política e organizar o espaço urbano. Esse processo, que influenciaria regiões tão distantes quanto os atuais Afeganistão e Paquistão, obviamente também alcançou as comunidades judaicas.

O exemplo mais óbvio de tal influência é o fato de que o Tanakh acabou sendo traduzido para o grego, muito provavelmente por volta do ano 200 a.C., na cidade egípcia de Alexandria, para que israelitas que não sabiam mais hebraico pudessem ter acesso às Escrituras. De repente, Iahweh também falava grego. E não apenas em tradução, porque a tradução do Antigo Testamento é apenas a ponta do iceberg: começa a surgir aí uma considerável literatura religiosa judaica escrita diretamente em grego, e as ideias teológicas de filósofos da Grécia, como Platão, passam a influenciar pensadores judeus interessados em conciliar a crença israelita num Deus único com a filosofia helênica (a qual, por suas próprias e originais vias, também andava brincando com ideias que lembravam vagamente o monoteísmo judaico).

O segundo fenômeno, por outro lado, é o que tem impacto mais decisivo no curto prazo. Alexandre não deixou filhos adultos que pudessem assumir seu trono, o que significa que, poucos anos depois da morte do conquistador, o gigantesco império macedônico acabou sendo fatiado, e cada um dos principais generais do rei morto abocanhou um pedaço dos despojos. Ocorre que a Palestina se localizava bem na fronteira entre os domínios da dinastia dos Ptolomeus, senhores do Egito, e a dos selêucidas, que tinham se apossado da Síria e da Mesopotâmia. Não se trata de uma situação confortável do ponto de vista político ou militar — é como se a velha rivalidade entre os faraós e a Babilônia, que ajudou a destruir o reino de Judá, ressuscitasse depois de séculos. O território dominado por Jerusalém não passava, no fundo, de uma estreita faixa estratégica de terra que podia ser atravessada por grandes exércitos a qualquer momento, e a região mudou de soberano algumas vezes ao longo dos

séculos 3º a.C. e 2º a.C.

A grande pergunta que deve ter passado pela cabeça da elite judaica nesse período deve ter sido: “O que diabos a gente faz para sobreviver?”. Ou então: em qual superpotência é mais seguro apostar? Em meio a tanta insegurança, seria razoável que ao menos algumas facções judaicas decidissem que o jeito era aderir com mais entusiasmo ao projeto de helenização. E parece que foi isso o que começou a acontecer, também em torno de 200 a.C. Essa, pelo menos, é a única explicação razoável para que membros da aristocracia sacerdotal de Jerusalém de repente comessem a adotar nomes nem um pouco israelitas, como Jasão e Menelau (não por acaso, dois nomes de heróis da mitologia grega). Há até relatos de judeus que passaram a se submeter a uma cirurgia estética das mais dolorosas, que repuxava a pele do pênis de modo a disfarçar a retirada do prepúcio, característica da circuncisão judaica. O motivo: esses judeus queriam se exercitar nus em ginásios públicos, conforme a tradição grega, mas desejavam disfarçar o fato de que tinham sido circuncidados. Como a retirada do prepúcio, no entanto, era considerada uma marca importantíssima, na própria carne, da aliança entre todo israelita do sexo masculino e Iahweh, é fácil imaginar como judeus mais tradicionalistas reagiriam a essa prática.

O potencial de conflito existente nessa situação acabou explodindo a partir de 167 a.C., quando a Judeia estava sob o domínio do monarca selêucida Antíoco 4º Epífanes. Por motivos que não estão exatamente claros — talvez para punir judeus rebeldes, talvez para consolidar o controle político e social sobre seu reino —, Antíoco decidiu desencadear um processo de helenização forçada, proibindo os costumes religiosos judaicos e transformando o Templo de Jerusalém num santuário dedicado ao deus grego Zeus. Os resultados foram desastrosos para o rei: uma rebelião liderada pela família dos Asmoneus ou Macabeus, membros da casta sacerdotal judaica, acabaria transformando a Judeia num reino independente, após décadas de lutas de guerrilha. No fim das contas, os Asmoneus conseguiram assumir tanto a função de sumo sacerdotes quanto o título de reis — os primeiros monarcas independentes da nação desde a destruição de Jerusalém pelos babilônios.

Se houve alguma sensação de triunfo pela vitória dos guerreiros rebeldes e pela nova independência política dos judeus em sua terra, ela provavelmente foi por água abaixo bastante rápido. As décadas de luta desesperada contra Antíoco e seus sucessores, bem como os desmandos da dinastia dos Asmoneus (que não se revelaram muito mais bonzinhos com a população judaica do que os monarcas de origem grega, no fim das contas), acabariam forjando novas concepções sobre a natureza do Senhor e de sua relação com o povo de Israel e com o Cosmos. Estamos falando do nascimento da literatura apocalíptica, cujo principal

expoente na Bíblia hebraica é o *Livro de Daniel*, escrito durante o reinado de Antíoco Epífanes, segundo a maioria dos estudiosos. Por um lado, na literatura apocalíptica, o Senhor continua tão poderoso quanto sempre foi, em última instância — mas, por outro lado, a natureza do Universo é vista de modo radicalmente diferente.

No cenário traçado por esses livros, o mundo está temporariamente dominado por potências demoníacas que se opõem a Deus e oprimem o povo de Israel, fazendo com que tiranos estrangeiros submetam os seguidores do Senhor a todo tipo de suplício — espelhando, portanto, as perseguições que aconteceram durante o reinado de Antíoco. Mas é preciso ter esperança, prega o autor de *Daniel* (e os autores de outros livros desse gênero): Deus está prestes a intervir. Por meio de intermediários, como anjos poderosos e guerreiros, o Senhor desencadeará uma última grande batalha na qual os inimigos de Israel serão derrotados, os pagãos opressores terão seu justo castigo, os que morreram guardando a verdadeira fé ressuscitarão e viverão para sempre num mundo no qual o mal não existe mais.

É uma visão que parece ser resultado direto da vida sob perseguição religiosa, e que acabaria sendo abraçada por diversos grupos judaicos. É interessante notar o contraste entre as crenças apocalípticas sobre a natureza de Deus e as ideias pregadas pela História Deuteronomista. Afinal de contas, para os autores do *Deuterônomo*, os israelitas eram punidos com a opressão estrangeira quando não mantinham sua fidelidade a Iahweh. Por outro lado, o autor de *Daniel*, embora não negue explicitamente que parte da opressão que seu povo está vivendo tem a ver com seus pecados, tende a explicar o sofrimento de maneira oposta: os judeus são perseguidos justamente por seguir fielmente os preceitos da lei divina, uma vez que os poderes demoníacos à solta no Cosmos estão do lado dos conquistadores pagãos.

Não temos como saber se a maioria dos judeus abraçou essa nova visão do papel cósmico de Deus. Mas o fato é que, do ponto de vista dos pensadores apocalípticos, as forças malignas aliadas aos pagãos continuavam na ofensiva: a dinastia dos Asmoneus, dilacerada por disputas entre herdeiros do trono, foi tirada do poder por uma aliança entre o Império Romano e o aristocrata judeu Herodes, que se tornou rei em 37 a.C. Sim, é o mesmo Herodes que a Bíblia acusa de matar criancinhas indiscriminadamente e, embora esse crime específico provavelmente não tenha acontecido de verdade, a fama de psicopata é plenamente justificada (ele ordenou a morte de dois de seus filhos e de uma de suas esposas, entre outros atos de infâmia). Na prática, a terra de Israel tinha virado quintal de Roma. Nesse cenário sombrio, grupos de orientação apocalíptica formavam comunidades isoladas nas vizinhanças do Mar Morto,

esperando a batalha final do guerreiro Iahweh e seu exército de anjos contra as forças do mal, enquanto outros rebeldes, de cabeça um pouco mais prática, tentavam solapar o poder de Herodes e de Roma com táticas de guerrilha, sem muito sucesso. Foi no olho desse furacão, nos últimos anos do reinado de Herodes, que nasceu um certo Jesus de Nazaré. É hora de ele entrar em cena.

CAPÍTULO VI

JESUS

§

VIDA & OBRA

DE UM

camponês

profeta

De Nazaré pode sair algo de bom?

EVANGELHO DE JOÃO, CAPÍTULO 1, VERSÍCULO 46

¶ A saga do Deus único já passou por muitas reviravoltas antes de chegarmos ao presente capítulo, mas a mais maluca delas, especialmente para quem não é cristão, é a que encararemos a partir de agora: a identificação entre a figura desse Deus absoluto e transcendente, criador do mundo e Senhor da história, e o profeta camponês Jesus de Nazaré.

Não é por acaso que um dos primeiros e mais influentes seguidores de Jesus, o apóstolo Paulo, dizia que anunciar Cristo como redentor da humanidade correspondia a proclamar a “loucura da Cruz”. De fato, afirmar que o ato definitivo de Deus no mundo tinha sido coroar com poder absoluto um sujeito condenado ao suplício mais vergonhoso disponível no arsenal de atrocidades do Império Romano parecia, para quase todo mundo, coisa de doido de pedra.

Seja lá qual for a sua opinião a respeito da (in)sanidade dos primeiros cristãos, no entanto, o fato é que ela nos traz pistas bastante boas sobre os fatos históricos que inspiraram as visões teológicas de Paulo e de seus colegas apóstolos — visões, aliás, que não eram propriamente idênticas entre si, como teremos a oportunidade de ver. A ideia chocante de um salvador crucificado é, para quase todos os historiadores sérios do cristianismo nascente, aterradora demais para ter sido inventada do nada. Isso significa que, por trás dela, houve um homem de carne e osso executado sumariamente em Jerusalém lá pelo ano 30 d.C.

Como você já está careca de saber, o objetivo deste livro não é fazer pronunciamentos teológicos, embora o escriba deste lado do teclado do computador certamente tenha suas preferências sobre o assunto. O que dá para fazer, no entanto, é usar as metodologias empregadas pelos principais historiadores do mundo para dizer o que, do ponto de vista estritamente factual e histórico, tem mais probabilidade de ter acontecido com Jesus de Nazaré. Para nossos propósitos, o resultado mais importante dessa busca provavelmente é a percepção de que, em vida, Cristo não parece ter descrito a si próprio como um ser em igualdade de condições com o Deus de Israel. Foi depois da morte dele na cruz que alguns de seus discípulos, num processo árduo de reinterpretação de sua vida, morte e, segundo eles, ressurreição, passaram a ver em Jesus a imagem e semelhança da divindade. Nosso primeiro passo, porém, é tentar enxergar o homem detrás dessa máscara divina.

EU SOU A LENDA?

¶ Não dá para seguir adiante, entretanto, sem tirar da nossa frente um obstáculo

dos mais chatos: a ideia, cada vez mais popular na internet e em círculos de ateus, agnósticos e céticos, de que Jesus não passa de uma figura mítica, inventada do zero pelos primeiros cristãos.

Há um ou outro historiador sério, com conhecimento acadêmico nas áreas relevantes para estudar o tema — familiaridade profunda com o grego, o hebraico e o aramaico, doutorado em estudos clássicos, história da Antiguidade ou Novo Testamento — abraçando essa tese, mas normalmente seus defensores são amadores. Os argumentos deles parecem, à primeira vista, razoáveis. Dizem que não há evidências arqueológicas diretas da existência de Jesus (verdade), que os autores judeus ou romanos contemporâneos dele não o mencionam ou, se parecem fazê-lo, as passagens que se referem a Jesus na verdade foram forjadas por copistas cristãos (meia-verdade), que quase todos os aspectos da vida de Cristo parecem ter sido copiados de mitos mais antigos (outra meia-verdade) e que até Paulo parece se referir a Jesus como uma figura puramente celestial, e não como alguém que viveu e morreu cá embaixo na Terra (cascata). Juntando todos esses problemas, não sobraria nada de histórico em Jesus — parece um espectro que se esvai em fumaça quando se tenta abraçá-lo, dizem eles. Proponho que a gente examine o mérito de cada uma dessas afirmações antes de seguir em frente.

Eu disse que é verdade que não há evidências arqueológicas da existência de Jesus, não é? Pois é, disse, mas tal fato indiscutível é, no fundo, irrelevante. Se os historiadores atuais decidissem fazer uma espécie de censo do Império Romano, colocando na relação de moradores oficial da região apenas os sujeitos que deixaram um testemunho físico direto de sua existência, os domínios de Roma pareceriam mais despovoados que o Saara.

E isso vale para a Antiguidade como um todo. A situação no auge do Império Romano talvez seja um pouco melhor porque, além da elite política e econômica, a qual, em qualquer época, tem mais probabilidade de deixar traços diretos de sua passagem pela terra, havia uma considerável “classe média” urbana — pequenos comerciantes prósperos, artesãos relativamente abastados, escravos libertos (no Brasil colonial diriam “alforriados”) que viravam administradores dos bens de seus ex-senhores etc. Esse povo todo, querendo registrar de algum modo sua ascensão social, muitas vezes deixava pequenos monumentos retratando sua vida, em geral nas sepulturas — pequenas esculturas retratando seu cotidiano no açougue/curtume/olaria, homenagens a um filho ou a uma esposa querida que morreu cedo demais etc. Tais artefatos muitas vezes tinham nome e sobrenome dos defuntos, permitindo que, de fato, a gente possa dizer “isto aqui é evidência arqueológica de que Fulanus de Talis existiu”.

Beleza, mas esse não parece ter sido o caso da maioria esmagadora das

pessoas que viviam sob o domínio de Roma, basicamente uma massa de camponeses que correspondia a algo entre 90% e 95% da população. Esse povo não sabia escrever, raramente tinha acesso à escrita por meio de escribas (custava caro) e tampouco contava com o dinheiro necessário para construir um monumento funerário, ao contrário do ex-escravo cheio de grana dono da Casa de Carnes Coliseu lá na capital imperial. (O Coliseu foi construído depois da morte de Jesus, mas é só para efeito ilustrativo, certo?)

Ocorre que Jesus era um desses sujeitos aparentemente destinados ao eterno anonimato, um membro dos “90% que sobram”. Não há motivos para duvidar que ele tenha crescido em Nazaré, um vilarejo de 200 almas na zona rural da Galileia, tão insignificante que nem chega a ser mencionado no Antigo Testamento ou em outros textos judaicos não cristãos. Por mais que ele tenha atraído multidões de seguidores ocasionalmente (e isso pode ser apenas um exagero desculpável da parte dos evangelistas), o núcleo de seus companheiros muito provavelmente era formado por camponeses iletrados como ele (segundo a tradição, vários desses discípulos, como Pedro, Tiago e João, eram pescadores). O próprio Jesus era uma espécie de pau para toda obra: o termo grego dos evangelhos que normalmente traduzimos como “carpinteiro” engloba, na verdade, também as funções de pedreiro — “construtor” talvez fosse um equivalente mais preciso.

Gente dessa extração social na Judeia do século 1º d.C. simplesmente não deixava muita coisa de herança, e certamente nada que não fosse de tecido, palha ou madeira — portanto, perecível em poucos anos. Também é bastante difícil imaginar que os discípulos e a família de Cristo teriam tido dinheiro suficiente para comprar um túmulo na rocha e um ossuário (espécie de caixão feito de pedra onde se depositavam os ossos do defunto depois que o corpo se decompunha), conforme um documentário sensacionalista afirmou alguns anos atrás, com a suposta descoberta da “tumba de Jesus”. Deixando de lado por um momento a crença ferrenha dos seguidores do Nazareno em sua ressurreição (tema complicadíssimo ao qual precisamos voltar com cuidado depois), é historicamente improvável até imaginar que Cristo tenha recebido um enterro digno, porque essa não era a praxe quando o morto era um condenado à crucificação. (Nesses casos, o mais comum era deixar o corpo na cruz por um tempo, às vezes exposto a aves carniceiras e a cães, e depois jogar o que sobrava numa vala comum.)

Resumo da ópera: não é por falta de evidências arqueológicas diretas que se deve negar a existência de um personagem da Antiguidade. A mesma falta de evidências vale para inúmeras outras figuras importantes do mundo antigo, e ninguém usa isso como argumento para dizer que elas não passam de mitos. OK,

temos moedas nas quais estão estampadas as fuças dos Césares ou de Alexandre, o Grande, mas ninguém nunca achou o capacete ou a lança de Leônidas, o rei de Esparta que morreu enfrentando os persas em 480 a.C. Sua existência é inferida a partir de um punhado de textos antigos, tal como a de Jesus — e o primeiro deles foi escrito 40 anos depois da morte de Leônidas, mais ou menos a distância temporal que também separa a crucificação do Nazareno de suas mais antigas “biografias”, os evangelhos. Sem o recurso de examinar as chamadas fontes literárias (jeito elegante de dizer “texto velho”), fica impossível estudar a Antiguidade. Claro que isso tem de ser feito com critério e rigor, mas não se deve levar o ceticismo a ultrapassar os limites do que é razoável só porque aspectos sobrenaturais parecem cercar a carreira de Jesus (até porque quase todos os grandes líderes do mundo antigo pareciam funcionar como ímãs de relatos sobrenaturais conforme sua história ia sendo recontada e reinterpretada).

Já que toquei no assunto dos detalhes sobrenaturais ou míticos presentes nas narrativas sobre Jesus e outras figuras da Antiguidade que chegaram até nós, acho que é o caso de encarar outra crítica tradicional dos que acham que o profeta de Nazaré nunca existiu. Trata-se da ideia de que o mito de Jesus não passa de plágio de outros mitos mais antigos, como mencionei rapidamente há pouco. Afinal, argumentam os defensores da ideia, assim como outros deuses do antigo Oriente Próximo (Baal e Osíris, por exemplo), Jesus também morre e ressuscita; assim como Buda, ele também é tentado pelas forças do mal antes de iniciar sua missão espiritual, e por aí vai.

Bem, esse tipo de crítica tem dois problemas consideráveis, um de simples lógica, outro mais factual. O primeiro eu já esbocei no penúltimo parágrafo: essas histórias maravilhosas são contadas a respeito de figuras perfeitamente humanas do mundo antigo, como Augusto e Alexandre Magno. A reação natural das pessoas diante de seres humanos que se celebrizam parece ter sido transformá-los em seres heroicos e, muitas vezes, divinos. (Ou você acha que essa conversa de “Elvis não morreu” é uma esquisitice exclusivamente moderna?) Não é porque alguém conta coisas inacreditáveis a respeito de determinado sujeito que as coisas críveis a respeito do mesmo sujeito não aconteceram. Do ponto de vista estritamente racional, a trajetória de Jesus, conforme narrada pelos evangelhos, tem muitas coisas aparentemente incríveis, mas também muitas que fazem sentido do ponto de vista puramente terreno. As primeiras necessariamente têm de ficar no plano da fé (ou da descrença, dependendo das suas preferências filosóficas e religiosas), mas as últimas podem ser checadas com as mesmas ferramentas que os historiadores usam para estudar situações mais prosaicas.

Quanto ao problema factual que mencionei, a questão crucial é evitar jogar o

bebê fora junto com a água da bacia, como se diz em inglês. Vários especialistas respeitados já apontaram, por exemplo, as semelhanças entre certos milagres de Jesus, como a multiplicação dos pães, a cura de leprosos e a ressurreição dos mortos (no caso não a do próprio Cristo, mas sim sua capacidade de ressuscitar outras pessoas que morreram, como seu amigo Lázaro no *Evangelho de João*) e os milagres que teriam sido realizados no antigo reino de Israel, no século 9º a.C., pelos profetas Elias e Eliseu. Há quem diga que as semelhanças são tantas que mostrariam que não há base histórica nenhuma para os supostos feitos de Jesus — eles seriam mera recriação literária dos textos do Antigo Testamento.

Pode ser — o mais lógico talvez seja examinar caso a caso cada um dos milagres para ver se os paralelos são fortes a ponto de sugerir “plágio”. De qualquer modo, mesmo que essas influências literárias tenham sido preponderantes para moldar a maneira como os evangelistas relatam os milagres realizados por Cristo, isso não deveria ser usado como argumento indiscutível contra a ideia de que Jesus atuava como profeta milagreiro ou exorcista. (Note bem: com isso, refiro-me ao fato de que as pessoas da época podem muito bem ter acreditado que Jesus realizava curas milagrosas e expulsava demônios. Se essas coisas realmente aconteciam é uma outra discussão, que nada tem a ver com a história propriamente dita, e sim com pressupostos sobre o que é ou não é possível no Universo.) Afinal de contas, temos outros relatos sobre figuras carismáticas da Antiguidade que pareciam realizar curas e enfrentar espíritos maus — alguns deles judeus que viveram poucos anos depois de Jesus, outros pagãos. São dados que se encaixam dentro do ambiente cultural da Antiguidade e, portanto, podem muito bem ser históricos.

EDITANDO JOSEFO

¶ A terceira objeção levantada pelos defensores da hipótese do Cristo mítico nos leva a um terreno mais intrigante, ao menos do ponto de vista técnico. De fato, ao longo do primeiro século que se seguiu à sua morte, Jesus quase não é mencionado em fontes literárias não cristãs. Note, porém, que “quase” não é a mesma coisa que “nada”. Na tentativa de fortalecer seus argumentos, os partidários da ideia de que Jesus nunca existiu muitas vezes alegam que o termo correto é mesmo o tal “nada”. As poucas menções a Cristo em textos judaicos ou pagãos teriam sido enfiadas na base da marretada nessas narrativas, pelas mãozinhas torpes de escribas cristãos, que tentavam reescrever a história — bem ao estilo dos regimes totalitários — quando o cristianismo se tornou a religião

dominante de Roma (isso, como veremos, se deu a partir do século 4º d.C.). E aí, é verdade?

Não segundo a maioria dos historiadores na ativa hoje. Para entender o que está em jogo, vamos adotar uma abordagem caso a caso, examinando nossas fontes com cuidado — primeiro as judaicas, depois as pagãs.

O mais correto, aliás, é dizer “a judaica”, no singular, porque o único historiador judeu que estava na ativa durante o século 1º d.C. no território palestino — e, na verdade, praticamente a única fonte secular, ou seja, não religiosa, a respeito do que se passava na região nessa época — é um membro da aristocracia de Jerusalém chamado Flávio Josefo (37 d.C.–100 d.C.), ou José, filho de Matias, como era conhecido antes de se tornar um protegido dos imperadores romanos da dinastia dos Flávios (daí o novo nome). Ainda jovem, ele se tornou um dos generais da rebelião dos judeus contra Roma que explodiu em 66 d.C., liderando tropas na Galileia. Derrotado e encurralado pelas forças do general Vespasiano, ele se safou ao prever que seu captor acabaria assumindo o controle do Império Romano (o que de fato aconteceu, veja só que sortudo esse Josefo) e ao atuar como negociador e intérprete, tentando convencer — sem muito sucesso — seus conterrâneos a se render aos romanos. No fim das contas, Jerusalém acabaria sendo capturada, e seu templo, destruído no ano 70, enquanto Josefo passou o resto de seus dias escrevendo no conforto de Roma, produzindo textos como *A Guerra dos Judeus*, a respeito da rebelião da qual participara, e *Antiguidades Judaicas*, uma obra monumental sobre a história de seu povo, desde a criação do mundo até a época da revolta contra Roma.

Esse sobrevivente por excelência mencionou Jesus de Nazaré ao menos uma vez, de acordo com quase todos os estudiosos do tema. Tal menção praticamente indiscutível é bastante discreta. Em dado momento de sua narrativa, Josefo relata a chegada ao poder do sumo sacerdote Hananias, o Jovem. Membro do partido dos saduceus (aristocratas ligados ao Templo de Jerusalém, em geral membros de famílias sacerdotais, conservadores e favoráveis à submissão diante dos romanos), Hananias aproveitou sua ascensão, e o fato de que Roma estava trocando o governador da província da Judeia, para atacar alguns de seus desafetos políticos impunemente. E um desses desafetos era um certo Tiago.

“Sendo portanto esse tipo de pessoa, Hananias, pensando ter uma oportunidade favorável, pois que Festo havia morrido e Albino ainda estava a caminho [Festo era o antigo governador romano, que seria substituído por Albino], convocou uma assembleia de juízes e colocou diante dela o irmão de Jesus, o chamado Cristo, de nome Tiago. Acusou-os de terem transgredido a lei e os entregou para serem apedrejados”, escreve Josefo.

Um detalhe gramatical importante, para que não restem dúvidas: em grego,

Josefo diz o seguinte sobre Tiago: *ton adelphon Iesou tou legomenou Christou* — a palavra *legomenou*, ou seja, o equivalente ao nosso “chamado”, refere-se claramente a Jesus, e não a Tiago. E, de fato, as fontes cristãs mencionam justamente um parente do Nazareno com esse nome, que assumiu a liderança dos cristãos de Jerusalém após a morte de Jesus e, décadas mais tarde, acabou sendo martirizado. Esse fato, e o tom sucinto e neutro da passagem, indicam que ela é genuína — se era para um escriba cristão inventar algo sobre Tiago, ele não ficaria contente com algo tão mixuruca.

A outra possível menção a Jesus em *Antiguidades Judaicas* é potencialmente muito mais interessante — mas também muito mais problemática. O texto que chegou até nós nos manuscritos gregos de Josefo diz o seguinte, sem tirar nem pôr (com alguns detalhes esquisitos destacados em negrito, para começar a dar algumas pistas sobre onde está a polêmica):

Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio — **se na verdade se pode chamá-lo de homem**. Pois ele foi o autor de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele ganhou seguidores tanto entre muitos judeus quanto entre muitos de origem grega. **Ele era o Cristo**. E quando Pilatos, por causa de uma acusação feita por nossos homens mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que o haviam amado antes não deixaram de amá-lo. **Pois ele lhes apareceu no terceiro dia, novamente vivo, exatamente como os profetas divinos haviam falado deste e de incontáveis outros fatos assombrosos sobre ele**. E até hoje a tribo dos cristãos, que deve esse nome a ele, não desapareceu.

Acho que deu para perceber onde estão os problemas da passagem. Josefo nasceu, viveu e morreu como judeu. Não há nenhuma notícia de que tenha se convertido à fé em Jesus, dentro ou fora de seus escritos. Não faz sentido ele afirmar que o Nazareno “era o Cristo” (ou seja, era o Messias; a palavra “Cristo” nada mais é que a tradução grega do termo hebraico “Messias”, que significa “Ungido”). E seria maluquice ainda maior achar que Josefo acreditava na ressurreição de Jesus de Nazaré. Conclusão inescapável: a passagem *como a temos hoje* — atenção para o meu itálico — quase certamente foi manipulada por aqueles famigerados copistas cristãos que tínhamos mencionado alguns parágrafos atrás.

Seria simples a coisa se ficássemos só nisso, mas a maioria dos estudiosos hoje afirma que a manipulação foi tão tosca que conseguimos ver qual era mais ou menos o conteúdo original do texto fazendo um punhado de cortes cirúrgicos. E se o parágrafo escrito pelo próprio Josefo fosse o seguinte?

“Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio. Pois ele foi o autor de feitos surpreendentes, um mestre de pessoas que recebem a verdade com prazer. E ele ganhou seguidores tanto entre muito judeus quanto entre muitos de origem grega. E quando Pilatos, por causa de uma acusação feita por nossos homens

mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que o haviam amado antes não deixaram de amá-lo. E até hoje a tribo dos cristãos, que deve esse nome a ele, não desapareceu.”

Repare que os trechos cortados nessa reconstrução não apenas são os que exaltam Jesus. São também os únicos que quebram o fluxo da narrativa para inserir apartes explicativos que destoam do resto do texto. Mais importante ainda, os especialistas em textos antigos adotam há tempos uma técnica de análise de vocabulário que os ajuda a flagrar possíveis interpolações. Trata-se, no fundo, de um método estatístico simples: a ideia é examinar a frequência de determinadas palavras ou expressões na obra de um autor, para saber se determinado trecho usa a linguagem típica daquele escritor ou adota um estilo bem diferente meio que do nada — o que, claro, tornaria essa passagem bastante suspeita. Quando se aplica essa ideia ao famoso parágrafo de *Antiguidades Judaicas*, o resultado é que boa parte da passagem casa com o vocabulário e a sintaxe típicas de Josefo — com exceção daqueles trechos destacados em negrito. Isso sugere que esses pedaços da passagem foram forjados — mas não que ela inteira tenha sido inventada.

Vale a pena notar alguns outros detalhes: dizer que os cristãos eram uma “tribo”, ou que Jesus, ainda em vida, tinha conquistado tanto seguidores judeus quanto gregos (coisa que nenhum texto do começo do cristianismo afirma; originalmente o movimento de Jesus era totalmente judaico), são coisas que só parecem fazer sentido se tiverem vindo da pena do próprio Josefo, e não da cachola de um copista cristão.

Sintetizando toda essa discussão meio bizantina: o mais provável é que Josefo não só sabia da existência de Jesus de Nazaré como também dispunha de um pequeno e precioso conjunto de informações que também aparecem nas fontes cristãs: o Nazareno tinha sido um mestre que realizava feitos impressionantes, atraía seguidores, fora denunciado pela elite judaica a Pilatos e condenado a morrer na cruz.

Curiosamente, são mais ou menos os mesmos dados que aparecem numa passagem dos *Anais*, escritos pelo historiador romano Tácito (56 d.C.–118 d.C.). O contexto, porém, é bem diferente, já que a menção a Jesus vem quando Tácito está abordando o reinado do imperador Nero — é o próprio, aquele que teria colocado fogo em Roma de propósito e ficado cantando ao som da lira diante do desastre, isso no ano 64 da Era Cristã. A suposta culpa no cartório de Nero teria caído na boca do povo, e o imperador resolveu desviar a atenção de si mesmo culpando, é claro, uma minoria perseguida.

“Assim, para fazer calar o rumor [de que teria sido o mandante do incêndio], Nero criou bodes expiatórios e submeteu às torturas mais refinadas aqueles que o

povo chamava de cristãos, um grupo odiado por seus crimes abomináveis. Seu nome deriva de Cristo, que, durante o reinado de Tibério [um imperador romano anterior], tinha sido executado pelo procurador Pôncio Pilatos. Sufocada por um tempo, a superstição mortal irrompeu novamente, não apenas na Judeia, terra onde se originou esse mal, mas também na cidade de Roma, onde todos os tipos de práticas horrendas e infames de todas as partes do mundo se concentram e são fervorosamente cultivadas”, escreveu Tácito. Sujeito simpático. Se alguém conseguir demonstrar que essa passagem, cheia de desprezo pelos cristãos, foi criada por um deles num texto que não mencionava originalmente Jesus, eu como este livro inteiro sem tempero.

E basta. Essas duas menções, que abordam basicamente a morte infamante de Jesus e o fato de seus seguidores continuarem na ativa após a crucificação, são só o que temos sobre ele em fontes literárias não cristãs produzidas menos de um século após a morte do Nazareno. Trata-se, de fato, do proverbial “blip” na tela do radar — insignificante, de fato, mas não inexistente. E é exatamente o que deveríamos esperar de um movimento de gente relativamente humilde, gestado num canto obscuro do Império Romano, que venerava um sujeito executado como o mais baixo dos criminosos.

Resta-nos ainda enfrentar a que talvez seja a ideia mais despropositada dos miticistas (o partido “Jesus é um mito”), ou seja, a conversa de que o apóstolo Paulo teria enxergado Cristo como uma figura espiritual, e não de carne e osso. O sacrifício de Jesus na cruz, como forma de livrar a humanidade do pecado — ponto central da teologia de Paulo — teria acontecido numa dimensão não humana, celestial, e não na Jerusalém terrestre.

“Derrubar” Paulo seria um golpe importante para os miticistas porque, como veremos a seguir, os escritos do apóstolo são o mais antigo testemunho escrito sobre a figura de Jesus. Suas primeiras cartas preservadas na Bíblia datam do começo da década de 50 d.C. — meros 20 anos depois da crucificação. Caso se suponha que todas as tradições cristãs posteriores se basearam em Paulo, como fazem os misticistas, basta comprovar que as cartas paulinas não registram fatos históricos sobre Jesus para que todo o edifício da historicidade do Nazareno vá abaixo, feito castelo de cartas.

Sim, é verdade que Paulo teologiza a figura de Jesus à vontade, fazendo relações extremamente criativas entre a trajetória dele e fatos do Antigo Testamento, por exemplo; e é verdade ainda que o “apóstolo dos gentios” (ou seja, que tomou para si a missão de converter os não judeus à fé em Cristo) parece demonstrar pouco interesse em abordar o que Jesus fez e disse durante sua vida. Para Paulo duas coisas, e só duas coisas, interessam: a crucificação e a ressurreição de Jesus. Mas ele ancora esses dois fatos repletos (para ele) de

significado místico no chão do mundo real ao dizer, por exemplo, que Jesus era “nascido de mulher”, “da descendência de David”, e por aí vai. Mais importante ainda, relata em detalhes seus encontros (e suas brigas) não apenas com os discípulos de Jesus, como Pedro e João, como também com o “irmão do Senhor”, Tiago, que assumiu papel de liderança entre os primeiros cristãos de Jerusalém após a morte de Cristo, como vimos brevemente ao examinar as menções que Flávio Josefo faz à figura de Jesus. Temos excelentes razões para acreditar que essa expressão, “irmão do Senhor”, significa exatamente o que parece significar: Tiago era um dos irmãos de Jesus, filho de Maria como ele (a tradição de que se tratava de um primo ou outro tipo de parente é a adotada pelo catolicismo, mas não parece ter sustentação histórica). Até onde sabemos, entidades espirituais desencarnadas não têm irmãos, mas homens de carne e osso frequentemente os têm. Caso encerrado.

CRITÉRIOS E FONTES

¶ Vamos partir do princípio, portanto, de que Jesus existiu. Dá para imaginar critérios razoavelmente objetivos que nos ajudem a estabelecer quem ele foi e o que fez e disse? E quais fontes históricas os especialistas podem usar para alcançar essas conclusões?

No fundo, essa é uma questão de metodologia, o que, para muita gente, é sinônimo de chatice, infelizmente. Declaro aqui minha intenção de mudar sua opinião a esse respeito, gentil leitor. Metodologia é um negócio bacana porque nos ajuda a pensar sobre como construir conhecimento a respeito de algum tema. Se a ciência é um combate, a metodologia equivale à espada e ao escudo: a melhor maneira de enfrentar dificuldades e rebater baboseiras. E o mais divertido é que, uma vez que você domina essas armas, não precisa necessariamente de um general: dá para começar a lutar sozinho — a enfrentar questões difíceis sem que alguém fique dizendo por você o que está certo e o que está errado. Vamos, portanto, ao nosso arsenal.

Nas últimas décadas, os historiadores têm trabalhado com um conjunto pequeno e bem azeitado de critérios para estudar o “Jesus histórico”, como eles dizem — ou seja, o Jesus cuja carreira pode ser reconstruída usando apenas a leitura cuidadosa e cética de textos antigos, sem levar em conta a fé. Variações desses critérios aparecem em quase todas as tentativas de interpretar historicamente a figura de Jesus hoje, mesmo quando as conclusões diferem. E talvez o critério mais importante seja o chamado “critério do constrangimento”.

Trata-se, no fundo, de puro bom senso: ninguém gosta de registrar para a posteridade um fato constrangedor ou vergonhoso sobre si mesmo ou sobre alguém que admira, a não ser que isso seja indispensável — ou, para usar uma linguagem menos generosa, a não ser que não dê para fugir do fato constrangedor porque todo mundo já o conhece mesmo. Estamos falando de detalhes que são parte tão essencial da tradição que cresceu em torno daquele personagem que se tornou impossível varrê-los para baixo do tapete. É por isso que, se há algo a respeito da carreira de Jesus que não desperta dúvidas em nenhum historiador mentalmente sã, é a morte na cruz. Lembre-se de que os primeiros seguidores de Cristo eram missionários: queriam convencer seus companheiros judeus — e, mais tarde, basicamente toda a população do mundo conhecido — de que Jesus era o Messias, o escolhido de Deus para salvar a humanidade. Não havia obstáculo maior diante dessa meta ambiciosa do que o fato de que esse Messias tinha morrido por meio de um método de execução normalmente reservado a 1) escravos rebeldes, 2) ladrões de beira de estrada, 3) piratas e 4) revolucionários de classe social baixa (a distinção entre esse último item e o item 2 não era lá muito clara no mundo antigo; ambos costumavam ser designados pelo termo grego *lestes*, algo como “salteador”, “bandoleiro”).

Estamos falando de uma morte de não cidadão, quase de “não pessoa”, portanto. Pior ainda, as Escrituras judaicas, a base da cultura à qual pertenciam Jesus e seus discípulos, afirmavam que pessoas crucificadas tinham sido amaldiçoadas por Deus. Se alguém descobrir alguma boa razão para simplesmente inventar um Messias crucificado, eu penduro as chuteiras.

É óbvio que nem todos os detalhes da vida de Jesus a respeito dos quais podemos bater o martelo usando o critério do constrangimento serão tão óbvios. Mas, antes de prosseguirmos, há outros dois exemplos-chave: o batismo de Jesus no rio Jordão, realizado por outro profeta, João Batista (aliás, o Batista também aparece nos textos de Josefo), e as menções a Nazaré. Todas as fontes antigas concordam que o batismo de João tinha como objetivo alguma forma de purificação espiritual. Por que diabos o Messias, em tudo superior a um mero profeta como João, precisaria disso? No entanto, o fato era tão conhecido e inescapável que quase todos os evangelhos canônicos — ou seja, os “oficiais” da Bíblia cristã — registram o batismo (e vão achando jeitos cada vez mais criativos de explicar ou até esconder a história, como haveremos de ver).

Quanto a Nazaré, como eu disse algumas páginas atrás, tratava-se de um vilarejo obscuro até não poder mais — e, pior, localizado na parte errada da Palestina, a rústica Galileia, no Norte, enquanto o natural era supor que o Messias viesse do território da antiga tribo israelita de Judá, nos arredores de Jerusalém. Os evangelistas Mateus e Lucas resolvem essa dificuldade afirmando

(de maneiras diferentes entre si, é bom lembrar) que Jesus, na verdade, nasceu em Belém e só depois foi morar em Nazaré. Já Marcos e João não mencionam essa tradição — e o segundo deles até brinca com a origem “classe D” de Jesus, colocando a tirada irônica que citei na abertura deste capítulo na boca de um futuro discípulo de Cristo.

Outro critério crucial, mas que por vezes dá um trabalho do cão para aplicar, é o “critério da múltipla confirmação de fontes”. Ou seja, um detalhe que está presente em diversas fontes históricas independentes tem mais probabilidade de ser histórico do que outro que dá as caras em apenas uma fonte. É claro que, como você talvez tenha imaginado, colocá-lo em prática exige antes definir que diacho seja uma fonte independente e, óbvio, quais fontes são válidas e quais não prestam.

Complicado, não? Mas, em geral, os pesquisadores tendem a incluir no rol das fontes potencialmente úteis os textos escritos até o fim do século 1º d.C., durante as primeiras gerações cristãs — o que, na prática, parece incluir não apenas os evangelhos canônicos como também os *Atos dos Apóstolos* (escritos pela mesma pessoa que a tradição cristã conhece como o evangelista Lucas), várias das cartas atribuídas a Paulo (algumas delas parecem ser pseudônimas, ou seja, não foram escritas por ele) e alguns outros textos.

Talvez você tenha reparado que todas as fontes que citei pertencem ao Novo Testamento cristão. Isso acontece porque, apesar do grande barulho ocasional causado pela descoberta ou reinterpretação de certos textos apócrifos (ou seja, não incluídos na lista oficial de escritos bíblicos aprovados pelas igrejas cristãs), o fato é que quase nenhum pesquisador na ativa hoje defende que esses textos não canônicos tragam informações importantes a respeito do Jesus histórico. Em geral, são relatos tardios, escritos a partir da metade do século 2º d.C. e muitas vezes ainda mais tarde, cujos objetivos principais costumam ser: 1) trazer mais detalhes sobre a vida de Jesus e de sua família para um público cristão ávido por esse tipo de narrativa (é daí que surgem os vários “evangelhos da infância”, nas quais o pequeno Nazareno vira uma espécie de Superboy), ou 2) reinterpretar teologicamente a figura de Cristo de um jeito ainda mais radical do que se pode ver no Novo Testamento, sem grandes preocupações com o homem de carne e osso oriundo da sonolenta Nazaré.

Resumindo: os textos apócrifos são importantes e interessantíssimos como uma janela para entender a diversidade de pensamento e teologia no interior do cristianismo primitivo, mas não são muito promissores como fonte para o estudo da vida de Jesus. A possível grande exceção talvez seja o *Evangelho de Tomé*. Associado ao nome do famoso apóstolo cético, aquele do “ver para crer”, esse texto foi preservado principalmente em copta, a língua que era falada no Egito

na época do domínio romano (o copta é, aliás, descendente direto do idioma egípcio do tempo dos faraós, só que escrito com letras baseadas no alfabeto grego, e não com hieróglifos). Também há alguns fragmentos muito incompletos de Tomé em grego. Para alguns especialistas de renome, como o irlandês John Dominic Crossan, o texto desse evangelho preservaria versões dos ensinamentos de Jesus que estariam mais próximas daquilo que o profeta galileu de fato dizia em vida do que as variantes encontradas no Novo Testamento.

É bom ressaltar a palavra “ensinamentos”, aliás, já que Tomé é um evangelho quase sem narrativa: o texto não passa de uma longa sequência de frases e parábolas (aquelas pequenas histórias simbólicas) que teriam sido pronunciadas por Jesus. Crossan e outros especialistas argumentam que Tomé seria uma fonte independente (e muito valiosa, por ser tão primitiva) porque as falas de Jesus no texto são mais simples, mais concisas e menos “literárias” do que as presentes nas narrativas canônicas. De quebra, os discursos do *Evangelho de Tomé* conteriam um elemento importante da mensagem original de Jesus na opinião desses pesquisadores, a chamada escatologia realizada — trocando em miúdos, a ideia de que não é preciso esperar o apocalipse para que o Reino de Deus se instale na Terra. Segundo Crossan e companhia, Jesus acreditava que as pessoas que colocavam em prática seus ensinamentos já estavam criando o Reino de Deus, sem necessidade de uma intervenção divina dramática na história do mundo — e o texto de Tomé seria uma das provas dessa visão original do Nazareno. Trata-se de uma hipótese influente, sem dúvida, mas ela acabou não predominando entre os especialistas no estudo do Jesus histórico, como veremos em breve.

Depois desse desvio de trajetória pelos apócrifos, vale a pena tentar entender por que os evangelhos canônicos são vistos como fontes independentes — ou, para ser mais preciso, parecem conter fontes independentes, o que não é a mesma coisa. Começemos com um dado básico: em vez de falar em quatro evangelhos canônicos, talvez seja mais correto pensar no Novo Testamento como uma coleção que contém três evangelhos “normais” e um “esquisitão”.

Isso porque os textos de Mateus, Marcos e Lucas são apelidados coletivamente de Evangelhos Sinópticos, termo grego que significa algo como “ver em conjunto” — de fato, em linhas muito gerais, eles parecem traçar três retratos relativamente paralelos de Jesus, às vezes com passagens quase idênticas entre si. Já o *Evangelho de João* é o estranho no ninho: o Jesus desse texto bíblico adora expor suas ideias em longos monólogos teológicos que não aparecem em nenhum outro lugar da Bíblia, além de realizar certos milagres de teor aparentemente simbólico que, do mesmo modo, nenhum outro evangelista conhece, como o da transformação da água em vinho.

O consenso entre os estudiosos atuais é que essa diversidade de perspectivas pode ser explicada se adotarmos alguns postulados relativamente simples. Primeiro, os muitos pontos em comum entre Mateus, Marcos e Lucas ficam mais fáceis de entender se você imaginar que Marcos foi escrito primeiro e Mateus e Lucas o usaram como fonte para escrever suas narrativas. Marcos, além de ser mais sucinto, também é menos sofisticado do ponto de vista literário, menos preocupado em eliminar aspectos da história que poderiam parecer constrangedores (o Jesus retratado por Marcos se enraivece com mais facilidade do que nos outros evangelhos, por exemplo) e o mais interessado em mostrar Cristo falando sua língua materna, o aramaico, de vez em quando — lembrando, é claro, que Marcos foi escrito em grego, assim como todo o resto do Novo Testamento.

O texto não começa a saga de Jesus com histórias sobre seu nascimento e infância, e acredita-se até que a versão original do *Evangelho de Marcos* não narrava as aparições de Cristo ressuscitado aos apóstolos — elas teriam sido acrescentadas posteriormente. Mateus e Lucas, com frequência, parecem se sentir na obrigação de polir o texto de Marcos ou de eliminar de sua fonte elementos que, como eu disse, poderiam simplesmente pegar mal. Enquanto Marcos, por exemplo, registra o batismo de Jesus pelas mãos de João Batista e deixa por isso mesmo, Mateus acrescenta tanto a relutância de João, que não desejava batizar Jesus por saber da superioridade do Nazareno, quanto uma fala de Cristo explicando que o batismo seguia o plano de Deus.

Nada disso significa, porém, que o primeiro e o terceiro evangelhos sejam apenas cópia descarada do evangelho “do meio”. Passagens grandes dos textos de Mateus e Lucas são muito parecidas entre um evangelho e outro, mas não têm paralelos em Marcos — sinal de que os dois evangelistas provavelmente usaram outra fonte literária, hoje perdida, mas conhecida pela letra Q (porque, adivinhe só, “fonte” em alemão é *Quelle*, e os pesquisadores alemães lideraram por séculos o estudo do Novo Testamento).

Curiosamente, a fonte Q talvez se parecesse bastante com o *Evangelho de Tomé*, ao menos em sua estrutura, porque os paralelos entre Mateus e Lucas envolvem basicamente falas de Jesus, e não narrativa. Um exemplo: o famoso Sermão da Montanha (assim chamado em Mateus; Lucas o apelidou de Sermão da Planície, mas o conteúdo é muito parecido nos dois evangelistas, embora não idêntico). De quebra, cada um desses autores sacros colocam em seus textos detalhes, falas e incidentes que não estão presentes em nenhum outro evangelho e parecem derivar de tradições que eles herdaram individualmente, conhecidas como tradição especial M e tradição especial L (eu sei, você vai desmaiar diante de tanta nomenclatura). M e L também contam como fontes independentes para

muitos especialistas.

E João? Nosso estranho no ninho é, bem, estranho. É possível que ele tenha usado Marcos para construir sua Narrativa da Paixão (ou seja, o pedaço do evangelho que conta a morte e ressurreição de Jesus), mas há quem acredite que ele tenha herdado uma tradição paralela e independente a respeito desses acontecimentos. De resto, ao falar das andanças de Jesus, de suas pregações, de seus milagres e até de seus discípulos, João é tão diferente, tão peculiar, que parece estar trabalhando com uma tradição só sua. O Quarto Evangelho, portanto, conta como, no mínimo, mais uma fonte independente.

Vamos fazer as contas? Só no âmbito dos evangelhos canônicos ficamos com as seguintes fontes: Marcos, Q, M, L e João. Considerando o Novo Testamento como um todo, as cartas de Paulo seguramente devem ser adicionadas a essa lista, ainda que o apóstolo não fosse muito dado a falar da vida terrena de Jesus.

Antes de prosseguir, é preciso encarar outra dificuldade metodológica: como garantir que informações presentes em determinado texto sobre Jesus de fato foram herdadas de uma tradição legítima (provavelmente oral, no começo) a respeito dele ou são criação do evangelista, inseridas nele por motivos literários ou teológicos? Excelente pergunta, e a resposta curta é que não dá para ter certeza absoluta, em geral. Mas o que os estudiosos fazem é levar em conta os outros critérios de historicidade (o do constrangimento é importantíssimo, como já vimos) e as características gerais de cada evangelho. Afinal, cada autor deu um formato próprio à sua narrativa sobre a vida de Cristo, em geral enfatizando uma mensagem específica — para citar dois exemplos, Mateus parece ter escrito para leitores de origem judaica, enquanto João retrata um Jesus de natureza mais sublime e enigmática. Se um detalhe do texto contraria de alguma forma esses interesses — e mesmo assim foi preservado, é sinal de que eles foram herdados pelo evangelista, e não inventados por ele. Um dos exemplos mais interessantes talvez seja a proibição aparentemente absoluta do divórcio defendida por Jesus (já ouviu alguma vez a frase “o que Deus uniu, o homem não separa”? É dele). O judaísmo, seguindo a lei israelita estabelecida no Antigo Testamento, permitia essa prática — bastava fornecer à esposa (a perspectiva era sempre a do homem que se separa da mulher, infelizmente, e não o contrário) uma certidão de divórcio. E os pensadores cristãos posteriores parecem ter suavizado ao menos em parte as exigências radicais de Jesus, abrindo exceções — uma esposa infiel poderia ser repudiada de modo legítimo, por exemplo. Ou seja: inventar que Jesus em pessoa era radicalmente contra o divórcio seria um tiro no pé tanto para quem estivesse escrevendo para judeus quanto para um autor que quisesse soar simpático aos gentios.

Outros exemplos ajudam a entender como o critério da múltipla confirmação

de fontes é utilizado. Quando se analisa apenas os Evangelhos Sinópticos, digamos, não se pode dizer que temos três fontes independentes para a Narrativa da Paixão, já que provavelmente tanto Mateus quanto Lucas usaram Marcos. Por outro lado, um detalhe dessa narrativa — a famosa Última Ceia na qual Jesus teria dito que o pão e o vinho eram a sua carne e o seu sangue — aparece tanto nos Sinópticos quanto nas cartas de Paulo (todas elas escritas entre os anos 50 e 61 d.C., muito provavelmente antes de Marcos, completado entre os anos 65 e 70). Ao menos duas fontes independentes mencionam a ceia derradeira de Cristo, portanto.

Embora existam outros critérios, com impacto menor sobre a historicidade de ações e falas de Jesus, acho que é interessante encerrar nossa lista com um princípio defendido pelo historiador e padre americano John P. Meier, autor de uma gigantesca série de livros em quatro volumes (ainda não concluída!) sobre o Jesus histórico chamada *Um Judeu Marginal*. Estou falando do “critério da Cruz”, que não é difícil de entender. Uma oração católica que é uma espécie de mantra cristão diz o seguinte: “Jesus, manso e humilde de coração, fazei meu coração semelhante ao vosso”. Deus sabe o quanto costumo repeti-la quando me vejo a ponto de perder a cabeça por motivo besta. É verdade que mansidão e humildade fazem parte do retrato de Jesus que chegou até nós, mas essas qualidades estão longe de corresponder ao retrato inteiro. Ninguém vai parar numa cruz romana por ser um completo docinho de coco. A pessoa e a pregação de Jesus claramente foram vistas como um desafio às autoridades judaicas e romanas da Palestina. Ao mesmo tempo em que acolhia figuras marginalizadas pela sociedade de seu tempo, como veremos, o Nazareno não hesitava em condenar a hipocrisia de membros da elite — e parece ter desafiado até a aristocracia sacerdotal do Templo de Jerusalém. Meier sugere que os detalhes dos textos do Novo Testamento que colocam em relevo esse lado desafiador de Jesus fazem sentido quando se considera sua morte e, portanto, têm alta probabilidade de ser históricos. Esse, em suma, é o “critério da Cruz”.

JESUS HISTÓRICO: UM RETRATO 3×4

¶ Este não é um livro dedicado inteiramente à figura histórica de Jesus (uma pena, aliás, porque o assunto é apaixonante). Mas, para nossa jornada em busca das origens de Deus, é necessário que eu trace a seguir um brevíssimo retrato (em 3 × 4, digamos) do Jesus histórico, para que tenhamos uma ideia da imagem mais provável que o profeta de Nazaré tinha em vida, antes de ser divinizado.

Não dá para explicitar caso a caso como esbocei este retrato — até porque, de novo, para isso precisaríamos de um livro inteiro, ou de vários livros —, mas ressaltar de passagem duas coisas. Tomei como base, de um lado, os critérios de historicidade que acabo de explicar; e, de outro, os principais consensos sobre o tema entre os historiadores na ativa hoje. É importante destacar que este não será um retrato do “verdadeiro Jesus”, até porque, para isso, precisaríamos de uma máquina do tempo. Nenhuma fonte histórica escrita, por mais rica que seja, é capaz de retratar com fidelidade todas as facetas de uma pessoa de verdade — e isso se torna ainda mais problemático quando há um abismo de tempo tão grande entre nós e o biografado. O Jesus histórico já é, por definição, um retrato 3x4: uma imagem mínima que conseguimos reconstruir com algum grau de segurança, mas certamente deixando de lado muito do que o Nazareno foi.

Para não confundir, gentil leitor, sugiro que sigamos por ordem cronológica. Primeiro, claro, Jesus nasceu. Seus pais eram Maria e José (a questão da filiação divina é, no fundo, teológica; basta-nos, para manter a laicidade deste livro, registrar que quase todos os contemporâneos dele achavam que seu pai era José, ao menos no início de sua carreira). Nasceu onde? Embora tanto Mateus e Lucas insistam que foi em Belém, para cumprir uma profecia do *Livro de Miqueias*, no Antigo Testamento, cada um desses evangelistas relata o fato de modo totalmente diferente um do outro (os famosos magos do Oriente só aparecem em Mateus, os pastores e os anjos, apenas em Lucas, por exemplo), o que por si só é suspeito. Marcos e João não tomam conhecimento dessa tradição. O mais provável, portanto, é que Jesus tenha vindo ao mundo em Nazaré mesmo, ainda que não se possa descartar totalmente a tradição do nascimento em Belém.

O humilde filho, adotivo ou não, do carpinteiro era da linhagem real de David? Não temos como saber. De um lado, trata-se de uma tradição muito antiga, já citada nos escritos de Paulo (os primeiros do cristianismo, lembre-se). De outro, as genealogias de Jesus — de novo, em Mateus e Lucas — não batem e são, na prática, inconciliáveis. Mas não é impossível que, por crerem no papel messiânico de seu mestre, os discípulos de Jesus de fato o associassem à família do maior dos reis de Israel. De mais a mais, considerando o número de esposas e concubinas que David teve, e mais ainda o fato de que mil anos se passaram entre o tempo dele e o de Jesus, o fato é que uma parcela considerável dos judeus da época do Segundo Templo provavelmente carregaria ao menos um pouquinho do DNA do rei.

Se as tradições sobre o nascimento do Nazareno não parecem muito confiáveis do ponto de vista histórico, a coisa fica ainda mais obscura quando tentamos descobrir como foi sua infância, adolescência e juventude. A breve narrativa em Lucas sobre a performance de Jesus como menino-prodígio no

Templo de Jerusalém, aos 12 anos, só consta do texto desse evangelista (nada de múltipla confirmação, portanto) e parece ter se baseado fortemente num lugar-comum literário da Antiguidade, no qual alguém destinado a se tornar um grande homem invariavelmente demonstra a precocidade de seus talentos quando ainda menino. Seja como for, faça a gentileza de não dar ouvidos aos livros doidões que afirmam que o jovem Jesus foi estudar com monges tibetanos, iogues da Índia ou ascetas do Mar Morto antes de iniciar sua vida pública. É infinitamente mais provável que ele tenha passado os 30 primeiros anos de sua vida em Nazaré, em meio a uma família grande, com vários irmãos e irmãs (talvez de um casamento anterior de José, mas mais provavelmente filhos de Maria também).

Jesus certamente aprendeu o ofício de José. Pode ser que soubesse ler e escrever, em especial para entender o hebraico das Escrituras de seu povo, embora sua língua materna fosse o aramaico — mas a probabilidade disso é bastante baixa. Camponeses da Galileia normalmente não eram letrados, assim como algo entre 90% e 95% da população do Império Romano. Nazaré, pelo que sabemos, não tinha muito contato com as cidades maiores e mais cosmopolitas do território galileu, como Tiberíades e Séforis. Os nazarenos levavam uma vida extremamente humilde, para não dizer miserável, no limite da subsistência — mas ao menos era uma vida pacata.

Para Jesus, tudo isso mudou por volta dos 30 anos de idade. Não temos como saber o que motivou o rapaz de Nazaré a deixar sua terra natal e descer para o vale do rio Jordão, em busca de um estranho profeta chamado João (embora, é claro, quem tenha fé certamente ache que foi o plano divino entrando em ação). Tampouco sabemos se de fato havia parentesco entre os dois, como diz o *Evangelho de Lucas*. Mas o indiscutível é que o filho do carpinteiro decidiu ser batizado por João, uma atitude que indica, no mínimo, que Jesus parecia concordar com a mensagem do Batista.

E estamos falando de uma mensagem escatológica — que prega o fim dos tempos, abrindo caminho para a chegada de um mundo novo. Quase todos os relatos sobre João Batista que chegaram até nós (com exceção do de Flávio Josefo, que também escreveu brevemente sobre ele) ressaltam que o profeta buscava a purificação espiritual do povo judeu — o arrependimento dos pecados cometidos e o compromisso de evitar os pecados futuros — na expectativa do fim dos tempos. Para João, o Deus de Israel estava prestes a agir com todo o seu poder na história do mundo, condenando os injustos e salvando os que tinham se mantido fiéis a ele de uma vez por todas. Sabemos ainda que João esperava que “aquele mais forte do que eu” colocaria esse plano divino em prática, mas não dá para ter certeza se essa expressão era uma referência a uma intervenção direta do próprio Deus, a um Messias humano auxiliado pelas hostes divinas ou a uma

figura sobrenatural intermediária, uma espécie de general do exército celeste, como o anjo Miguel do *Livro de Daniel*.

A tradição cristã, é claro, em especial os evangelhos escritos depois de Marcos, afirma que João acabou percebendo que a figura “do mais forte” era o próprio Jesus, o “Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo”. O cenário histórico é bem mais impreciso. Mas, de qualquer modo, Jesus foi além da mera concordância básica com a mensagem de João, ou de atuar como uma espécie de discípulo do Batista durante algum tempo. A experiência do batismo parece ter levado Jesus a elaborar sua própria mensagem escatológica, e essa “boa-nova” — ou “evangelho”, em grego —, embora também incluísse a iminência do julgamento de Deus, tinha uma ênfase inovadora: a da misericórdia e do acolhimento, da cura que, se aceita, poderia evitar a condenação.

Dá para reunir tudo isso numa única expressão memorável que, se não foi propriamente inventada por Jesus, ganhou com ele sua formulação mais forte e criativa. Trata-se da ideia do Reino de Deus, provavelmente o elemento da pregação de Jesus mais atestado pelo critério da múltipla confirmação de fontes. À primeira vista, o conceito é absurdamente simples: a ideia de que Deus finalmente vai retomar o controle sobre seu povo e sobre a Criação inteira, colocando as coisas nos eixos. Mas o cenário descrito por Jesus é muito mais fascinante e complicado.

Digo isso porque o Reino de Deus tem muito de subversivo, no sentido etimológico da palavra — “subversivo”, afinal, quer dizer, literalmente, pegar aquilo que está embaixo e colocar em cima, virar as coisas do avesso. É esse o mundo descrito nas parábolas de Jesus, por exemplo: uma semente insignificante de mostarda é, na verdade, o ponto de partida de uma árvore gigantesca; um tiquinho de fermento é capaz de fazer crescer toda a massa do pão; o filho que deu as costas para a família e gastou toda a fortuna do pai é mais amado, de certa forma, do que o irmão que sempre fez tudo certinho. E é também a visão de mundo presente nos ensinamentos mais radicais de Jesus: quem chora agora é sortudo, porque um dia rirá; se alguém te dá um tapa num lado do rosto, a melhor coisa a fazer é oferecer o outro lado; se você tem duas peças de roupa, dê uma delas a quem não tem nenhuma.

Pode parecer maluquice pura, e talvez seja, mas é um tipo muito especial de maluquice: a ideia de que, de repente, os seres humanos, e em especial os israelitas do tempo de Jesus, têm uma “janela de oportunidade” única de fazer as pazes com Deus e com as demais pessoas — uma janela que está aberta para todos, e em especial para aqueles que a sociedade do tempo de Jesus mais desprezava: cobradores de impostos (aliados do odiado poderio de Roma, opressores do povo), prostitutas, pobres, cegos, leprosos, párias de todos os

tipos.

Não foi por acaso que eu mencionei portadores de deficiência física e doentes no último parágrafo. Ao mesmo tempo em que prega a chegada iminente do Reino de Deus, Jesus também afirma que seu ministério já é a manifestação desse reino, já representa os primeiros movimentos dessa transformação cósmica — e curar os doentes e os possuídos pelo demônio é o sinal mais claro disso. Jesus é o “dedo de Deus que expulsa os demônios”, como ele diz no *Evangelho de Lucas*, numa frase que tem toda a pinta de ser autêntica. De novo, paradoxalmente, uma afirmação dessas faz todo o sentido do ponto de vista histórico, porque muitos judeus do tempo de Cristo tinham uma visão essencialmente dualista da realidade.

Ou seja: em vez de um mundo natural no qual as doenças e os desastres aconteciam por motivos naturais, como nós vemos o nosso mundo, eles enxergavam um Cosmos constantemente dilacerado pelo combate sobrenatural entre as forças da luz e as forças das trevas. Satanás e seus asseclas oprimiam a humanidade e se opunham a Deus não apenas no plano espiritual, mas no plano físico, causando doenças do corpo e da mente. Se Deus quer reconquistar seu reino, dar a Jesus o poder de curar doenças e expulsar demônios é um passo lógico, de acordo com essa visão. Não temos como saber se Jesus curava apenas doenças psicossomáticas, se conseguia aliviar sintomas psiquiátricos, atuando como uma espécie de “protopsicólogo”, ou se só acreditava estar curando quem o procurava em busca de alívio: o fato é que, no contexto cultural da época, muita gente provavelmente achava que ele tinha sucesso nessa missão. (Afirmar que curas realmente milagrosas ocorriam é, de novo, questão de fé, e não de história.)

Não há motivos para acreditar que, diante de sua missão escatológica, Jesus tenha se colocado contra preceitos básicos do judaísmo (embora a crença e a prática judaicas fossem muito diversificadas na época em que ele viveu), a começar pelo fato de que ele via sua missão como um ministério dirigido somente “para as ovelhas perdidas da Casa de Israel”, e não para o mundo inteiro. O Nazareno certamente defendia uma interpretação própria da tradição judaica, que às vezes batia de frente com outras interpretações mais severas, como a do grupo dos fariseus. Mas não há evidências sólidas de que ele tenha defendido o fim das regras alimentares típicas do judaísmo (Jesus muito provavelmente nunca comeu bacon), e a ideia de que ele teria rompido deliberadamente o descanso sagrado do sábado ao curar doentes nesse dia da semana é bem discutível — fontes judaicas posteriores afirmam que é lícito curar no sábado. Jesus, em suma, nasceu judeu e viveu como judeu. Esse, aliás, é o jeito mais fácil de explicar a escolha de 12 apóstolos, muito provavelmente

histórica também: cada um deles corresponde a uma das 12 tribos originais de Israel, que seriam reconstituídas por Deus em sua atividade escatológica.

A adesão aos princípios judaicos, é claro, não significa que Jesus não despertasse antagonismo entre seus conterrâneos, tanto entre quem interpretava as Escrituras de um jeito diferente (já falamos dos fariseus) quanto, principalmente, entre quem tinha mais a perder com o advento repentino do Reino de Deus. Trocando em miúdos: se você sai por aí pregando que o mundo atual é dominado pelas forças das trevas, é óbvio que quem governa o mundo agora não vai ficar nem um pouco contente com você.

Por isso, é natural que os inimigos jurados de Jesus pertencessem principalmente à coalizão entre romanos e membros da aristocracia sacerdotal de Jerusalém que garantiam a governabilidade (para usar uma palavrinha escrota da política moderna) da Palestina. Jesus pode não ter despertado muita atenção enquanto não passava de um pregador excêntrico vagando pelas colinas da Galileia, mas quando decidiu “purificar o Templo” — uma cena provavelmente real, na qual ele tentou expulsar os comerciantes que vendiam animais para o sacrifício e faziam operações de câmbio em Jerusalém — a coisa mudou totalmente de figura. O templo cujas operações ele (temporariamente) bagunçou, afinal, era o mesmo no qual os sacerdotes israelitas ofereciam sacrifícios regulares em favor da saúde... do imperador de Roma. Não se mexe com esse tipo de coisa impunemente.

Não sabemos ao certo “com que autoridade fazes essas coisas”, como representantes da elite de Jerusalém teriam perguntado certa vez a Jesus. No mínimo, o Jesus histórico se considerava um profeta, e talvez o profeta, o mensageiro definitivo cuja ação traria o Reino de Deus. Há indícios de que ele tinha uma compreensão messiânica de si mesmo, de uma relação especial com Deus que talvez lhe desse o comando do reino divino assim que ele fosse implantado. É bem menos provável, no entanto, que o Nazareno, em vida, considerasse a si mesmo como uma figura praticamente igual ao próprio Deus, como defende o *Evangelho de João*. É só no Quarto Evangelho que Jesus diz coisas como “eu e o Pai somos um”, “eu sou o caminho, a verdade e a vida” etc. É apenas nesse texto que ele é comparado ao “Verbo” de Deus, a palavra divina responsável por criar o mundo no início dos tempos. Nada parecido existe nos Evangelhos Sinópticos. Isso quer dizer que João era um mentiroso? Não — apenas que o retrato de Jesus apresentado por ele representa uma elaborada interpretação teológica da vida do Nazareno, tão “verdadeira” quanto qualquer interpretação do significado da vida de alguém pode ser.

No fim das contas, no plano puramente humano, o desafio de Jesus às autoridades da Palestina ocupada por Roma, ainda que essencialmente pacífico,

só podia terminar em desastre. Não há motivos para duvidar que ele tenha sido traído por um de seus seguidores mais próximos — critério do constrangimento: ninguém seria burro de inventar um detalhe embaraçoso como esse. O que aconteceu entre a prisão e a cruz, no entanto, é muito mais incerto. Governadores romanos — e Pôncio Pilatos era um dos exemplares mais cruéis da espécie, ao que sabemos — não costumavam perder tempo com julgamentos públicos de camponeses, muito menos gastavam seu latim em discussões filosóficas com gente dessa laia. Para todos os efeitos, a execução de Jesus pode muito bem ter acontecido de forma sumária. Os discípulos fugiram. Aquele que anunciara o Reino de Deus tinha sofrido a pior das mortes, provavelmente na Páscoa judaica por volta do ano 30 d.C.

Seu cadáver teria sido jogado numa vala comum ou, o que é menos provável, sepultado num túmulo emprestado, obtido graças à caridade de um membro da elite judaica que não concordara com a execução. Teria sido o fim — se não fosse pelo fato de alguns dos mesmos discípulos que tinham fugido sem deixar rastros passarem a anunciar o impossível: Jesus tinha ressuscitado.

CAPÍTULO VII
A IGREJA

§
Como
Jesus
VIROU
Deus

*Ele, estando na forma de Deus
Não usou de seu direito de ser tratado como um deus.
Mas se despojou,
Tomando a forma de escravo.
Tornando-se semelhante aos homens
E reconhecido em seu aspecto como um homem
Abaixou-se,
Tornando-se obediente até a morte,
A morte sobre uma cruz.
Por isso Deus soberanamente o elevou
E lhe conferiu o nome que está acima de todo nome.*

EPÍSTOLA AOS FILIPENSES, CAPÍTULO 2, VERSÍCULOS 6 A 9

¶ Começemos este capítulo com o óbvio: a crença na ressurreição de Jesus de Nazaré é o centro da fé cristã. Os shopping centers e a Coca-Cola podem preferir o Natal, mas a Páscoa é a festa religiosa que realmente encapsula o significado do cristianismo. O Messias de Israel, o descendente da linhagem de David prometido como Salvador de seu povo e de toda a humanidade havia centenas de anos, revelara-se na pessoa do Nazareno. As autoridades de Jerusalém, em conluio com os romanos, decidiram eliminá-lo, mas ele voltou à vida e revelou a seus seguidores uma verdade ainda mais grandiosa sobre quem ele era. Além de ser o Ungido (em grego, *Christôs*, ou então *Mashiach* em hebraico), Jesus havia fundido à sua natureza humana a majestade divina do próprio Iahweh, o Senhor dos Exércitos.

Embora tivesse nascido como homem, ele já existia antes de todos os séculos: “Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai”, como diz a profissão de fé formulada no século 4º d.C. que a maior parte dos cristãos mundo afora ainda repete em suas cerimônias mais solenes. E, num ato voluntário de humildade e despojamento, esvaziou-se dessa majestade na cruz como resgate pelos pecados do mundo. No Calvário, Deus decidiu morrer para que o ser humano ganhasse a vida plena que tinha perdido no Éden.

Esse é o melhor resumo que consigo fazer das crenças que, quase dois milênios depois da crucificação, ainda permanecem vivas. As próximas páginas são minha tentativa de contar como tais ideias sobre a natureza e o papel divinos de Jesus provavelmente emergiram, num processo complicadíssimo de reflexão teológica que ainda estamos longe de compreender com total clareza. Um dos poucos dados indiscutíveis, porém, é que a fé na profunda unidade entre o profeta de Nazaré e o Deus de Israel, reelaborada e fortalecida por gerações de pensadores cristãos antes de ganhar forma de dogma, tem sua primeira semente na crença na Ressurreição, e é por ela que temos de começar.

Veja bem, eu disse “crença”, e não “fato” da Ressurreição, por uma razão metodológica muito simples, que talvez não deixe ninguém muito contente, mas é a única que eu consigo oferecer honestamente a você, dileto leitor. A questão é que não me parece possível demonstrar que um milagre de fato aconteceu dois milênios atrás. Assim como não temos os prontuários dos cegos e coxos que Jesus teria curado na Galileia ou em Jerusalém, ninguém examinou com a ciência médica moderna o corpo do Nazareno quando ele foi descido da cruz ou quando apareceu aos discípulos redivivo. É claro que, se um dia encontrarem um caixão do século 1º d.C. com a inscrição “Aqui jaz Jesus de Nazaré, crucificado a mando de Pôncio Pilatos”, com um esqueleto de uma pessoa do sexo

masculino e buracos de pregos nos pulsos, a ideia de uma ressurreição em carne e osso teria de ser abandonada, mas eu não esperaria sentado essa descoberta demolidora (mesmo porque até hoje só acharam um único corpo de crucificado na Palestina, embora os romanos tenham pregado milhares de judeus ao madeiro).

Ao mesmo tempo, não acho que caiba à pesquisa histórica afirmar “milagres são impossíveis, portanto Jesus não ressuscitou”. No fundo, esse tipo de afirmação é de natureza filosófica: é um veredicto sobre como o Universo funciona ou deveria funcionar em todas as instâncias. Desse ponto de vista, milagres seriam, no máximo, eventos altamente improváveis para os quais ainda não temos explicações racionais, mas que podem muito bem ser explicados no futuro. E, no caso da volta à vida de um corpo humano realmente morto, nem mesmo essa conversa de improbabilidade e explicação futura colaria — a posição estritamente cética é “não dá e pronto”. OK, mas o que esse tipo de veredicto tudo-ou-nada faz é afirmar, de modo categórico, que uma entidade sobrenatural — no nosso caso, o Deus de Israel, o Senhor da vida e da história, criador dos céus e da Terra — está sujeita a leis naturais e não pode violá-las. Pode muito bem ser que a posição estritamente naturalista, quer dizer, a de que nada se sobrepõe às leis naturais, de fato seja a correta. Mas, de novo, não é a pesquisa histórica que vai determinar isso.

De qualquer jeito, o que qualquer historiador sério é capaz de determinar examinando as fontes antigas é que os primeiros seguidores de Jesus tinham uma crença profundamente arraigada na ressurreição. Vários deles, como Paulo, Pedro, Tiago e João, afirmavam ter visto o Jesus ressuscitado e falado com ele. De fato, um dos textos mais antigos do Novo Testamento, a *Primeira Epístola aos Coríntios*, escrita por Paulo nos anos 50 d.C. (uns 20 anos depois da morte de Jesus), contém uma passagem sobre o tema que, para muitos especialistas, tem todo o jeito de ser “pré-paulina”, ou seja, de já estar circulando entre as comunidades cristãs um bom tempo antes de o apóstolo compor sua carta. Um dos motivos para que os historiadores tenham essa opinião é que a passagem usa expressões normalmente empregadas para designar a transmissão de um conhecimento tradicional, ou seja, que não foi formulado por quem está escrevendo:

“Transmiti-vos, em primeiro lugar, aquilo que eu mesmo recebi”, diz Paulo. “Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. Foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. Apareceu a Cefas [Pedro], e depois aos Doze. Em seguida, apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, a maioria dos quais ainda vive, enquanto alguns já adormeceram. Posteriormente, apareceu a Tiago e depois a todos os apóstolos. Em último lugar, apareceu também a mim.”

É difícil ter certeza absoluta sobre como essa crença surgiu. À primeira vista, o mais lógico pareceria seguir os evangelhos do Novo Testamento, segundo os quais os discípulos de Cristo — aliás, as discípulas, primeiramente — verificaram com espanto que o túmulo onde seu corpo crucificado fora deixado estava vazio e, logo depois, teriam se encontrado com o próprio Nazareno. Há alguns problemas consideráveis em adotar essa perspectiva de forma acrítica, porém. O primeiro, como a gente já teve ocasião de ver, é que não dá para ter certeza de que o corpo de Jesus recebeu mesmo um enterro decente — tudo indica que essa não era a praxe romana. A segunda dificuldade é o fato de que, embora todos os evangelhos mencionem o sepulcro vazio, a maneira como as discípulas e os apóstolos de Jesus se dão conta da ressurreição varia muito de um texto para outro e, a rigor, há contradições entre as diferentes narrativas.

Basta dizer, por exemplo, que a grande maioria dos pesquisadores atuais propõe que o finalzinho original do *Evangelho de Marcos*, o mais antigo, não continha uma aparição do Jesus ressuscitado. Nesse texto, duas mulheres do círculo do Nazareno, a célebre Maria Madalena e outra seguidora dele também chamada Maria, acham o túmulo vazio, encontram-se com um rapaz vestido de branco (presumivelmente um anjo) e ouvem da boca dele que Jesus havia ressuscitado e estava esperando os discípulos na Galileia. “Elas saíram e fugiram do túmulo, pois um temor e um estupor se apossaram delas. E nada contaram a ninguém, pois tinham medo...” (As reticências, óbvio, não aparecem no texto grego, que normalmente não tem pontuação nem separação entre as palavras, mas foram colocadas na tradução que estou usando para enfatizar a sensação de mistério desse final.)

Esse é o versículo 8 do capítulo 16 de Marcos. Ninguém sabe muito bem o porquê de o texto original terminar desse jeito — pode ser que o autor não tenha conseguido concluir sua narrativa do jeito que gostaria, ou pode ser um artifício literário ou teológico proposital. Mas o fato é que algum escritor cristão posterior sentiu necessidade de dar um acabamento melhor a esse evangelho, usando, para isso, relatos sobre o Jesus ressuscitado presentes nos demais evangelhos canônicos. Dá para saber com certeza quase absoluta que outra pessoa (que não o Marcos original) foi responsável por essa última costura na narrativa porque há uma diferença enorme de estilo e vocabulário entre o “epílogo” e o que vem antes dele.

E existem ainda outras divergências consideráveis entre os evangelhos “oficiais” quando o assunto é a ressurreição. Em geral, as primeiras pessoas a verem o sepulcro vazio são as duas Marias, mas em João apenas Maria Madalena tem esse papel na história. João menciona ainda uma espécie de

corrida ao túmulo de Jesus, envolvendo Pedro e o misterioso “discípulo que Jesus amava” (tradicionalmente identificado com o apóstolo João, filho de Zebedeu, embora a gente não tenha ideia sólida de quem fosse esse sujeito, na verdade). Trata-se de um evento que não está presente nos demais evangelhos — em Lucas, só Pedro corre até o sepulcro. E, por falar em Lucas, o Terceiro Evangelista retrata Jesus subindo aos céus nas vizinhanças de Jerusalém, enquanto os outros textos canônicos falam das aparições do Cristo redivivo na Galileia, como já vimos.

Por todos esses motivos, há estudiosos que defendem que a história do sepulcro vazio foi elaborada em uma época relativamente tardia. Note que Paulo, nossa fonte mais antiga, não menciona o túmulo sem o corpo de Jesus em seu credo primitivo (“credo” no sentido de formulação dos fatos a respeito de Cristo na qual os cristãos deviam crer). Segundo esse ponto de vista, as visões do ressuscitado teriam sido, inicialmente, experiências visionárias ou extáticas (de êxtase religioso, portanto) que convenceram ao menos alguns dos membros originais do círculo de Jesus de que o Nazareno estava vivo e, mais do que isso, assumira uma posição de tremenda glória, conferida a ele pelo próprio Deus. Curiosamente, teria sido uma experiência mística desse tipo, segundo o livro bíblico dos *Atos dos Apóstolos*, a responsável por transformar Paulo, de perseguidor dos cristãos que era, no maior propagador da mensagem de Jesus pelas cidades da bacia do Mediterrâneo. (Segundo o livro dos *Atos*, a figura radiante de Cristo teria aparecido diante de Paulo dizendo “Saul, Saul” — ou “Saulo, Saulo”, dependendo da tradução —, “por que me persegues?”. Saul ou Saulo seria o nome judaico de Paulo.)

Quem está acostumado com a atuação de líderes religiosos picaretas no século 21 talvez se sinta tentado a achar, diante das inconsistências nos relatos sobre a ressurreição, que os primeiros cristãos inventaram do zero todas essas histórias para enganar os incautos e ganhar alguns trocados. Aqui, no entanto, a estratégia mais sábia é evitar o anacronismo, ou seja, a mania de pensar o passado remoto com a nossa cabeça moderna. É pouquíssimo provável que alguém cujo mestre e suposto Messias tenha sido morto num suplício reservado aos criminosos mais desprezíveis resolvesse inventar que ele voltou dos mortos e assumiu poderes divinos como um grande golpe de marketing religioso — vigora aqui, de novo, nosso bom e velho critério do constrangimento. Até onde sabemos, as primeiras gerações cristãs só conseguiram muita dor de cabeça — e, com frequência, cruces e espadas na jugular — com a ideia de transformar Jesus num Messias ressuscitado universal. Quem não aceita a possibilidade de nenhum evento sobrenatural tem todo o direito de creditar as visões do Cristo glorioso a estresse, privação de sono, problemas mentais ou todas as anteriores — mas não pode

negar que os primeiros cristãos tiveram essas experiências místicas.

Todas essas questões são importantes, mas preliminares. Nossa tarefa central é entender como chegamos da ressurreição à divinização da figura de Jesus. Trata-se de um processo literalmente apocalíptico.

O FIM ESTÁ PRÓXIMO

¶ Digo isso porque, até onde sabemos, boa parte do chamado judaísmo do Segundo Templo — ou seja, a fé judaica que se organiza e consolida depois do exílio babilônico e da reconstrução de Jerusalém — está mergulhada no pensamento escatológico e apocalíptico. Pelo que indicam os textos do século 1º d.C., grupos tão diferentes quanto os fariseus com os quais Jesus debatia, os misteriosos grupos de “monges judeus” da beira do Mar Morto (às vezes chamados de essênios) e os seguidores de João Batista e do próprio Nazareno tinham abraçado a visão de que o fim estava próximo. Deus estava perto de intervir de modo espetacular na história humana. E a ressurreição dos mortos seria um dos passos decisivos nessa manifestação definitiva do poderio divino.

Tal ideia deriva, em grande parte, da influência poderosa do *Livro de Daniel*, do Antigo Testamento, sobre o pensamento apocalíptico judaico. Em Daniel, há a figura misteriosa do Filho do Homem, uma criatura que mistura traços angélicos e humanos, que chega “nas nuvens do céu” e recebe de Deus um “império eterno, que jamais passará, e seu reino jamais terá fim”. E há também a visão de uma ressurreição geral de todos os que morreram e de seu julgamento: “E muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno”.

Em sua pregação, Jesus falava frequentemente da vinda gloriosa do Filho do Homem. Alguns especialistas acreditam que, ao mencionar essa figura, o Nazareno estava se referindo não a si mesmo, mas a um enviado sobrenatural de Deus que desencadearia o Juízo Final — o papel de Jesus seria preparar o terreno para a chegada dele. Mesmo que essa hipótese esteja correta, porém, o fato é que a tradição cristã, logo depois da morte de Jesus, passou a interpretar essas menções ao Filho do Homem como referências ao próprio Cristo e à sua segunda vinda à Terra, posterior à ressurreição. A crença na ressurreição dele, ao que tudo indica, é a chave: se Jesus tinha voltado à vida, estava cada vez mais claro que o fim se aproximava. De acordo com cristãos primitivos como Paulo, Jesus correspondia às “primícias” dos que tinham morrido (os primeiros frutos colhidos na estação), como se ele fosse a primeira maçã que amadurece na

árvore e mostra que a hora da colheita está se aproximando. Se Cristo tinha sido o primeiro a ressuscitar, isso confirmava seu papel central no plano de Deus e sua identificação com o Filho do Homem.

Se essa é certamente uma das peças mais importantes do quebra-cabeça, também temos de levar em conta como certas correntes do judaísmo do Segundo Templo — de novo, em especial as seitas e tendências apocalípticas, embora não apenas elas — enxergavam a existência de intermediários entre Iahweh e a humanidade. Por um lado, é verdade que a tradição “clássica” do judaísmo era ferrenhamente monoteísta: nenhuma entidade sobrenatural chegava aos pés do Senhor Deus em importância ou poder. Essa, decerto, estava entre as principais diferenças que separavam os judeus de seus vizinhos politeístas, ou “pagãos”. Gregos, romanos e outros povos da época, além de cultuarem uma enorme variedade de deuses, também enxergavam a barreira entre as esferas humana e divina como algo relativamente poroso, mais para uma rede de malha fina do que para uma parede. Deuses (e deusas) se acasalavam com mortais e produziam filhos com poderes sobre-humanos, os quais às vezes se tornavam deuses “plenos” — é o caso de Hércules, por exemplo, o herói filho de Zeus com a mortal Alcmena. E, desde a época de Alexandre, o Grande, os governantes do mundo greco-romano foram se tornando cada vez mais adeptos da autodivinização. O epíteto de Antíoco 4º, o rei selêucida que perseguiu os judeus tradicionalistas, é instrutivo nesse sentido: ele era conhecido como Epífanês, ou seja, “deus manifesto” (é por isso que ainda chamamos de “epifania” uma sacada genial ou experiência marcante que parece vir por inspiração divina). Os primeiros imperadores romanos adotaram avidamente esse costume, com o pequeno ajuste de que a declaração formal — do tipo, “parabéns, seu imperador, agora o senhor é um deus também” — costumava vir depois da morte. Antes de serem aplicados a Jesus, títulos como “Filho de Deus” e “Salvador” foram amplamente usados nos domínios romanos da Ásia Menor (atual Turquia) para honrar o imperador Augusto.

A cultura judaica, na qual Jesus e seus discípulos originais estavam totalmente mergulhados, não permitia essa porosidade entre o reino celestial e o da Terra, nem a variedade de seres divinos típica do paganismo, certo? Bem, mais ou menos. A questão é que muitos dos textos religiosos judaicos compostos nos últimos séculos antes da Era Cristã e na época de Jesus — Daniel, de novo, é um exemplo-chave, mas há outros, como o *Livro de Henoc* e os escritos de Fílon de Alexandria, um filósofo judeu nascido no Egito — não enxergam essa questão na base do tudo ou nada. Ao contrário do que acontece na maioria dos textos do Tanakh, a literatura judaica na chamada “virada das eras” (ou seja, pouco antes e pouco depois do nascimento de Cristo) caracteriza-se, em primeiro lugar, pelas

figuras angélicas cheias de personalidade (por falta de uma expressão melhor).

Recorde que no *Gênesis* ou no *Êxodo*, por exemplo, quase nunca vemos um anjo receber um nome ou uma função específica. É quase como se eles fossem meras projeções ou avatares de Deus, que permitem o contato intermitente do Senhor com a humanidade sem que o Criador precise descer de seu trono nos céus, mas que não possuem muita personalidade própria. Os primeiros anjos com nome pessoal, como Miguel e Gabriel, são fruto da literatura apocalíptica, ao que tudo indica, e desempenham funções grandiosas, como o comando dos exércitos divinos ou o controle do destino de certas nações. Por outro lado, essas figuras esplendorosas também interagem de forma muito mais próxima com os seres humanos. Há quem acredite que as tradições sobre esses grandes anjos sejam, em parte, uma reação religiosa ou mitológica ao predomínio dos impérios multinacionais na época do Segundo Templo: afinal, assim como o imperador de Roma ou da Pérsia dificilmente ia se dar ao trabalho de sujar seu manto púrpura na primeira fileira de soldados durante uma guerra, Deus também não lidera pessoalmente suas tropas angelicais; em vez disso, prefere nomear generais. De qualquer forma, o resultado teológico dessas novas concepções é que passa a ser conceitualmente possível a ideia de figuras que são intermediárias entre a majestade suprema de Iahweh e os meros mortais.

Temos ainda outro fenômeno importante acontecendo na mesma época: ao menos alguns autores judaicos passam a conceber a possibilidade de certas formas de apoteose, ou seja, de seres humanos que se aproximam da natureza divina. Henoc, personagem-título do livro de que falei, é um desses casos. Trata-se de um descendente de Set, o terceiro filho de Adão (nascido depois de Caim e de seu irmão Abel, como decerto você se lembra), cuja brevíssima e misteriosa história aparece em meio às genealogias do capítulo 5 do *Gênesis*. Segundo o livro bíblico, Set viveu exatos 365 anos (o mesmo número de dias do ano, caso você não tenha notado esse simbolismo meio óbvio, indicando uma vida plena e perfeita). “Henoc andou com Deus, depois desapareceu, pois Deus o arrebatou”, diz o *Gênesis*. E ponto final — nada mais ouvimos dizer sobre o personagem. Tanta concisão sobre alguém que teve a honra de ser levado em carne e osso para os céus pelo Senhor virou, claro, um prato cheio para os escritos da época do Segundo Templo, que preencheram as lacunas do *Gênesis* e transformaram Henoc numa figura-chave da literatura apocalíptica, uma espécie de superprofeta anterior a Moisés.

O *Primeiro Livro de Henoc*, com fragmentos encontrados inclusive entre os Manuscritos do Mar Morto, menciona a figura do Filho do Homem, de modo muito semelhante ao que se vê em Daniel; já o *Segundo Livro de Henoc*, o qual provavelmente data do século 1º d.C., diz que Deus transformou o descendente

de Set numa criatura angélica. “E olhei para mim, e eu havia me transformado em um de seus seres gloriosos, e não havia diferença observável [entre Henoc e os anjos]”, diz o patriarca no livro. Além da popularidade entre grupos judaicos, Henoc era venerado por ao menos algumas comunidades cristãs. Trechos do primeiro livro são citados de forma elogiosa na Epístola de Judas (que não foi escrita pelo apóstolo que traiu Jesus, mas por outro Judas, obviamente), no Novo Testamento. E, já que mencionamos Moisés, textos da época da virada de eras também chegam a afirmar que, após a sua morte, o profeta assumiu uma estatura gloriosa sem precedentes, de tal maneira que até os anjos se curvavam diante dele.

Quando tratamos de figuras intermediárias entre Deus e o resto da humanidade, há outra que é bastante surpreendente, à primeira vista, mas da qual já falamos alguns capítulos atrás: o rei israelita, e em especial os monarcas da Casa de David. Com efeito, aquilo que podemos chamar de teologia monárquica do antigo Israel frequentemente falava de David e de seus descendentes como filhos adotivos do próprio Iahweh. Não é outra a promessa que o Senhor faz ao fundador da dinastia a respeito de seu herdeiro: “Eu serei para ele pai e ele será para mim filho”. E vale a pena citar de novo o Salmo 2, considerado pelos especialistas um dos hinos usados originalmente para celebrar a dinastia davídica e sua aliança com Iahweh nas cerimônias do Primeiro Templo. Nessa canção, Deus diz o seguinte ao rei israelita: “Tu és meu filho, eu hoje te gerei. Pede, e eu te darei a nações como herança”.

É claro que, originalmente, essas afirmações eram uma metáfora teológica com implicações políticas. Mas nada disso impediu que as gerações seguintes de judeus interpretassem tais frases de maneira profética — aliás, o livro dos *Salmos* era frequentemente visto como um conjunto de profecias, e não como simples coletânea de poesia religiosa. É o que fazem os autores do Novo Testamento o tempo todo, por exemplo — até detalhes das torturas e dos insultos que Jesus teria sofrido nas mãos dos soldados romanos estariam presentes nos *Salmos*, de acordo com os evangelistas (como o sorteio do manto de Cristo entre seus algozes). Da mesma maneira, os seguidores de Jesus, que afinal de contas o viam como Messias e herdeiro de David, interpretaram tais passagens de forma profética e literal, como uma declaração de que Jesus era, de fato, o Filho de Deus. Tanto é assim que, nos *Atos dos Apóstolos*, Paulo usa o trecho do *Salmo 2* acima para proclamar a filiação divina de Cristo.

Já falamos um pouquinho de Fílon de Alexandria, provavelmente o maior filósofo judeu da Antiguidade (se não contarmos Jesus e Paulo como filósofos, claro, o que tecnicamente é o correto). Bem, Fílon é um dos expoentes de um estilo de raciocínio teológico que também ajudou a repensar a figura do solitário

Deus de Israel e a natureza dos possíveis intermediários entre ele e o homem. Fílon e outros escritores judaicos de sua época frequentemente falavam da atuação divina por meio de hipóstases — grosso modo, personificações ou encarnações de atributos ou essências de Deus. Não era uma ideia totalmente nova: até o politeísmo cananeu às vezes propunha a existência de hipóstases. Mas a influência da filosofia grega e seu jeito de pensar mais abstrato parece ter estimulado o uso de conceitos desse gênero no judaísmo, desenvolvendo tendências ou metáforas que podiam ser lidas nos textos bíblicos mais antigos.

No Tanakh, por exemplo, o livro dos *Provérbios* personifica — provavelmente apenas como artifício literário — a figura da Sabedoria, que teria ajudado o Senhor a ordenar o Cosmos: “Iahweh me criou, primícias de sua obra, de seus feitos mais antigos. (...) Eu estava junto com ele como mestre de obra, eu era seu encanto todos os dias, todo o tempo brincava em sua presença”. Escrito bem mais tarde, em grego, o *Livro da Sabedoria de Salomão* (aceito como canônico apenas nas Bíblias católicas e ortodoxas) faz essa metáfora ficar ainda mais complexa e, aparentemente, concreta: “Ela [a Sabedoria] é eflúvio do poder de Deus, uma emanção puríssima da glória do Onipotente, (...) pois ela é reflexo da luz eterna, espelho nítido da atividade de Deus e imagem de sua bondade”. Fílon, por sua vez, dá um passo importantíssimo no desenvolvimento dessa tradição ao não falar propriamente da Sabedoria divina — ou *Sophia*, no grego empregado pelo filósofo — mas no *Lôgos*, a Palavra ou Verbo de Deus. (Digo isso como se fosse fácil traduzir *Lôgos*, mas a verdade é que o universo conceitual que essa palavrinha grega abrange, em especial no vocabulário técnico da filosofia, é vasto: inclui as ideias de racionalidade, discurso articulado, argumento — resume, na verdade, como ordenamos a razão com base na palavra.)

Quem é cristão provavelmente deve ter reconhecido a expressão, porque é com um hino de louvor a essa entidade que começa o *Evangelho de João*: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus (...) Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito”. Para João, óbvio, Jesus era a manifestação do *Lôgos* divino. Tanto Fílon quanto o evangelista estão, no fundo, reinterpretando o *Gênesis 1*, no qual Deus tudo cria simplesmente por meio do uso de sua palavra, e colocando um P maiúsculo e pessoal no começo dessa Palavra.

É muito difícil expressar exatamente, na nossa linguagem de hoje, o que os antigos judeus e cristãos estavam querendo dizer ao enxergar os atributos da divindade dessa maneira “hipostática”. Sou obrigado a usar outra metáfora, embora peça encarecidamente ao gentil leitor para que, desde já, considere as limitações dela. No fundo, é como se parte da potência infinita de Deus

“vazasse” para os meios que ele emprega. Imagine que você constrói uma ferramenta de marceneiro, que o ajuda a cortar madeira com mais eficiência do que um serrote normal. De alguma maneira, parte da sua capacidade como ser humano consciente e criativo foi “derramada” naquela ferramenta, e ela ganha a capacidade de realizar as tarefas para as quais foi projetada de maneira independente — embora nunca contrariando os seus propósitos como criador dela. Grosso modo — e bota grosso modo nisso —, essa ferramenta se transformou numa hipóstase sua.

EXALTAÇÃO OU ENCARNAÇÃO?

¶ Graças às últimas páginas, conseguimos colocar as cartas na mesa e mapear os diferentes elementos teológicos e culturais que provavelmente ajudaram os primeiros cristãos a pensar em Jesus como alguém que era mais — em certos casos, muito mais — do que um simples Messias humano. O difícil, no entanto, é saber com certeza em qual ordem todas essas peças se encaixaram ao longo do século 1º d.C. Para tentar fazer isso, vamos precisar de um pouco de vocabulário técnico.

Começemos com “cristologia”, que nada mais é que o conjunto das crenças a respeito de Jesus Cristo, condensando a maneira como seus seguidores compreendem a figura central de sua fé. “Nossa fé é cristológica, nossa fé é cristocêntrica!”, costumava bradar o simpático pároco que celebrou meu casamento. É comum haver uma distinção entre alta cristologia e baixa cristologia. Os adeptos da alta cristologia, que hoje dominam praticamente todas as igrejas cristãs, são os que enxergam Jesus como um ser divino, que já existia desde antes da criação do Universo e que se encarnou, assumindo a natureza humana. Já uma baixa cristologia consiste em acreditar que Jesus era essencialmente um ser humano, o qual, por virtude de seu sacrifício na cruz e da ressurreição, assumiu um papel elevadíssimo no plano de Deus para o Cosmos.

Essa distinção é clássica e usada o tempo todo por quem estuda o tema, mas vários estudiosos atuais importantes acreditam que ela não dá conta do problema, ao menos não com a precisão desejada. Eles partem do princípio de que mesmo uma cristologia dita “baixa”, caso acredite na ressurreição e no papel salvífico (ou seja, de salvador da humanidade) de Jesus, na verdade coloca o Nazareno numa posição absurdamente alta, como alguém que está “sentado à direita de Deus Pai”, como diz o credo cristão, e foi coroado com poderes divinos. Por isso, esses pesquisadores preferem falar em cristologias de

exaltação — ou seja, nas quais Jesus foi exaltado ou elevado, de sua posição humana original, para a glória divina — e cristologias de encarnação, nas quais a divindade de Cristo é pressuposta desde o início. Não foi tão difícil, foi? Mas a questão, é claro, permanece: o que veio primeiro? Será que as ideias cristãs originais se referem à exaltação ou à encarnação de Jesus?

Se a gente dependesse apenas do estudo dos evangelhos canônicos para formar uma opinião a esse respeito, seria fácil pensar numa espécie de “escadinha” evolutiva entre os dois tipos de cristologia. Pouquíssimos especialistas atuais discordarão que, se fôssemos ordenar os evangelhos “oficiais” por sua ordem de escrita, ela seria a seguinte: Marcos, Mateus e Lucas (tecnicamente empatados em segundo lugar; teriam sido escritos mais ou menos ao mesmo tempo), João. O Quarto Evangelista, como sabemos, é o que começa sua narrativa com um hino em honra ao eterno Verbo divino (a hipóstase por excelência), e também é o único entre os canônicos a colocar na boca de Jesus frases como “Antes que Abraão existisse, Eu Sou” (“eu sou” = Iahweh em hebraico, como já vimos), “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”, “Quem me vê, vê o Pai” e tantas outras. Já Mateus e Lucas, de formas consideravelmente diferentes nos detalhes, apresentam a concepção de Jesus no seio de Maria como uma obra direta do Espírito Santo de Deus, sem a intervenção de um pai humano. Marcos, por sua vez, não menciona o Verbo nem a concepção virginal, mas começa sua narrativa com o Jesus já adulto, recebendo o batismo no Rio Jordão, com o Espírito descendo sobre Cristo com uma pomba e a voz celestial que afirma: “Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo”. Note que, nesse resumo velocíssimo, eu deliberadamente fiz o caminho inverso ao da “escadinha”: começamos com uma alta cristologia/cristologia de encarnação no texto mais tardio e chegamos a uma baixa cristologia/cristologia de exaltação no texto mais antigo. Isso significaria, em outras palavras, que o movimento cristão começa concebendo Jesus como um ser humano que foi elevado à posição divina, mas nos últimos anos do século 1º d.C. emerge a visão “encarnacional”, que postula um Filho divino de Deus Pai que já existia antes de todos os séculos.

Esse esquema evolutivo parece fazer um bocado de sentido. É muito intuitivo, sem dúvida. Mas, quando a gente tenta lançar um olhar mais amplo sobre toda a gama de textos produzidos pelas primeiras gerações cristãs, a situação fica muito mais complicada. Por um lado, há algumas evidências importantes em favor da antiguidade das cristologias de exaltação. Algumas das passagens mais intrigantes estão no livro dos *Atos dos Apóstolos*, que já citamos neste capítulo.

Essa narrativa é interessante porque, ainda que não saibamos exatamente quem foi o autor do *Evangelho de Lucas* (“Lucas” é o nome dado a ele pela tradição cristã, que o identificou com um companheiro de Paulo assim

denominado, mas não dá para confirmar que eles são a mesma pessoa), temos certeza quase absoluta de que o mesmo sujeito escreveu *Atos*. Aliás, em termos cinematográficos modernos, *Atos* é a “sequência” do *Evangelho de Lucas*, uma espécie de “Lucas 2: A Missão”, em cujo prólogo há até uma referência à narrativa anterior. Como o segundo livro de Lucas (seja ele quem for) trata de uma situação histórica muito diferente da descrita no evangelho — a pregação da mensagem cristã pelos apóstolos depois da morte de Jesus —, é possível comparar o que o evangelista diz sobre a natureza de Cristo em ambos os contextos e ver se há alguma variação nessas concepções de um livro para outro.

De fato, essas variações estão presentes e parecem ser importantes. Boa parte dos *Atos dos Apóstolos* corresponde a “aventuras de evangelização”, na qual os discípulos do Jesus ressuscitado tentam convencer as pessoas da necessidade de seguir o Messias, com audiências tão variadas quanto as multidões judaicas de Jerusalém ou os filósofos de Atenas, gente que tanto podia acolher de forma entusiasmada a mensagem apostólica quanto resolver que aqueles pregadores inoportunos estavam merecendo uma morte lenta e desagradável. Lucas não estava presente nesses momentos emocionantes, que aconteceram décadas antes de ele escrever (com a possível, embora não provável, exceção de uma ou outra viagem de Paulo). Por isso, o autor teve de recorrer ao expediente típico dos historiadores de língua grega da Antiguidade: imaginar o que teria sido dito, dentro dos limites do plausível. Todos os grandes historiadores helênicos, do pitoresco Heródoto ao sisudo Tucídides, faziam isso. Entretanto, acontece que Lucas, assim como os autores do Pentateuco hebraico, não parece ter trabalhado num vácuo. Ele afirma ter pesquisado fontes e relatos sobre os primórdios do cristianismo e, de fato, alguns dos discursos dos apóstolos em *Atos* têm todo o jeito de refletirem homilias ou outros textos mais antigos sobre Jesus, que não batem muito facilmente com as visões expressadas pelo próprio Lucas em seu evangelho.

Considere, por exemplo, o trecho a seguir do segundo capítulo dos *Atos dos Apóstolos*, no qual Pedro e os demais apóstolos, após receberem o Espírito Santo (e o dom de falar muitas línguas), tentam convencer judeus do mundo todo reunidos em Jerusalém a aceitar Jesus como o Messias. Nessa passagem, Pedro diz o seguinte (em colchetes, algumas observações minhas para esclarecer pontos obscuros, e negritos para destacar o que há de mais importante):

Jesus, o Nazareu [sinônimo de Nazareno], **foi por Deus aprovado diante de vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus operou por meio dele entre vós**, como bem o sabeis. Este homem, entregue segundo o desígnio determinado e a presciência de Deus, vós o matastes (...) Mas Deus o ressuscitou, libertando-o das angústias do Hades [a região destinada aos mortos na mitologia greco-romana] (...) **Portanto, exaltado pela direita de Deus**, ele recebeu do Pai o Espírito Santo

prometido e o derramou, e é isto o que vedes e ouvis (...) Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: **Deus o constituiu Senhor e Cristo**, este Jesus a quem vós crucificastes.

Leia com cuidado ainda este trechinho, do capítulo 5, no qual Pedro e os demais apóstolos se mantêm firmes diante das autoridades judaicas, que exigem o fim da pregação dos discípulos de Cristo:

O Deus de nossos pais ressuscitou Jesus, a quem vós matastes, suspendendo-o no madeiro. Deus, porém, exaltou-o com a sua direita, fazendo-o chefe e Salvador, a fim de conceder a Israel o arrependimento e a remissão dos pecados.

Sabe o que é um bocado esquisito? Embora o Evangelho de Lucas dê grande destaque à concepção virginal de Maria e à glória divina de Jesus desde sua gestação, nascimento e infância, as passagens acima falam do Nazareno como um “homem”, um profeta “por meio de quem” Deus realizava maravilhas, e que foi “constituído” ou “nomeado” como Salvador após sua morte na cruz, como resultado desse sacrifício. O argumento de que Jesus fora concebido pela ação do Espírito Santo e, por isso mesmo, era divino não aparece nenhuma vez em Atos, aliás. Pedro poderia ter usado essa ideia ao proclamar a soberania do Jesus ressuscitado para seus compatriotas judeus, mas não o faz. Para muitos estudiosos, trata-se de um sinal de que Lucas incorporou elementos de uma cristologia de exaltação mais antiga em sua narrativa.

O apóstolo Paulo também não parece ter ficado imune a essa tendência quando lemos com atenção a abertura de sua *Epístola aos Romanos*:

Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, escolhido para anunciar o Evangelho de Deus, que ele já tinha prometido por meio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras, e que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de David segundo a carne, estabelecido Filho de Deus com poder por sua ressurreição dos mortos.

Trata-se de mais um daqueles trechinhos que os especialistas costumam enxergar como material pré-paulino, e mesmo pré-literário (ou seja, originalmente oral), que foi incorporado às cartas do apóstolo. A sintaxe e o vocabulário não batem com o que Paulo costuma dizer em suas demais epístolas. Note a aparente associação lógica entre “Filho de Deus” e “pela sua ressurreição dos mortos” — Jesus, em outras palavras, tornou-se Filho de Deus porque ressuscitou. Será que, segundo essa linha de pensamento, ele não era Filho de Deus antes da cruz?

Como não me canso de repetir, Paulo é o mais antigo autor cristão a deixar obra escrita, e o único membro da primeira geração de seguidores de Jesus a fazer isso — a única fonte histórica com conhecimento de primeira mão sobre Pedro, Tiago, João e outros galileus que caminharam com o Nazareno. Ora, se

Paulo parece endossar a crença numa espécie de cristologia de exaltação, como na passagem acima, não temos aí um caso encerrado?

Não tão depressa. Esta é a hora de fechar o cerco e voltarmos à citação da *Epístola aos Filipenses* — também um texto de Paulo — que abre este capítulo. O consenso entre os especialistas é que esse texto é, adivinhe só, um poema ou hino litúrgico pré-paulino (não foi por acaso que ele foi estruturado em versos, de maneira poética, na tradução da Bíblia que estou usando como referência para este livro). Paulo cita ambas as visões — tanto a cristologia de exaltação quanto a cristologia de encarnação — em diferentes cartas, provavelmente porque os dois aspectos já estavam incrustados nas poucas décadas de tradição cristã das quais o apóstolo era herdeiro conforme ia escrevendo suas cartas a diferentes comunidades Mediterrâneo afora. Mas, quando examinamos o que provavelmente vem da própria cabeça de Paulo, o mais razoável é supor que ele abraçasse a cristologia mais “elevada” do hino da *Epístola aos Filipenses* — uma visão de Jesus que talvez remonte à primeira década, se não aos primeiros anos, depois da morte do Nazareno na cruz.

Vale a pena examinar mais detidamente a passagem. O hino afirma que o estado original de Jesus era a “forma de Deus” — ainda que não exatamente “igual a Deus”, note bem. Essa forma divina passou pela metamorfose de se tornar “semelhante aos homens”, “tornando-se obediente até a morte”. A recompensa por esse ato de suprema humildade? “Deus soberanamente o elevou e lhe conferiu o nome que está acima de todo nome”, afirma o poema pré-paulino. Que nome é esse? “Senhor”, é claro — não é por acaso que uma das profissões de fé cristãs mais antigas, também presente nas cartas de Paulo, é dizer “Jesus é o Senhor”. Caso você não esteja lembrado, “Senhor” é só um eufemismo para Iahweh. Nas culturas antigas (e em algumas culturas tradicionais modernas também), o nome é a coisa. O Nome do Senhor, aliás, é uma das hipóstases de Iahweh no pensamento judaico. Judeus muito religiosos de hoje frequentemente não se arriscam a dizer “o Senhor”, nem mesmo a escrever “D'us” em sinal de respeito, mas simplesmente dizem Ha-Shem, “o Nome”, em hebraico. Em outras palavras, o já divino Jesus, por seu sacrifício na cruz, assume a essência de Iahweh. É quase uma mistura de cristologia de encarnação com cristologia de exaltação — com predomínio da primeira, aparentemente.

Volto a frisar: trata-se de uma visão bastante antiga. Em vez de uma evolução lenta e gradual rumo às cristologias mais elevadas, com a velocidade de uma geleira deslizando rumo ao mar, talvez o que tenha acontecido de fato possa ser imaginado como um Big Bang: o aparecimento relativamente repentino, simultâneo e “explosivo” de diversas concepções sobre a divindade/humanidade

de Jesus, que passaram a conviver e, às vezes, a competir entre si nas comunidades cristãs que pipocavam pelo Mediterrâneo. Para designar o possível aparecimento precoce das cristologias de encarnação, o historiador americano Larry Hurtado, professor emérito da Universidade de Edimburgo, na Escócia, cunhou uma expressão interessante: “mutação diteísta”. Ele acredita que a ideia de que Jesus merecia ser honrado com os mesmos louvores destinados a Deus Pai surgiu entre monoteístas judeus relativamente tradicionais, e não sob influência do politeísmo greco-romano. Esses judeus da primeira geração cristã achavam que Jesus merecia honras divinas justamente porque Deus Pai assim o determinara com a ressurreição. Consideravam-se, portanto, tão monoteístas quanto os sacerdotes do Templo de Jerusalém ou os fariseus, embora sua prática religiosa celebrasse duas figuras celestiais — daí o “diteísta”.

DOS GNÓSTICOS À SANTÍSSIMA TRINDADE

¶ Se você achou toda a história acima complexa e movimentada, é bom lembrar que, por enquanto, falamos apenas do primeiro século do movimento cristão. Do nosso ponto de vista, é cômodo enxergar a serena divindade de Jesus no *Evangelho de João* como o ponto culminante e natural de um processo que caminhava sempre numa única direção, mas é preciso resistir a esse tipo de tentação. No mundo real, o consenso sobre a natureza divina e humana de Jesus ainda estava distante, e nunca seria totalmente alcançado.

É verdade que, já no começo do século 2º d.C., um grupo influente de líderes cristãos, como os bispos Inácio de Antioquia e Irineu de Lyon, passou a defender uma cristologia equivalente à do *Evangelho de João* como a ortodoxia — em grego, a “crença correta” — que deveria ser obedecida por todos os seguidores de Jesus. E é possível traçar uma linha mais ou menos direta entre esse grupo de líderes cristãos e o credo adotado pela maioria das igrejas modernas. Ocorre, porém, que o cristianismo primitivo era incrivelmente diversificado quando comparado a seus descendentes atuais, e essa diversidade certamente inclui as ideias sobre a natureza de Deus e de Jesus. Não temos como saber com precisão qual era o peso demográfico — ou seja, o número de seguidores — dos chamados ortodoxos versus a importância dos grupos cristãos que mais tarde seriam chamados de heréticos. Mas os estudiosos atuais dispõem de uma grande variedade de textos cristãos primitivos que indicam que, no mínimo, os que não concordavam com a ortodoxia tiveram uma intensa atividade teológica ao longo dos 300 anos que se seguiram à morte de Cristo.

Tal atividade tem muito a ver, pelo que sabemos, com as tentativas de conciliar a fé em Jesus com as tradições filosóficas que gozavam de maior popularidade no mundo antigo — um esforço que também mobilizou as principais mentes dos cristãos ditos ortodoxos. Era um fenômeno natural e esperado quando se considera que, pouco a pouco, a crença no Messias crucificado foi deixando de ser uma seita do judaísmo palestino, cujos principais membros eram galileus pobres e sem instrução, e começou a conquistar adeptos entre os artesãos e a classe média das cidades de língua grega do Império Romano. Alguns dos novos seguidores da crença cristã tinham tido acesso à educação formal e aos debates entre escolas filosóficas nascidas na Grécia. A julgar pelos textos que chegaram até nós, o contato entre esses dois universos culturais tão distintos teve entre seus principais frutos o nascimento da teologia cristã ortodoxa, de um lado, e do chamado gnosticismo, de outro.

O termo vem, é claro, do grego. *Gnósis*, na língua de Homero, significa “conhecimento”. Nunca houve uma “igreja gnóstica”, nem ao menos um movimento gnóstico unificado, mas dá para usar o termo para designar uma grande variedade de correntes de pensamento e seitas cristãs que possuíam algumas coisas importantes em comum. A primeira, como o próprio nome sugere, é a ênfase não exatamente na fé, mas no conhecimento — e em especial no conhecimento místico secreto, às vezes exigindo métodos complexos de interpretação de textos bíblicos ou de obras teológicas produzidas pelos eruditos gnósticos. As epístolas de Paulo às vezes desenvolvem ideias teológicas de um jeito bastante complexo e paradoxal, mas elas viram brincadeira de criança perto de muitos textos gnósticos.

Outro ponto-chave que parece estar presente em quase todas as correntes do gnosticismo é a influência do platonismo, escola de pensamento que surgiu com as obras do filósofo ateniense Platão (424 a.C.–348 a.C.). O legado filosófico deixado por Platão e seus sucessores é vastíssimo e, óbvio, muito difícil de resumir. Mas, para nosso propósito de entender o movimento gnóstico, alguns poucos elementos bastarão. O pensamento platônico envolve, em certo sentido, uma espécie de “monoteísmo pagão”. Os pensadores dessa escola acreditavam numa inteligência suprema, que estaria por trás da ordem que vemos no Universo, mas esse Deus não teria criado diretamente o Cosmos. Em vez disso, o ato da criação teria ficado aos cuidados de um ser sobrenatural subordinado à divindade suprema, um ente chamado de Demiurgo (“artesão”). Apesar de atuar com habilidade e boas intenções, o Demiurgo não teria sido totalmente bem-sucedido em sua obra — isso porque ele usou como matéria-prima o caos primordial que existira desde a eternidade. Esse fato ajudaria a explicar, aliás, por que nossos corpos são imperfeitos e perecíveis, enquanto nossa razão deriva

da alma imortal que habita o corpo e partilha de uma natureza semelhante à do Deus supremo.

Os gnósticos buscavam usar esses conceitos platônicos para interpretar toda a história do mundo e do povo israelita contada pelas Escrituras judaicas, bem como a vida, morte e ressurreição de Jesus, com resultados um bocado estranhos. Considere o nosso amigo Demiurgo, por exemplo. Originalmente, tratava-se de uma entidade “do bem”, mas os gnósticos decidiram pintá-lo como um ser ignorante e malévolo que, em diversas narrativas, cria o Universo material sem a autorização do Deus verdadeiro, com a intenção de tyrannizar os habitantes de seu brinquedinho cósmico. Como Deus permitiu que isso acontecesse? Bem, a questão é que, por sua própria natureza, a inteligência suprema seria pensamento puro, produzindo o tempo todo emanções de si mesma, cada uma delas com individualidade própria, compartilhando dessa essência espiritual da verdadeira divindade. Essas inúmeras entidades teriam conseguido conviver de forma harmônica com o Deus supremo, se não fosse pelo fato de que a “caçula” delas, Sophia (a Sabedoria), acabou se separando dos demais seres divinos e gerou o Demiurgo malévolo.

O que tudo isso tem a ver com o Deus de Israel ou Jesus? Bem, para muitas correntes gnósticas, Iahweh seria o próprio Demiurgo malvado. Isso explicaria a severidade e a natureza vingativa do Deus do Antigo Testamento (uma caricatura, já que esse mesmo Deus também era capaz de ser terno, mas essa era a visão dos gnósticos), bem como a imperfeição e o sofrimento que vemos no mundo à nossa volta. Esse falso deus teria aprisionado seres espirituais na matéria malévola por ele criada: assim surgiu a humanidade. Mas o Deus verdadeiro não estava totalmente alheio ao sofrimento desses espíritos. Para libertá-los das amarras da matéria e da carne, ele decidira enviar uma de suas mais poderosas emanções, o Cristo, na forma de homem. Segundo essa visão, o papel de Jesus não foi o de morrer na cruz pelos pecados do mundo, mas sim o de ensinar às pessoas o segredo sobre sua verdadeira natureza espiritual e, dessa maneira, permitir que elas escapassem das garras do Demiurgo. Por conta de tal interpretação da missão de Jesus, certos gnósticos adotavam uma perspectiva docetista (termo derivado do verbo grego “parecer”), segundo a qual Cristo só parecia ter tido um corpo humano de verdade. Na verdade, ele continuou sendo puro espírito, e os romanos crucificaram uma espécie de ilusão ou fantasma.

Versões dessa ideia provavelmente foram populares em alguns centros cristãos importantes — em regiões do Egito e da Síria, por exemplo —, mas os gnósticos e outros grupos considerados heréticos não parecem ter conseguido a aprovação da maior parte dos líderes da Igreja nascente. Para eles, a situação era relativamente clara: Jesus era, ao mesmo tempo, divino e humano, Filho do Deus

de Israel, criador do mundo. Algumas dúvidas, porém, permaneciam: será que Jesus era idêntico em dignidade a Deus Pai? E quanto ao Espírito Santo, em nome do qual, junto com o Pai e o Filho, os cristãos eram batizados desde a época dos apóstolos? Qual era a relação entre esses três pilares da divindade? E considerá-los de forma separada não equivaleria, no fim das contas, a um tipo de politeísmo?

Tais questões se tornaram muito mais urgentes de uma hora para outra a partir do ano 312 d.C., quando o imperador Constantino se tornou o primeiro governante de Roma a abraçar a fé cristã. Constantino não transformou o cristianismo em religião oficial do império (coisa que só aconteceria várias décadas depois), mas a Igreja e seus bispos logo passaram a ser alvo da atenção do monarca. Ele acreditava ter assumido o trono por graça de Deus e, portanto, tinha o máximo interesse em garantir a unidade religiosa dos cristãos, para que Deus continuasse a abençoá-lo e para que o cristianismo funcionasse como fator de coesão do império. E foi aí que Constantino percebeu que nem tudo ia bem. As principais discordâncias tinham a ver com o que hoje conhecemos como a heresia ariana, assim chamada por causa do sacerdote Ário, que vivia em Alexandria. Grosso modo, Ário propunha uma hierarquia teológica clara: sim, Jesus era divino e existira antes da criação do mundo, mas o próprio Cristo teria sido criado por Deus em algum momento do passado remotíssimo. O Pai era, claro, superior ao Filho — uma ideia que, apesar de sua lógica aparente quando pensamos em pais e filhos de carne e osso, provocou revolta em muitos dos cristãos de Alexandria.

Conforme a controvérsia aumentava e Ário conquistava adeptos e detratores, Constantino decidiu que era hora de resolver a questão de uma vez por todas, convocando o primeiro concílio ecumênico (com o sentido original de “mundial”, “geral”) da história da Igreja no ano 325. Reunidos na cidade de Niceia, na atual Turquia, mais de 300 autoridades cristãs aprovaram a primeira versão do Credo que, ainda hoje, define a relação entre Pai, Filho e Espírito Santo. A expressão-chave para definir a relação entre Cristo e Deus é a afirmação de que ele é “consustancial ao Pai” — ou seja, da mesma “substância”. Afirmava-se pela primeira vez, com todas as letras, o paradoxo teológico segundo o qual o único Deus do Universo era capaz de se desdobrar em três pessoas indissolivelmente unidas.

Essa unidade das três pessoas divinas, a Santíssima Trindade, como ficou conhecida, seria refinada conceitualmente no século seguinte, no Concílio de Calcedônia (também no atual território turco), no ano 451. Nesse encontro, ficou estabelecido que Jesus era “verdadeiro Deus e verdadeiro homem”: uma única pessoa com duas naturezas plenas, humana e divina, indissolivelmente ligadas.

O retrato de Deus que predominaria no Ocidente pelos 15 séculos seguintes tinha recebido seu último grande retoque.

EPÍLOGO

§

MAOMÉ,
ATEÍSMO E O
futuro
de
Deus

Se alguém disser: ‘Amo a Deus’, mas odeia o seu irmão, é um mentiroso. Pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus, a quem não vê, não poderá amar.

PRIMEIRA EPÍSTOLA DE JOÃO, CAPÍTULO 4, VERSÍCULO 20

Tu crês que há um só Deus? Fazes bem; também os demônios creem e estremecem.

EPÍSTOLA DE TIAGO, CAPÍTULO 2, VERSÍCULO 19

¶ “*Iqra*, min fadlika”, costumava dizer minha professora de árabe, uma simpática síria de meia-idade que se vestia à maneira ocidental, quando queria que os alunos treinassem tanto a pronúncia quanto a capacidade de decifrar o alfabeto de seu idioma. “Leia, por favor” seria a tradução moderna da frase. Mas o mesmo verbo árabe no imperativo — *Iqra*! — teria sido usado há quase um milênio e meio, e de forma muito mais imperiosa, pelo próprio anjo Gabriel, nos arredores da cidade santa de Meca.

Foi com essa ordem, segundo a tradição muçulmana, que o mensageiro celestial começou a transmitir ao profeta Maomé as revelações que acabariam sendo compiladas no Corão, livro sagrado do Islã. No ano 610 d.C., a cultura árabe ainda era quase totalmente oral, de maneira que *Iqra* não queria dizer propriamente “Lê!”, mas sim “Recita!” — como quem declama um poema que acabou de compor de cabeça.

As narrativas que contam como Maomé, um comerciante que começara a vida como órfão de pai e mãe, reagiu à ordem angélica, escritas mais de um século após a morte dele, possuem algumas semelhanças intrigantes com o que o Antigo Testamento diz sobre os profetas israelitas. Assim como Moisés ou Jeremias, Maomé se mostra relutante diante do apelo para proclamar a mensagem divina, pois acredita não estar à altura da tarefa. Ao mesmo tempo, experimenta a sensação avassaladora de que não será capaz de resistir ao apelo de Deus por muito tempo. “Não sei recitar”, teria se queixado inicialmente a Gabriel. A cada negativa, o anjo se punha a abraçar com violência o novo profeta, até ele quase perder o fôlego. Isso teria se repetido por três vezes. Quando Maomé enfim cedeu e perguntou o que havia de dizer, o anjo respondeu: “Recita! Em nome do teu Senhor, que criou o homem de um coágulo de sangue. Recita! Teu Senhor é Munificentíssimo, aquele que ensinou por meio da pena, ensinou ao homem o que ele não sabia”.

As semelhanças entre o mensageiro do Islã e os arautos do monoteísmo israelita não param aí. O contexto social e político no qual as mensagens trazidas por Gabriel começam a ser divulgadas lembra vários aspectos dos reinos de Israel e Judá em seu auge. Assim como muitos israelitas acreditavam em Iahweh como seu deus supremo, mas não viam grandes problemas em cultuar várias outras divindades, os moradores de Meca e de outros centros da Arábia pré-islâmica enxergavam Alá (nome que, aliás, provavelmente tem a mesma origem que o do antigo deus celestial cananeu, El) como uma deidade suprema, abaixo da qual estavam inúmeros outros deuses e espíritos que também eram dignos de culto. E, assim como a centralização política e o crescimento econômico dos reinos israelitas acabou criando uma elite predatória e marginalizando os

camponeses, a Meca do começo do século 7º d.C. incluía uma classe cada vez mais próspera de comerciantes, gente que enchia os alforjes de seus camelos com o lucro do transporte de especiarias e artigos de luxo na rota que incluía a Índia, a Pérsia, a Etiópia e o Império Bizantino — mas que se importava cada vez menos com seus compatriotas que não tinham meios de usufruir dessas oportunidades.

Por tudo isso, não surpreende que a mensagem de Maomé registrada no Corão seja, ao mesmo tempo, um chamado à adoração de Alá como Deus único e à prática da justiça social. Numa sociedade que não via nenhum grande dilema ético em abandonar recém-nascidas para morrer (já que bebês do sexo masculino é que importavam como garantia do nome e do futuro poderio militar de uma família), as revelações do profeta árabe afirmavam que crianças de ambos os sexos deviam ser protegidas, assim como os pobres, os órfãos, as viúvas e as mulheres rejeitadas injustamente por seus maridos. Alá, pregava Maomé, era um juiz justo, que conhecia os corações humanos, recompensaria os bons e puniria os maus neste mundo e no outro, quando a ressurreição de todas as pessoas culminaria com o Juízo Final — mas Alá também era, acima de tudo, misericordioso e compassivo, e nunca era tarde demais para aderir a Ele. Essa mensagem não agradou em nada a elite de Meca, cujo prestígio estava ligado não só ao comércio, mas também aos peregrinos que visitavam o santuário politeísta da Caaba. Junto com um punhado de seguidores, Maomé foi forçado a deixar sua cidade e se instalar em Yathrib (hoje chamada de Medina, literalmente “a cidade” - subentende-se aí “a cidade do profeta”). Por meio de uma mistura astuta de novas pregações, diplomacia e ações militares contra seus inimigos em Meca, o profeta acabou retornando à terra natal em triunfo anos mais tarde. Ao morrer, em 632 d.C., Maomé era o líder de uma comunidade político-religiosa que tinha unificado a Arábia, antes uma coleção de pequenas cidades e tribos nômades. Entre todos os grandes profetas monoteístas, o mensageiro de Alá talvez seja o único que triunfou ainda em vida.

É uma história fascinante, claro, mas acho que não surpreenderei ninguém se confessar que meu interesse por ela, bem como minha tentativa (não muito bem-sucedida, admito) de aprender árabe, deve-se não apenas à importância teológica do Islã, mas também ao impacto da religião muçulmana sobre os conflitos que dilaceram o mundo hoje. Para muita gente, uma lista de desastres que todos estamos cansados de ouvir — a situação desastrosa do Iraque e da Síria sob os ataques do chamado Estado Islâmico, os atentados no World Trade Center em 2001 e contra cartunistas franceses em 2015 — sinalizam que o Islã anda de mãos dadas com a intolerância e a destruição. Mas o fato é que a relação entre a fé dos muçulmanos e a violência está cheia de ambiguidades - as quais, no

fundo, não são diferentes das do judaísmo e do cristianismo.

Ao mesmo tempo em que muitos clérigos islâmicos de hoje defendem que a apostasia (ou seja, abandonar a religião) deve ser punida com a morte, o Corão está cheio de referências elogiosas a Abraão, Moisés e Jesus, à Torá e aos evangelhos, como elementos importantes da crença ancestral no Deus único que teria começado com Abraão e culminaria com Maomé. (Para quem não sabe, o Jesus do Corão também nasce de uma virgem por intervenção divina direta e é considerado o Messias, embora não seja Filho de Deus por causa disso — no Islã, o abismo entre Criador e criaturas é ressaltado o tempo todo.) O mesmo Corão que afirma não ser possível obrigar as pessoas a nada quando o assunto é religião, designando respeitosamente os judeus e cristãos com o termo “Povos do Livro”, também acusa ao menos alguns deles de serem insensíveis à mensagem de Alá e afirma que é preciso lutar contra os infiéis até que eles peçam trégua e se submetam à autoridade muçulmana.

Seja como for, o que claramente não está no Corão é o massacre indiscriminado de membros de outras religiões, em especial as dos “Povos do Livro”, perpetrado pelo Estado Islâmico — nada parecido aconteceu quando os sucessores de Maomé deixaram a Arábia para conquistar o Oriente Médio e criar um império. Alguns judeus e cristãos vistos como heréticos pela Igreja chegaram a considerar a invasão dos muçulmanos como uma boa notícia, e durante os primeiros séculos não houve pressão para que as populações conquistadas se convertessem ao Islã.

É claro que, para os ateus militantes, como eu disse agora há pouco, o Islã é só parte do problema. Para eles, a crença em qualquer deus, e as religiões de modo geral, estão entre as piores arapucas nas quais uma mente humana pode se enredar: a crença que dispensa evidências, a dependência servil em relação a seres que não existem que só consegue dividir as pessoas em vez de uni-las. (Definição de guerra religiosa segundo um ateu humorista: “Vocês estão brigando para ver quem tem o melhor amigo imaginário, é?”.) A esperança dos intelectuais ateus é que, conforme as condições de vida e o nível educacional lentamente vão aumentando no mundo inteiro, as pessoas lentamente deixarão de lado a “muleta” da fé em Deus e passarão a se preocupar com o que realmente importa. Esse cenário é resumido de forma irônica pelo filósofo americano Daniel Dennett, da Universidade Tufts (EUA), em *Quebrando o Encanto*, seu livro sobre o estudo científico da religião. “No período de vida dos nossos netos, a Cidade do Vaticano passa a ser o Museu Europeu do Catolicismo Romano, e Meca é transformada em Reino Mágico de Alá da Disney”, exemplifica ele. Outras pessoas — os religiosos, obviamente — enxergam com tristeza e mesmo terror a perspectiva de um mundo no qual Deus tem cada vez menos espaço,

alertando que, sem a crença numa divindade, o ser humano agiria como se tudo fosse permitido.

Eis, portanto, as missões que proponho cumprir, ou as dúvidas que desejo responder, neste derradeiro capítulo, dileto leitor:

1. Uma sociedade pode funcionar de maneira decente na ausência quase completa de Deus?
2. A crença Nele está mesmo em vias de extinção?
3. Ainda vale a pena defender o monoteísmo? (uma pergunta com resposta obviamente pessoal)

Avante, portanto.

SER BOM SEM DEUS

¶ Do ponto de vista estritamente pessoal, é lógico que é possível ser um bom sujeito sem acreditar em Deus. A questão mais complicada é saber se grupos humanos de grande escala — uma nação moderna, por exemplo — conseguem funcionar sem a ajuda de um “Deus Grande”. Recorde o nosso capítulo 2: temos boas indicações de que não há nada como a crença numa divindade poderosa e interessada no comportamento ético para cimentar o altruísmo recíproco e a confiança entre milhares ou milhões de desconhecidos. Uma vez que Deus é retirado da equação, será que isso tudo não corre o risco de desmoronar?

Bem, o mesmo capítulo que nos apresentou ao conceito de Deuses Grandes também contém uma breve referência a um fato interessantíssimo: as pessoas não se comportam melhor só quando se sentem protegidas (ou vigiadas, tanto faz) por uma autoridade sobrenatural. Em experimentos de psicologia social, fazer menções, ainda que subliminares, a autoridades puramente terrenas — a polícia, o Judiciário, a Presidência da República — funcionam tão bem quanto um Deus Grande para coibir trapças e incentivar a cooperação e a equidade.

Isso funciona especialmente bem em sociedades desenvolvidas, como as da Escandinávia. Trocando em miúdos: quando as pessoas sabem que a corrupção é relativamente baixa, quando não há gente passando fome na rua, quando todas as crianças estão na escola (que é boa e gratuita), quando até um ministro lava a louça de casa e dirige o próprio carro — ou melhor, vai de metrô para o trabalho.

De fato, podemos afirmar sem muito medo de errar que países como Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia estão realizando, sem querer, um dos experimentos de psicologia social mais interessantes da história: eles estão entre os primeiros Estados de que se tem notícia nos quais a grande maioria da população livremente escolheu não acreditar em Deus, e nos quais a qualidade

de vida é elevadíssima em quase todos os aspectos. Atenção para os números: só 28% dos dinamarqueses, 23% dos suecos, 22% dos noruegueses e 33% dos finlandeses afirmam acreditar em Deus. Não temos nenhum sinal de que, após abraçar a descrença, aquele monte de gente loira se transformou num bando de amorais. Pelo contrário - crimes violentos são muito mais comuns nos EUA, a mais religiosa das nações desenvolvidas, do que entre eles.

Ara Norenzayan, o pesquisador do Canadá que nos ajudou a entender a psicologia dos Deuses Grandes, usa uma metáfora interessante para explicar o paradoxo das sociedades modernas que são prósperas, justas e não se interessam por Deus, como as escandinavas. Esses Estados, segundo ele, “subiram a escada da religião e depois a chutaram para longe”. Em suma: em seus primeiros estágios “civilizatórios”, quando instituições como o governo e a previdência social não existiam ou funcionavam mal, tais países certamente usaram a crença num Deus Grande (mais especificamente, no caso da Escandinávia, o Deus cristão) para facilitar a coesão social e a cooperação. Em determinado momento, porém, com as instituições não religiosas funcionando a pleno vapor, muita gente deixou de sentir a necessidade de se manter leal a Deus, sem que isso levasse a uma destruição dos laços sociais, simplesmente porque as estruturas laicas já tinham se tornado capazes de cumprir o antigo papel da fé em Deus. Ao menos no caso desses países, a crença numa divindade suprema e moralmente preocupada pode ter funcionado como um estágio de transição entre a anarquia e um Estado capaz de cuidar bem de todos os seus cidadãos, sem distinção.

Mas é verdade que a Escandinávia, e o mundo desenvolvido em geral, ainda são casos extremos. Quando pensamos no planeta como um todo, a situação se torna um bocado diferente, e fica difícil pensar que a descrença “padrão Suécia” se torne a norma. Uma das projeções mais recentes sobre o tema, feita pelo Centro de Pesquisas Pew, dos EUA, indica que até a metade deste século a proporção de pessoas sem religião no mundo na verdade deve cair — de 16% para 13% da população. (Dois terços desses “sem religião”, aliás, estão na China, que transforma a Escandinávia numa pulga no quesito população). Em 2050, os cristãos serão quase 3 bilhões de pessoas - mas os muçulmanos, pela primeira vez na história, terão quase empatado, e devem ultrapassar em número os membros de igrejas cristãs em 2070. O número de não religiosos, incluindo aí ateus e agnósticos, terá um aumento importante justamente nos países em que a população de modo geral está crescendo pouco — ou seja, EUA, Canadá, Japão, Europa e China. Pode parecer irônico, mas a dinâmica populacional de hoje indica que, ao menos durante este século, as pessoas que acreditam em Deus manterão sua hegemonia graças a um preceito básico da seleção natural: tenha mais filhos que a concorrência.

Estatísticas à parte, poucas coisas são mais difíceis de prever do que o comportamento dos membros da nossa espécie a longo prazo. De qualquer jeito, porém, parece seguro afirmar que crentes e descrentes terão de conviver durante muito tempo ainda. Estamos nessa juntos, em outras palavras.

Este, aliás, é um dos raríssimos momentos do livro em que preciso tirar meu chapéu de agnóstico metodológico e colocar o meu boné, se não de crente no sentido religioso (embora eu também o seja), ao menos o de crente em algo maior do que mero pragmatismo. Peço a sua paciência — e, se não quiser ler o que vem a seguir, fique à vontade.

OK, vamos lá. É impressionante a quantidade de acidentes históricos, de eventos e situações que parecem ser mera obra do acaso, quando a gente tenta enxergar o conjunto da saga do monoteísmo na Terra. Mas o mais estranho, ao menos do meu ponto de vista, é que esses acasos canalizaram as forças da crença em Deus de um jeito muito específico e característico. Foi por um acaso da história que Iahweh começou a ser adorado por um povo risivelmente pequeno, espremido num corredor de terra pisoteado e disputado por potências muito maiores do que ele. Esse mesmo acaso histórico fez com que o segundo capítulo da “gestação” de Deus acontecesse nessa mesma terra, submetida a um jugo imperial que agora não se contentava apenas com o domínio político, mas também com a sujeição espiritual, na qual o imperador não só executava a vontade de Deus, mas era Deus. (Estou falando do Império Romano, é claro.) E o Islã, criado por um órfão que tinha ficado à margem da elite de Meca, não está muito distante desse padrão em suas raízes.

Essa sequência de acidentes (ou aparentes acidentes, para quem tem fé) moldou uma imagem de Deus que não é neutra - ainda bem. É verdade que os textos sagrados e as visões teológicas que moldaram o(s) monoteísmo(s) estão longe de possuir uma mensagem única, e boa parte do que está neles pode facilmente ser usado como ferramenta de opressão. Mas é possível discernir uma “corrente principal” da fé no Deus único, e essa corrente está do lado dos pequenos e dos que sofrem injustiça, simplesmente porque Iahweh, Jesus e Alá nasceram da esperança deles — ou, se você tem fé, manifestaram-se em resposta a essa esperança. Não consigo deixar de pensar que o heroísmo e o autossacrifício que nascem da crença de estar respondendo ao chamado de Deus é algo precioso demais para ser simplesmente jogado fora, ainda que o fanatismo tenha seu lado perverso. Sem Deus, não haveria Inquisição, de fato, mas também não haveria Martin Luther King.

Comecei com Harry Potter oito capítulos atrás e gostaria de terminar com *As Crônicas de Nárnia*, do britânico C.S. Lewis (1898–1963). Um *spoiler*: os sete livros que versam sobre Nárnia, um mundo mágico para onde viajam crianças do

nosso mundo na época da Segunda Guerra Mundial, terminam com uma versão do Apocalipse cristão (mesmo porque a obra está cheia de simbolismos e paralelos alegóricos com o cristianismo). Em dado momento do cenário apocalíptico, um jovem pagão chamado Emeth, que adorava o deus Tash (na verdade um demônio horrendo), vê-se cara a cara com o grande leão Aslan (o equivalente de Jesus Cristo no universo de Nárnia).

Emeth, um guerreiro leal e corajoso, está com medo de ser punido por Aslan por ter adorado Tash. O leão divino, no entanto, tenta tranquilizá-lo: “Criança, todo o serviço que tens prestado a Tash, eu considero como serviço prestado a mim”. Emeth pergunta, então, se Aslan e Tash seriam, na verdade, a mesma pessoa. Com um rugido que faz estremecer o céu e a terra, Aslan diz que não. Mas acrescenta: “Eu e Tash somos tão diferentes que nenhum serviço que seja vil pode ser prestado a mim, e nada que não seja vil pode ser feito para ele. Portanto, se qualquer homem jurar em nome de Tash e guardar o juramento por amor à sua palavra, na verdade jurou em meu nome, mesmo sem saber, e eu é que o recompensarei”. E o leão abre as portas do Paraíso para Emeth.

Não sei qual é o futuro de Deus. Mas acho que ninguém deveria adorar a um deus menos generoso do que Aslan. Se a divindade é digna de louvor, ela sempre vai preferir a misericórdia.

Bibliografia

LIVROS

ARMSTRONG, Karen. *Fields of Blood: Religion and the History of Violence*. Nova York: Knopf, 2014.

ASLAN, Reza. *Zealot: The Life and Times of Jesus of Nazareth*. Nova York: Random House, 2014.

BARRETT, Justin. *Born Believers: The Science of Children's Religious Beliefs*. Nova York: Atria Books, 2012.

BERING, Jesse. *The Belief Instinct*. Nova York: W.W. Norton & Company, 2012.

BERKEY, Jonathan P. *The Formation of Islam*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BORG, Marcus e CROSSAN, John Dominic. *O Primeiro Natal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CASEY, Maurice. *Jesus of Nazareth*. Londres: T&T Clark, 2010.

CLINE, Eric H. *From Eden to Exile*. Nova York: National Geographic, 2012.
———. *Jerusalem Besieged*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

———. *1177 B.C.: The Year Civilization Collapsed*. Princeton University Press, 2014.

COOGAN, MICHAEL D. (org). *The Oxford History of the Biblical World*. Londres: Oxford Paperbacks, 2001.

COOGAN, Michael D. e SMITH, Mark S. *Stories from Ancient Canaan*. Louisville: Westminster John Knox, 2012.

CROSSAN, John Dominic. *Quem Matou Jesus?* Rio de Janeiro: Imago, 1995.
———. *The Historical Jesus*. Londres: HarperCollins, 2010.

DAWKINS, Richard. *Deus, Um Delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

———. *O Gene Egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- DEVER, William G. *Did God Have a Wife?* Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2005.
- . *What Did the Biblical Writers Know and How Did They Know it?* Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2001.
- DE WAAL, Frans. *The Bonobo and the Atheist*. Nova York: W.W. Norton & Company, 2013.
- EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se Tornou Deus*. São Paulo: Leya Brasil, 2014.
- . *Did Jesus Exist?* Nova York: HarperOne, 2012.
- . *Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millenium*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- . *Lost Christianities*. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- . *Pedro, Paulo e Maria Madalena*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- . *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings*. Nova York: Oxford University Press, 2012.
- EHRMAN, Bart D. e PLESE, Zlatko. *The Apocryphal Gospels – Texts and Translations*. Nova York: Oxford University Press, 2011.
- FINKEL, Irving. *The Ark Before Noah*. Londres: Hodder & Stoughton, 2014.
- FINKELSTEIN, Israel e SILBERMAN, Neil Asher. *David and Solomon*. Nova York: Free Press, 2007.
- . *The Bible Unearthed*. Touchstone: Nova York, 2001.
- FRIEDMAN, Richard Elliott. *Who Wrote the Bible?* Nova York: HarperOne, 1997.
- GOODMAN, Martin. *Rome and Jerusalem*. Nova York: Vintage, 2008.
- HALEEM, M.A.S. Abdel (tradutor). *The Qur'an*. Londres: Oxford University Press, 2008.
- HAZLETON, Lesley. *The First Muslim: The Story of Muhammad*. Nova York: Riverhead Books, 2014.
- HURTADO, Larry. *How on Earth Did Jesus Become a God?* Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2005.
- . *The Earliest Christian Artifacts*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2006.
- JENKINS, John Philip. *The Jesus Wars*. Nova York: HarperOne, 2011.
- KNIGHT, Douglas A. e LEVINE, Amy-Jill. *The Meaning of the Bible*. Nova York: HarperOne, 2012.
- LEVINE, Amy-Jill. *The Misunderstood Jew*. Nova York: HarperOne, 2007.
- MEIER, John P. *Um Judeu Marginal*. Rio de Janeiro: Imago, 1992,
- MEYER, Marvin (org.). *The Nag Hammadi Scriptures*. Nova York: HarperOne,

2008.

MILES, Jack. *Cristo: Uma Crise Na Vida de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

———. *Deus: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MILLER, J. Maxwell e HAYES, John H. *A History of Ancient Israel and Judah*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2006.

NORENZAYAN, Ara. *Big Gods: How Religion Transformed Cooperation and Conflict*. Nova York: Princeton University Press, 2013.

PAGELS, Elaine. *The Gnostic Gospels*. Nova York: Weidenfield & Nicolson, 2013.

SHINAN, Avigdor e ZAKOVITCH, Yair. *From Gods to God*. Nova York: The Jewish Publication Society, 2012.

SMITH, Mark S. *Memoirs of God*. Minneapolis: Augsburg Fortress Publishers, 2004.

———. *The Early History of God*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Co., 2002.

———. *The Origins of Biblical Monotheism*. Nova York: Oxford University Press, 2001.

VERMES, Geza (org.). *The Complete Dead Sea Scrolls in English*. Londres: Penguin Classics, 2012.

VERMES, Geza. *As Várias Faces de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

———. *Natividade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WILSON, David Sloan. *Darwin's Cathedral*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Uma História Cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.

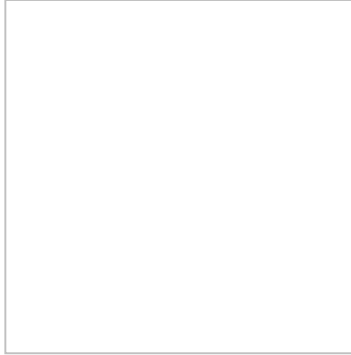
NA INTERNET

Introdução ao Antigo Testamento (Bíblia Hebraica), curso completo e gratuito da Universidade Yale (EUA): <http://oyc.yale.edu/religious-studies/rlst-145> ou pelo aplicativo iTunesU

Introdução à história e à literatura do Novo Testamento, também disponibilizada pela Universidade Yale: <http://oyc.yale.edu/religious-studies/rlst-152> ou pelo aplicativo iTunesU

A história, propósitos e futuro político da Bíblia:

<https://www.coursera.org/course/biblefuture> ou no aplicativo da plataforma de ensino online Coursera



¶ **Reinaldo José Lopes**, 36 anos, foi editor de Ciência da *Folha de S.Paulo*. Hoje mantém o blog *Darwin e Deus* na *Folha Online* e é um dos principais colaboradores da SUPERINTERESSANTE, atuando como repórter e editor na revista. Um dos jornalistas mais eruditos do país, Reinaldo é especialista em assuntos tão diversos quanto biologia molecular, psicologia, história antiga e teologia, e desenvolveu a habilidade de traduzir esse conhecimento multidisciplinar na forma de textos abrangentes, profundos e deliciosos, como você pode conferir nestas páginas.

Foto: Divulgação

EDIÇÃO: Alexandre Versignassi
PROJETO GRÁFICO: Iansã Negrão & Inara Negrão
CAPA: Inara Negrão & Ailson Rolemberg
REVISÃO: Alexandre Carvalho dos Santos
PRODUÇÃO GRÁFICA: Anderson C. S. de Faria

DIRETOR EDITORIAL: Denis Russo Burgierman
DIRETOR DE ARTE: Fabrício Miranda
ORGANIZADOR: Alexandre Versignassi

2015

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA ABRIL S.A.
Av. das Nações Unidas, 7221
05425-902 — Pinheiros
— São Paulo — SP — Brasil

E23c
` Abril

Como Deus nasceu. / Editora Abril ;
editado por Reinaldo Jose Lopes. — São Paulo: Abril, 2015.

256 p ; il. ; 23 cm.

(Superinteressante ; ISBN 978-85-364-1835-3).

1. Deus. 2. Filosofia religiosa.
3. Monoteísmo. I. Título. II. Série.

CDD 212

Table of Contents

[Capítulo Zero](#)

[Capítulo I - O Cérebro](#)

[Capítulo II - A Civilização](#)

[Capítulo III - Iahweh](#)

[Capítulo IV - Israel & Judá](#)

[Capítulo V - O Livro Sagrado](#)

[Capítulo VI - Jesus](#)

[Capítulo VII - A Igreja](#)

[Epílogo](#)

[Bibliografia](#)

[O autor](#)

[Créditos e ficha catalográfica](#)